ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO
Grupo Águas de Portugal

# RELATÓRIO E CONTAS 2024

# ÍNDICE:


MENSAGEM DO PRESIDENTE — 2

2024 EM DESTAQUE — 4

A EMPRESA — 10

1. QUEM SOMOS — 11
2. ORGANIZAÇÃO — 15
3. AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE — 20

O NEGÓCIO — 25

1. A ENVOLVENTE — 26
2. O SETOR — 29
3. A ENERGIA NO GRUPO ADP — 36
4. CONTEXTO REGULATÓRIO — 43
5. AS NOSSAS PESSOAS — 47
6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS — 51
7. A ATIVIDADE — 54
8. RISCO E CONTROLO — 108
9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO — 120
10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES — 125
11. PERSPECTIVAS FUTURAS — 126
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS — 128
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS — 129
14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS — 130
15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS — 156
16. ANEXO AO RELATÓRIO — 157

AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 — 158

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO — 225

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS — 226

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2024 fica marcado pela celebração dos 15 anos da AgdA. Foram 15 anos de desafios, mas também de grandes avanços e evolução constante. Com uma equipa comprometida com a missão de assegurar a qualidade e a sustentabilidade dos serviços de água e saneamento e sempre com o objetivo de consolidar a nossa posição como referência no setor e na nossa área de atuação.

Em tempos de alterações climáticas e crescente escassez de recursos hídricos, que temos vindo a constatar no exercício diário da nossa atividade, para a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas são essenciais instrumentos de planeamento, execução e controlo, em que se destacam o Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF), o Plano de Investimentos e, em certa medida, o Plano Anual de Compras. Destes três instrumentos, e após a revisão do plano de investimentos e a aprovação do PAC 2025-2027, regista-se a premência de ser concluído o processo de revisão do EVEF, para que sejam criadas as condições adequadas de operação da empresa, com maior previsibilidade do financiamento e definição dos recursos humanos e técnicos necessários.

Em 2024, foram encerradas com sucesso todas as operações candidatadas ao POSEUR, com a aprovação dos respetivos relatórios finais pela Autoridade de Gestão, exceto para a empreitada da ETA do Enxoé, que não foi concluída até ao final do ano.

Na senda dos últimos 2 anos, foi dada continuidade ao reforço da organização interna da empresa, através da conclusão do Manual de Controlo Interno, do reforço da área de gestão da energia, através da criação do Grupo de Gestão de Energia e da elaboração do *master plan* de energia, da consolidação da área de manutenção e do reforço da capacidade de avaliação das disponibilidades hídricas. Também foram feitos avanços na implementação das ferramentas de apoio à gestão da operação (NAVIA) e da manutenção e gestão de ativos (AQUAMAN).

O marco da internalização total dos serviços de saneamento foi atingido, suportado por um trabalho preparatório atempado e exigente, de modo a garantir uma fase de transição sem riscos operacionais significativos. Para o sucesso deste trabalho foi essencial a colaboração de várias áreas da empresa, com destaque para a direção de operação e direção administrativa e financeira, esta na componente dos recrutamentos e logística.

O ano de 2024, derivado do processo de internalização, bem como do preenchimento do quadro de pessoal da empresa, foi um ano de especial exigência para área de recursos humanos, não só pelo processo de recrutamento e seleção, mas também pela efetiva contratação de 63 trabalhadores. O desafio passará agora pela integração deste número significativo de trabalhadores e a sua retenção na empresa.

A inovação foi outro ponto de destaque em 2024, com o arranque de projetos como o MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para a gestão da recarga de aquíferos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas, financiado no âmbito do programa Horizonte Europa, e o PortalApR. Estes projetos contam com o envolvimento de parceiros nacionais e internacionais, promovendo o estudo integrado dos princípios de economia circular e os recursos hídricos. Além disso, estabelecemos uma parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo, no Brasil, com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre a temática da hidrodinâmica e os processos de tratamento de águas.

Reitera-se o papel da Autoridade Nacional da Água para a garantia de uma gestão integrada dos recursos hídricos, de modo a assegurar o seu uso sustentável por todos os utilizadores. No caso da AgdA, sendo o abastecimento assegurado a partir de um número significativo de origens de água de superfície e subterrâneas, torna-se ainda mais premente a necessidade de fiscalização dos usos. Também urge concretizar, pelas autoridades competentes, o regime jurídico aplicável aos empreendimentos equiparados a fins múltiplos, no sentido de prevenir ou resolver conflitos entre os utilizadores.

Sabemos que os desafios não se limitam à quantidade de água, mas também à sua qualidade. Em 2024, continuamos a lidar com a contaminação das captações do sistema de Santa Clara, um problema que, apesar das diligências efetuadas e do acompanhamento das autoridades competentes, ainda não foi resolvido. Continuamos a trabalhar para mitigar os riscos e minimizar o impacto sobre as populações, sabendo que sem o efetivo controlo na origem do mecoprope, as situações de incumprimento persistirão.

Nos próximos anos, os desafios são grandes, não só pela fase de transformação em que a empresa se encontra, mas pela magnitude de investimentos que urge concretizar, tendo em vista o nosso compromisso de garantir a resiliência dos sistemas, a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das comunidades que servimos.

Torna-se essencial manter e reforçar o trabalho de proximidade e em rede, em conjunto com os nossos parceiros, permitindo o desenvolvimento de uma visão integrada dos sistemas, respeitando princípios de sustentabilidade e sensibilização ambiental.

Por fim, o Conselho de Administração entende que a evolução da empresa verificada em 2024 só foi possível graças ao compromisso e superação de toda a equipa, à excelente colaboração das Câmaras Municipais, ao apoio dos Acionistas AdP SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e, ainda, das diversas entidades da Administração Pública, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e respetivos serviços descentralizados: ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.) e ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), CCDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), Autoridades de Saúde e POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), que no âmbito das suas competências específicas muito têm contribuído e colaborado para a importante melhoria dos níveis de desempenho dos serviços essenciais que prestamos às populações.

O Presidente do Conselho de Administração

(Diogo Nascimento)

# 2024 EM DESTAQUE

## 1. FACTOS RELEVANTES DE 2024

Em 2024, apesar da recuperação dos níveis de armazenamento nas albufeiras em Portugal, continuaram a ser observadas situações de níveis abaixo dos 40%, mantendo-se o padrão de redução da precipitação e do escoamento que se tem verificado nos últimos anos nas albufeiras de Santa Clara e Monte da Rocha. Considerando a vulnerabilidade hídrica do Alentejo, para além do desafio operacional de garantir o abastecimento de água às populações, a AgdA manteve um diálogo constante com os vários utilizadores das origens de água, no sentido de assegurar uma gestão mais integrada dos recursos hídricos. Pela premência de ser assegurado um consumo mais racional da água, foi dada continuidade ao diálogo com os municípios e ao desenvolvimento das ações de sensibilização da campanha "Agua é Vida. Não a desperdice", bem como das iniciativas de sensibilização ambiental nas escolas.

Num contexto de crescente aposta na resiliência dos sistemas, para além do uso racional e eficiente dos recursos hídricos, importa destacar a necessidade de prevenir a deterioração da qualidade das massas de água. Aqui, destaca-se, pela negativa, o facto de ainda não ter sido possível resolver o problema de contaminação com mecoprope das captações do sistema de abastecimento de Santa Clara, em Odemira. Devido à natureza desse poluente, o seu controlo deveria ser assegurado na origem. Contudo, ao longo dos últimos anos, para além do acumular de incumprimentos da legislação, a AgdA tem procurado minimizar o potencial impacto na saúde das populações, implementando melhorias nos processos de tratamento. Apesar disso, e mesmo com o envolvimento das autoridades competentes relevantes, o poluente continua a ser quantificado na massa de água, configurando um incumprimento da Diretiva-Quadro da Água.

No âmbito das atividades planeadas para 2024, destacam-se diversas ações realizadas ao longo do ano:

- Continuidade da revisão do EVEF, estudo de viabilidade económica e financeira da empresa, incluindo a atualização do plano de investimentos, do modelo técnico e das necessidades de recursos humanos, e o carregamento dos dados históricos relevantes;
- Encerramento das operações financiadas pelo POSEUR, com a entrega e aprovação dos respetivos relatórios finais, exceto no caso da empreitada da ETA do Enxoé, que ainda não foi considerada concluída pela Autoridade de Gestão;
- Reforço do quadro de pessoal através da concretização de um desafiante plano de recrutamento de novos recursos e substituições;
- Reforço da organização interna associada à área de gestão de energia, através da criação do Grupo de Gestão e Energia e do desenvolvimento de um *master plan*, com o apoio da AdP Energias;
- Reforço da capacidade de avaliação de disponibilidades hídricas e de aplicação do direito de uso prioritário para o consumo humano, através do diálogo com entidades gestoras de empreendimentos equiparados a fins múltiplos e o envolvimento da APA/ARH Alentejo (*e.g.* modelação da albufeira de Monte da Rocha; revisão do estudo hidrológico da bacia do Mira; Pacto H2O);
- Conclusão do processo de internalização das atividades de saneamento, iniciado em 2021;

- Reforço da organização funcional e capacitação tecnológica, através da transformação digital da empresa, com destaque para a implementação do sistema de gestão da operação (NAVIA) e do sistema de gestão de manutenção/ativos (AQUAMAN) e a melhoria do uso da solução G/Interaqua na gestão de infraestruturas;
- Arranque dos trabalhos para a dinamização da área de gestão de ativos, no sentido da elaboração de um roteiro para a respetiva implementação;
- Revisão da matriz de prioridades e preparação do Plano de Telegestão, tendo em vista a otimização de recursos e melhorias operacionais;
- Participação em projetos e partilha de conhecimento e de melhores práticas com parceiros nacionais e internacionais.

Em 2024, ano que marca os 15 anos da AgdA, além dos avanços nos indicadores de qualidade de serviço, apesar de alguns atrasos na concretização dos investimentos previstos no âmbito da Parceria, destaca-se a evolução do quadro de pessoal da empresa e a consolidação dos procedimentos internos.

O efeito cumulativo do atraso nas intervenções de reabilitação das infraestruturas, nomeadamente de saneamento, da rotatividade do quadro de trabalhadores e do contexto externo (*e.g.* pandemia e guerra na Ucrânia), tem contribuído para o agravamento das situações de contencioso, com implicações ambientais, bem como financeiras e reputacionais para a empresa. No caso concreto do rio Almansor, e tendo por base a natureza dos problemas em questão, a AgdA participa num grupo de trabalho, criado pela APA/ARH Tejo e Oeste, juntamente com o município de Montemor-o-Novo.

No sentido de evitar futuras situações de contencioso, a empresa, em articulação com as ARH Alentejo e Tejo e Oeste, desenvolveu um Plano de Regularização de Licenciamento de Captações Subterrâneas, que contempla a identificação das captações e suas tipologias, a situação da delimitação de perímetros de proteção e a necessidades de estudos complementares.

No contexto do desenvolvimento do Manual de Controlo Interno da AgdA, destaca-se a aprovação dos 12 processos remanescentes, dos 27 identificados como críticos, e para os quais foram definidas normas e princípios gerais, bem como as matrizes de risco associadas, tendo em vista a mitigação da ocorrência de ameaças e riscos, internos e externos. Com a equipa do Departamento de Sustentabilidade Empresarial completa, destaca-se o seu papel no acompanhamento do processo de implementação do referido manual.

No que se refere aos recursos humanos, para além do já referido processo de recrutamento, foi promovida uma utilização mais consolidada da Plataforma *Success Factors*, com a realização de várias sessões de formação ao nível do Grupo AdP, com especial enfoque no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Pessoal e do processo de Avaliação de Desempenho 2023/2024, totalmente concretizados na plataforma. Também foi possível desenvolver e aprovar o Plano de Formação 2024-2026.

No que diz respeito a potenciais fontes de financiamento, destaca-se o trabalho desenvolvido no seio do Grupo AdP, em que foi estudado o enquadramento das empreitadas previstas nos planos de investimentos de cada uma das empresas no exercício de reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como no desenvolvimento da Estratégia "Água que Une", iniciativa governamental que constitui um plano multissetorial para assegurar a disponibilidade de água para os usos essenciais, promovendo a sustentabilidade ambiental e social.

No que se refere à conclusão do processo de internalização do saneamento, destaca-se o trabalho preparatório desenvolvido pela Direção de Operação, e que contou com o contributo de todas as áreas relevantes da empresa, em que para além da organização da componente operacional, foi necessário assegurar a entrada atempada dos novos trabalhadores e a logística associada, bem como as ações iniciais de capacitação, em que prevaleceu o esforço dos elementos da própria equipa.

No âmbito da área de manutenção, destaca-se a evolução do Plano de Manutenção que, para além de promover a transição para ações de natureza preventiva, em vez de corretiva, integra um número mais representativo de instalações do universo da empresa. O esforço conjunto com a área de compras também merece destaque, com a sistematização das necessidades e preparação de procedimentos de contratação pública mais integrados.

No que se refere a empreitadas, destaque para a construção da ETA do Enxoé, ETAR do Ciborro, consignada em março, e a reabilitação do reservatório da Messejana, consignada em outubro.

Em termos de inovação, destaca-se o arranque em fevereiro do projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para a gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas, financiado no âmbito do programa Horizonte Europa. O consórcio é composto por 11 parceiros, sendo a AgdA responsável pelo caso de estudo português, a ETAR da Comporta, que integra colegas de várias áreas da empresa.

Importa, igualmente, referir a participação no projeto PortalApR, em articulação com as empresas Águas do Norte e Águas de Vale do Tejo, financiado no âmbito de uma iniciativa da AdP Inovação.

Também no contexto da partilha de conhecimentos, refira-se a celebração, em março, do protocolo de Cooperação Técnico-Científica com a Universidade Federal do Espírito Santo, no Brasil, no âmbito da temática "Aspetos Hidrodinâmico do Desempenho de Processos de Tratamento de Águas", em que foram promovidas ações de formação e reuniões técnicas, tendo sido também elaborados relatórios técnicos relativos à ETA de Alvito e ETAR de Mértola.

À semelhança do ano anterior, e no sentido de contribuir para uma análise mais atempada pela UTAM do Plano de Atividades e Orçamento de 2025, o respetivo processo de elaboração foi antecipado, tendo a proposta sido aprovada e submetida às tutelas setorial e financeira no mês de novembro.

No último mês do ano, destaca-se a aprovação do Plano Anual de Compras da empresa, bem como a apresentação de uma proposta de ferramenta desenvolvida pela área de Compras para acompanhamento da sua execução. Isto permitirá a todos os intervenientes um melhor e mais atempado conhecimento da evolução do processo de compras, bem como o aperfeiçoamento colaborativo da ferramenta em causa.

# 2. SÍNTESE DE INDICADORES

Os quadros que se seguem procuram avaliar de forma sintética a evolução da atividade operacional, de investimento e financeira, entre os anos de 2022 a 2024:

## INDICADORES DE ATIVIDADE

| | 2024 | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| 1. Investimento total (Milhares de Euros) [1] | 5 865 | 12 923 | 8 808 |
| 2. Nº Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais) | 169 | 155 | 153 |
| 3. Nº de Trabalhadores em 31 de dezembro (sem órgãos sociais) | 202 | 155 | 157 |
| 4. Nº de Órgãos Sociais | 9 | 9 | 9 |
| 5. Volume de Água Captada ($10^3$ m3/ano) | 22 805 | 22 651 | 21 739 |
| 6. Volume de Água Produzida ($10^3$ m3/ano) | 22 390 | 22 135 | 20 923 |
| 7. Volume de Água Fornecida ($10^3$ m3/ano) | 21 358 | 21 246 | 20 093 |
| 8. Volume de Água Faturada ($10^3$ m3/ano) | 21 358 | 21 246 | 20 093 |
| 9. Volume de Efluente Recolhido ($10^3$ m3/ano) | 13 796 | 13 151 | 12 503 |
| 10. Volume de Efluente Tratado ($10^3$ m3/ano) | 13 084 | 12 516 | 11 866 |
| 11. Volume de Efluente Faturado ($10^3$ m3/ano) [2] | 10 350 | 8 615 | 7 947 |
| 12. Energia Consumida (kWh/ano) | 24 538 638 | 24 580 227 | 22 773 207 |
| 13. Energia Consumida (Milhares de Euros) | 3 641 | 3 810 | 2 354 |
| 14. Número de Captações de Água em funcionamento | 312 | 305 | 304 |
| 15. Extensão da Rede em funcionamento (Km) | | | |
| - Abastecimento | 1 496 | 1 479 | 1 450 |
| - Saneamento | 123 | 122 | 124 |
| 16. Número de ETA's em funcionamento | 16 | 16 | 16 |
| 17. Número de ETAR's em funcionamento | 102 | 102 | 102 |
| 18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento | | | |
| - Abastecimento | 94 | 92 | 92 |
| - Saneamento | 39 | 39 | 39 |
| 19. Número de Reservatórios em funcionamento | 310 | 305 | 305 |
| 20. Municípios Abrangidos | | | |
| - Abastecimento | 20 | 20 | 20 |
| - Saneamento | 20 | 20 | 20 |
| 21. Municípios Servidos | | | |
| - Abastecimento | 20 | 20 | 20 |
| - Saneamento | 20 | 20 | 20 |
| 22. População Abrangida | | | |
| - Abastecimento | 204 484 | 204 484 | 204 484 |
| - Saneamento | 176 641 | 176 641 | 176 641 |
| 23. População Servida | | | |
| - Abastecimento | 202 023 | 199 848 | 200 073 |
| - Saneamento [3] | 176 641 | 176 641 | 176 641 |

[1] Investimento sem capitalização de encargos

[2] Faturados à tarifa contratualizada

[3] Foi considerada a população servida independentemente da faturação

## INDICADORES FINANCEIROS

| | 2024 | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| 1. Capital Social Realizado | **11 332 560** | 11 332 560 | 9 751 600 |
| 2. Capital Próprio | **15 178 491** | 14 411 919 | 12 763 158 |
| 3. Ativo Líquido Total | **188 703 350** | 194 242 718 | 184 069 617 |
| 4. Investimento [1] | **5 865 175** | 12 923 094 | 8 807 912 |
| 5. Recebimentos de Apoios Comunitários | **5 326 938** | 2 333 404 | 3 065 827 |
| 6. Passivo Total | **174 005 658** | 179 830 799 | 171 306 459 |
| 7. Dívida de clientes total | **7 326 022** | 6 541 438 | 6 100 538 |
| 8. Dívida de clientes municipais vencida | **2 880 742** | 2 563 278 | 2 821 029 |
| 9. Endividamento | **64 777 260** | 67 045 455 | 57 800 000 |
| 10. Volume de Negócios | **23 895 873** | 20 155 506 | 19 307 130 |
| 11. Vendas | **16 071 431** | 14 049 670 | 13 506 873 |
| 12. Prestação de Serviços | **7 824 442** | 6 105 836 | 5 800 257 |
| 13. Desvios de Recuperação de Gastos | **666 810** | 2 648 305 | (727 301) |
| 14. Gastos Operacionais | **32 009 225** | 39 324 343 | 31 732 526 |
| 15. Gastos Operacionais Ajustados [2] | **28 025 814** | 35 155 289 | 27 639 338 |
| 16. *EBIT* | **2 968 774** | 2 181 330 | 1 406 002 |
| 17. *EBIT* Ajustado [3] | **2 301 964** | -466 974 | 2 133 303 |
| 18. *EBITDA* | **6 812 469** | 6 345 612 | 5 396 043 |
| 19. *EBITDA* Ajustado [3] | **6 145 659** | 3 697 307 | 6 123 344 |
| 20. Resultados Financeiros | **(1 889 985)** | (1 267 217) | (596 817) |
| 21. Resultados Antes de Impostos | **1 078 789** | 914 114 | 809 185 |
| 22. Resultado Líquido do Exercício | **766 572** | 738 996 | 618 199 |
| 23. Tarifa média de Abastecimento de Água | **0,752** | 0,661 | 0,672 |
| 24. Tarifa média de Águas Residuais | **0,756** | 0,709 | 0,730 |

[1] Sem capitalização de encargos

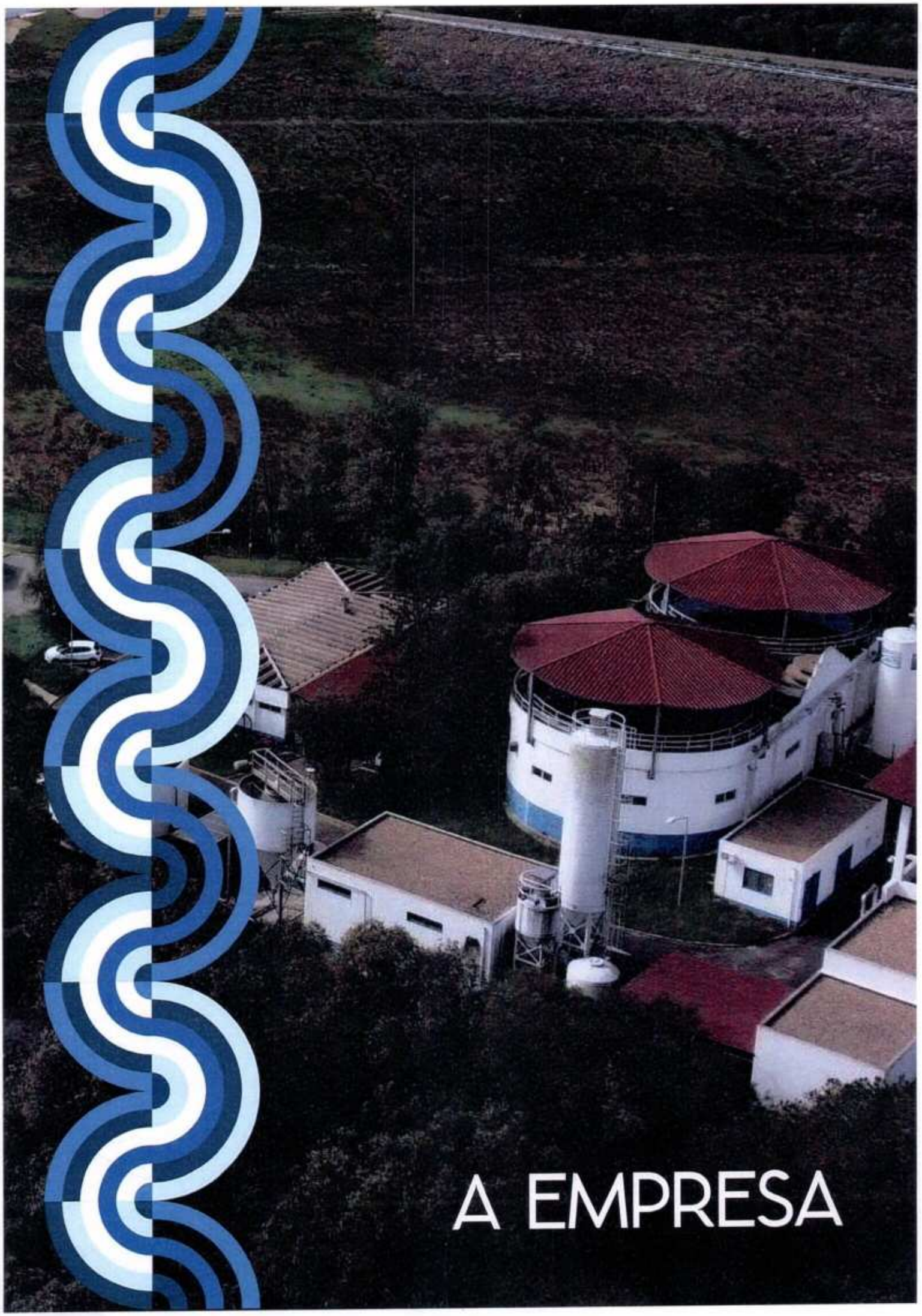
[2] Deduzidos de subsídios ao investimento e outros rendimentos

[3] Sem desvios de recuperação de gastos

## INDICADORES DE GESTÃO

| | 2024 | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| 1. Margem EBITDA Ajustado [1] | **25,72%** | 18,34% | 31,72% |
| 2. Gastos operacionais ajustados / *EBITDA* ajustado [1] | **456%** | 951% | 451% |
| 3. Capital Empregue (M€) | **88,955** | 91,554 | 81,954 |
| 4. Autonomia Financeira | **54,32%** | 54,12% | 56,47% |
| 5. Liquidez Geral | **106,99%** | 161,73% | 164,11% |
| 6. Solvabilidade | **118,28%** | 117,95% | 129,72% |
| 7. Fundo Maneio (M€) | **0,868** | 7,395 | 7,012 |
| 8. ROE | **5,05%** | 5,13% | 4,84% |
| 9. ROA | **0,41%** | 0,38% | 0,34% |
| 10. Dívida Financeira (M€) | **64,777** | 67,045 | 57,800 |
| 11. *Debt to Equity* | **427%** | 465% | 453% |
| 12. *Net Debt* (M€) | **63,702** | 66,284 | 55,526 |
| 13. *Net debt to EBITDA* ajustado (1) | **10,37** | 17,93 | 9,07 |
| 14. PMP (dias) | **32** | 42 | 57 |
| 15. PMR (dias) | **106** | 112 | 114 |

[1] Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos



# A EMPRESA

# 1. QUEM SOMOS

## 1.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA) é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a "...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública...".

Com a assinatura dos Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos 20 concelhos, a saber, Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

### MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

### VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional

### VALORES

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

## 1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAALENTEJO, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA, a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em "alta", numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;

ii. Através de um investimento total de 253 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 198 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;

iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 228 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;

iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.

**20 concelhos**

**228 459 habitantes**
(censos 2021)

**15 350 km² abrangidos**
(17% do território de Portugal Continental)

## 1.3. CADEIA DE VALOR

A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

## 1.4. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

# 2. ORGANIZAÇÃO

## 2.1. ESTRUTURA ACIONISTA

O parceiro Estado, através da AdP SGPS, e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAALENTEJO, através da AMGAP, repartem o capital social da entidade gestora (AgdA) em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

**ESTRUTURA ACIONISTA**

| | % | N.º Ações Classe A | Capital Social Subscrito | Capital Social Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. | 51% | 1 155 921 | 5 779 606 | 5 779 606 |
| AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo | 49% | 1 110 591 | 5 552 954 | 5 552 954 |
| TOTAL | 100% | 2 266 512 | 11 332 560 | **11 332 560** |

## 2.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

### 2.2.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando a Mesa da Assembleia Geral a ter a seguinte constituição:

- *Presidente:* Dr.º. António Manuel Ascenção Mestre Bota
- *Vice-Presidente:* Dr.º. Paulo Manuel Marques Fernandes
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Em 03 de janeiro de 2024 o Vice-Presidente da Mesa de Assembleia Geral apresentou a sua renúncia.

Em 03 de fevereiro de 2025 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2025-2027 passando a Mesa da Assembleia Geral a ter a seguinte constituição:

- *Presidente:* Dr.º. António Manuel Ascenção Mestre Bota
- *Vice-Presidente:* AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A.
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

## 2.2.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os seguintes órgãos sociais para o triénio 2021-2023 tendo o Conselho de Administração a seguinte configuração:

- *Presidente Não Executivo:* Dr.º. Francisco José Pinto Silva Narciso
- *Vice-Presidente Executivo:* Eng.ª Simone Ferreira Pio
- *Vogal Executivo:* Eng.º João Manuel Galhardo Maurício
- *Vogal Não Executivo:* Dr.º. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dr.ª. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Através das Declarações Unânimes por Escrito de 21 de abril de 2023 e de 07 de novembro de 2023 e na sequência da renúncia do Dr. Francisco Narciso, o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição que se manteve durante o ano de 2024.

- *Presidente Executivo:* Eng.ª Simone Ferreira Pio
- *Vogal Executivo:* Eng.º João Manuel Galhardo Maurício
- *Vogal Executivo:* Dr.º. Jorge Paulo Colaço Rosa
- *Vogal Não Executivo:* Dr.º. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dr.ª. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Na Assembleia Geral de 03 de fevereiro de 2025 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2025-2027, tendo neste momento o Conselho de Administração a seguinte composição:

- *Presidente Executivo:* Eng.º Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
- *Vice-Presidente Executivo:* Dr.º. Jorge Paulo Colaço Rosa
- *Vogal Executivo:* Prof.ª Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
- *Vogal Não Executivo:* Dr.º. Álvaro dos Santos Beijinha
- *Vogal Não Executivo:* Dr.ª. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

### 2.2.3. FISCAL ÚNICO

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Para o mandato de 2023-2025, exercícios de 2024 e 2025, e na sequência da Assembleia Geral de 18 de março de 2024, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente:

- *Fiscal Único Efetivo:* Deloitte & Associados, SROC S.A., Registo na OROC n.º 43, inscrito na CMVM sob o n.º 20161389, representada por Dr.ª Ana Alexandra Domelas Pinheiro (ROC n.º 1496)
- *Fiscal Único Suplente:* Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC n.º 1129, inscrito na CMVM sob o n.º 20160741.

## 2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o exercício da atividade cometida através do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, foi criada uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.

Os órgãos de apoio ou staff têm como principais atribuições:

| DESIGNAÇÃO | PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES |
|---|---|
| Sustentabilidade Empresarial | Promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa; |
| | Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; |
| | Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor. |
| Comunicação e Educação Ambiental | Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa; |
| | Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social; |
| | Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações; |
| | Atividades de comunicação de âmbito escolar e sensibilização ambiental de acordo com a estratégia e plano de comunicação. |
| Gestão de Origens | Identificar e implementar as melhores soluções para origens de água, em termos de quantidade, qualidade e segurança, sejam origens subterrâneas e superficiais, sejam outras alternativas, bem como transmitir requisitos para adequação do processo de tratamento; |
| | Apoiar a elaboração, manutenção e implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas; |
| | Apoiar a elaboração e cumprimento do plano de monitorização da qualidade da água nas origens, na água fornecida para consumo humano e nas descargas de águas residuais; |
| | Apoiar a elaboração, manutenção e implementação dos planos de segurança e de seca/contingência, incluindo a articulação com a comunidade e entidades interessadas; |
| | Apoiar a elaboração, manutenção e implementação de plano de reutilização e de eficiência hídrica, ao nível da entidade gestora e na promoção e articulação com as principais partes interessadas; |
| | Apoiar a identificação e implementação das melhores soluções de proteção e preservação das origens da entidade gestora e de entidades fornecedoras do sistema, incluindo gestão de licenças de captação e perímetros de proteção; |
| | Apoiar a gestão ativa das origens, incluindo nas manobras de operação. |
| Secretário da Sociedade | Zelar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos; |
| | Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações. |
| Jurídico-Legal | Elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos; |
| | Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação; |
| | Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada. |
| Secretariado e Apoio | Apoio administrativo na atividade regular e societária, das agendas e da correspondência recebida e expedida, incluindo gestão de arquivo. |

No que respeita aos órgãos de primeira linha, as principais atribuições podem apresentar-se como se segue:

| DESIGNAÇÃO | PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES |
|---|---|
| Direção Administrativa e Financeira | Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos; |
| | Assegurar a gestão financeira da empresa; |
| | Assegurar a contabilidade geral e analítica; |
| | Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização; |
| | Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais; |
| | Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho; |
| | Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa. |
| Direção de Engenharia e Gestão de Ativos | Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade; |
| | Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso; |
| | Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa; |
| | Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias. |
| Direção de Manutenção | Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados; |
| | Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço; |
| | Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas; |
| | Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética; |
| | Planear e executar ações para otimizar processos e reduzir consumos desnecessários. |
| Direção de Operação | Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação; |
| | Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação; |
| | Realização das atividades de manutenção previstas nas rotinas de operação; |
| | Coordenação e execução da gestão de resíduos; |
| | Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; |
| | Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria; |
| | Gestão do parque de equipamentos de medição caudal. |

# 3. AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As nossas atividades têm impactos relevantes na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico da região onde operamos, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

As alterações climáticas, o esgotamento de recursos e a degradação dos ecossistemas e poluição ambiental são desafios significativos, que enfrentamos com um compromisso reforçado para com o ambiente e a sociedade e ao nível da *governance*.

## 3.1. COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

Destacamos o Compromisso de Integridade, subscrito pela AgdA em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade consubstanciado na Política de Integridade - https://www.agda.pt/images/Poltica_de_Integridade_do_Grupo_guas_de_Portugal_1.pdf e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta: https://www.agda.pt/geral/codigo-de-conduta-e-etica
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas: https://www.agda.pt/geral/cpc
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades: https://grupoadp.form.maistransparente.com/
- Manual de Contratação Pública: https://www.agda.pt/geral/estatutos-e-regulamentos
- Manual de Compras: https://www.agda.pt/geral/estatutos-e-regulamentos

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AgdA dispõe de uma **Linha de Integridade**, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

## 3.2. COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

## 3.3. AS NOSSAS AMBIÇÕES

As Ambições de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal e da AgdA relevam o trabalho com propósito, a ação climática, a economia circular da água, a valorização dos territórios, a inovação com impacto, a cooperação internacional para a gestão da água e a educação para a sustentabilidade.

Promovemos um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, bem como a segurança, saúde no trabalho e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Em termos de ação climática, focamo-nos na neutralidade e autossustentabilidade energética, na redução de emissões de gases com efeito de estufa e na resiliência dos sistemas face às alterações climáticas.

A aposta na economia circular da água visa a gestão eficiente do ciclo urbano da água, conservando recursos hídricos e minimizando desperdícios. A valorização dos territórios assenta na prestação de um serviço público de excelência, fortalecendo a relação com comunidades, protegendo a biodiversidade e promovendo a saúde pública. Paralelamente, a inovação é incentivada através de projetos de IDI, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis.

Na dimensão internacional participamos em projetos do Grupo Águas de Portugal ao nível da cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimentos e apoiando programas em países em desenvolvimento. A educação para a sustentabilidade é uma das nossas ambições, que prosseguimos visando sensibilizar para o valor da água no contexto do desenvolvimento sustentável.

## O NOSSO COMPROMISSO EM 2024

O compromisso com a sustentabilidade esteve presente em toda a cadeia de valor da AgdA sendo transversal a todas as áreas da empresa. Sistematizam-se, em seguida, algumas atividades realizadas ao longo do ano, alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e com o Compromisso de Sustentabilidade da AdP, já apresentado anteriormente neste relatório.

- **TRABALHAR COM PROPÓSITO** | Valorizar a relação com os/as trabalhadores/as, encorajando a evolução profissional e pessoal

  - Política de recursos humanos da AdP;
  - Planos de desenvolvimento de carreira para todos os/as trabalhadores/as;
  - Plano para a Igualdade de género;
  - Sistema de Responsabilidade Empresarial;
  - Assegurar formação continua aos/às trabalhadores/as;
  - Estimular os/as trabalhadores/as para aumentarem as suas qualificações;
  - Melhorar continuamente a segurança das infraestruturas;
  - Monitorizar, no âmbito da segurança no trabalho, os ambientes de trabalho;
  - Assegurar os equipamentos de proteção individual e coletivos necessários à execução das tarefas;
  - Promover uma cultura de segurança;
  - Assegurar seguro de saúde a todos/as trabalhadores/as e agregado familiar;
  - Consultar os/as trabalhadores/as em matéria de segurança no trabalho;
  - Assegurar apoio psicológico aos/às trabalhadores/as, através de linha telefónica de apoio.

- **AGIR PELO CLIMA** | Reduzir as emissões Gases de Efeitos de Estufa (GEE), mitigar os nossos impactos, adaptar as operações às alterações climáticas

  - Constituição do Grupo de Gestão de Energia;
  - Monitorização da quantificação dos GEE produzidos pela AgdA;
  - Aumento da produção de energia 100% renovável;
  - Redução do consumo de energia elétrica;
  - Aumento da autossuficiência energética;
  - Criar condições para redução da dependência de combustíveis fosseis;
  - Realização de auditorias energéticas para identificação de medidas de eficiência energética.

- **ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA** | Gerir o ciclo urbano em equilíbrio com a natureza, garantindo a transição para a economia circular

  - Monitorização da qualidade da água nas origens;
  - Monitorização das perdas físicas (reais);
  - Constituição de um grupo de trabalho para redução das afluências industriais na rede de drenagem do Município de Viana do Alentejo;
  - Valorização de 100% de lamas de ETAR.

- **VALORIZAR OS TERRITÓRIOS** | Prestar um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população

  - Manual de Compras ecológicas
  - Sistema de Responsabilidade Empresarial
  - Assegurar o tratamento das águas residuais
  - Assegurar o fornecimento de água segura
  - Redução de perdas de água

- **INOVAR PARA IMPACTAR** | Impulsionar uma inovação aberta, colaborativa e que gere valor para o grupo AdP e para as empresas

  - Gestão da recarga de aquíferos utilizando fontes alternativas de água. Caso de estudo da ETAR Comporta - Projeto MARCLAIMED (Managed Aquifer Recharge with alternative water resources) – Financiado pelo Programa Horizonte Europa da União Europeia.;
  - Portal ApR - criação de um portal "Balcão Único de ApR". Este portal terá como objetivo facilitar e agilizar processos de gestão, de licenciamento e de aquisição de Água para Reutilização (ApR);
  - Modelação da Albufeira do Monte da Rocha - Definição de cota mínima de exploração para efeitos de salvaguarda do abastecimento público;
  - Avaliação da possibilidade de melhoria do controlo de trihalometanos, cianobacterias e micricistinas na ETA do Monte da Rocha.

- **EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE** | Ser um ator de referência em matéria de educação para o desenvolvimento sustentável

  - Realização de campanhas de sensibilização em escolas a promover o conhecimento das etapas do Ciclo Natural e do Ciclo Urbano da água na região;
  - Realização de campanhas de sensibilização em escolas e para a população geral, promovendo o uso racional da água – Campanha sob o mote "Água é vida. Não a desperdice", do Grupo Águas de Portugal (AdP), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
  - Realização de campanhas de sensibilização em escolas e para a população geral, promovendo o uso sustentável da rede de saneamento – Campanha "No cano, lixo não";

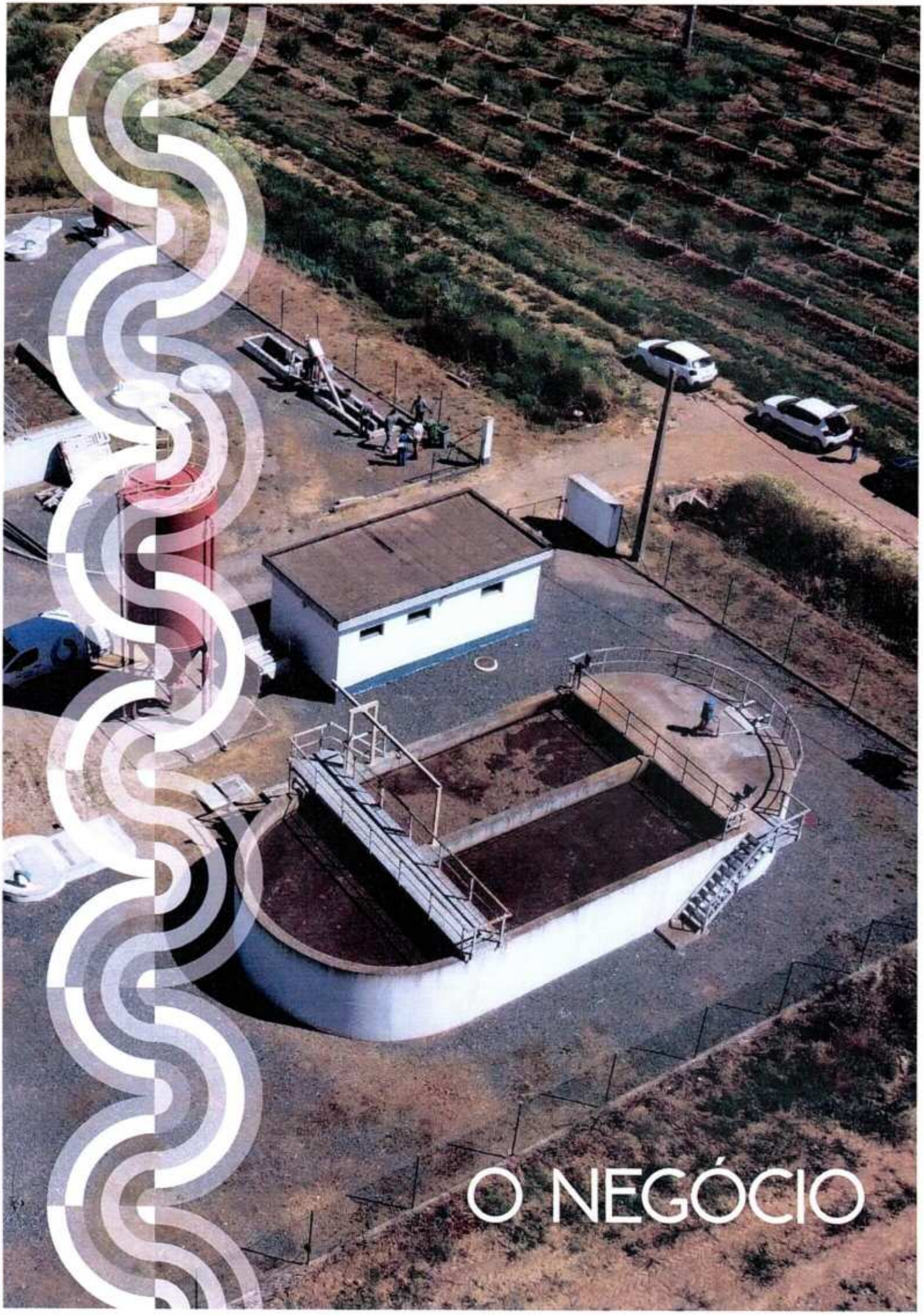
- Visitas às instalações de abastecimento e saneamento por parte de escolas e população geral;
- Campanhas de sensibilização internas para melhoria da eficiência energética nas instalações e nos processos de tratamento de água e água residual.

## GARANTIR A SUSTENTABILIDADE, CRIANDO VALOR PARA AS PARTES INTERESSADAS

- Execução do plano de investimentos de infraestruturas;
- Realização de investimento em energias renováveis nas infraestruturas;
- Desenvolvimento de um *Master plan* para a energia;
- Monitorização de perdas;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa;
- Participação em Grupo de Trabalho para redução de afluências indevidas (pluviais) à rede de drenagem, no Município de Montemor-o-Novo;
- Alinhamento das atividades da empresa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Preparação do alargamento do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

## GARANTIR A CREDIBILIDADE, A ÉTICA, A TRANSPARÊNCIA E O RIGOR DO MODELO DE GESTÃO DA EMPRESA

- Avaliação do risco empresarial e acompanhamento de execução do plano de tratamento de riscos e do plano de implementação de oportunidades;
- Avaliação do cumprimento do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Formação em risco empresarial e ética, aos trabalhadores da empresa;
- Reforço do compromisso com UN Global Compact.



# O NEGÓCIO

# 1. A ENVOLVENTE

## 1.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO[1]

A evolução recente da economia mundial tem sido caraterizada por diferenças significativas de crescimento entre regiões e setores. O dinamismo da economia americana e das economias emergentes (excluindo a China) contrasta com a fraqueza das grandes economias europeias e o abrandamento na China. O dinamismo dos serviços continua a apoiar a atividade, em contraste com o enfraquecimento da indústria. A dinâmica da economia mundial permanece frágil, com riscos significativos de uma escalada dos conflitos geopolíticos ou do protecionismo.

### MUNDIAL

O crescimento global para o ano 2024 estima-se em 3,2% e é esperado um crescimento de 3,3% para 2025 e 2026.

A desinflação continua, mas existem sinais de que o processo está estagnado em alguns países e que em alguns casos, a inflação mantém-se elevada. A inflação global deverá cair para 4,2% em 2025 e 3,5% em 2026, convergindo para a meta definida de forma mais acelerada nas economias avançadas do que nas economias emergentes.

### EUROPEU

A atividade na área do euro deverá acelerar gradualmente, beneficiando da redução das taxas de juro, da recuperação do poder de compra das famílias e da robustez do mercado de trabalho. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

As projeções apontam para que a inflação na área do euro se reduza de 2,4% em 2024 para 2,1% em 2025, estabilizando em torno de 2,0% nos anos seguintes. Espera-se uma diminuição do preço do petróleo, particularmente em 2025, num contexto de abrandamento da procura na China.

---

[1] Fontes: *FMI World Economic Outlook; European Comission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu;* Eurostat e INE.

As taxas de juro de curto prazo deverão continuar a diminuir, de forma mais rápida e em maior magnitude do que as projeções de outubro. Os futuros da Euribor a 3 meses indicam uma descida de 1,4 pp em 2025, para 2,1%, com uma relativa estabilização nos anos seguintes.

## NACIONAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2024 são os seguintes:

| | Estimativa 2024 | Ano 2023 |
|---|---|---|
| Taxa crescimento Produto Interno Bruto | **1,7%** | 2,5% |
| Taxa crescimento Consumo Privado | **3,0%** | 2,0% |
| Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor | **2,6%** | 5,3% |
| Taxa de desemprego | **6,4%** | 6,5% |
| Euribor 6 meses (fim do ano) | **2,6%** | 3,9% |
| Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano) | **3,9%** | 3,2% |

A economia portuguesa deverá crescer 1,7% em 2024, projetando-se em 2,2% para 2025 e 2026, reduzindo para 1,7% em 2027. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2,0% em 2026–2027.

O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo.

A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2% em 2023 para 2,6% em 2027. Esta evolução reflete a substituição de dívida emitida no passado a taxas de juro inferiores às das atuais emissões, bem como o aumento das necessidades de financiamento líquidas por via da deterioração da situação orçamental.

As projeções orçamentais apontam para o retorno a uma situação deficitária, embora o rácio da dívida pública mantenha uma trajetória descendente. Estima-se que o excedente em 2024 possa atingir 0,6% do PIB, acima dos 0,4% previstos no Orçamento do Estado para 2025 (OE 2025). A atual projeção aponta para um saldo de -0,1% do PIB em 2025, inferior aos 0,3% estimados no OE 2025.

## REGIÃO DO ALENTEJO

A região do Alentejo conta com uma história marcada pelo património natural e cultural que lhe conferem identidade e autenticidade, e um potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, em atividades consolidadas, mas também em nichos de especialização produtiva. Parte assim de produtos de reconhecida excelência como a cortiça, a prazeres com saber e sabor em domínios como artesanato, gastronomia, vinhos ou azeites, mas também heranças intemporais como a paisagem e património cultural.

A sua posição de charneira confere ao desenvolvimento de infraestruturas de acessibilidade e conetividade uma importância central para a atração de investimento a partir de Zona Industrial e Logística de Sines, onde novas oportunidades têm vindo a ser potenciadas, mas também do aeroporto de Beja, desde o suporte logístico à indução de novas atividades conexas, desde a manutenção de aeronaves, mas também ao seu desmantelamento e articulação com outras atividades relevantes.

Também a disponibilidade de água a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem permitido uma importante expansão da atividade agrícola, mas também o desenvolvimento da agroindústria.

Os 170 km de zona costeira das mais preservadas da Europa, com diversificado potencial de recursos marinhos para o desenvolvimento de um conjunto vasto de novas atividades, ampliam ainda o potencial turístico e de atração de população desta importante parcela do território.

É, pois, num contexto de dinamismo e de maior aposta em acrescentar parcerias, designadamente com os territórios vizinhos, que se deve identificar um potencial passível de contrariar tendências de recessão demográfica prolongada.

# 2. O SETOR

## 2.1. A NÍVEL MUNDIAL

A água constitui um elemento transversal no contexto atual de crise. Este facto é ainda mais evidente quando se associa a crise a uma dimensão de sustentabilidade, quer climática, quer de recursos quer de biodiversidade.

Constituindo-se com um bem cada vez mais escasso, a tendência é no sentido dum agravamento dessa escassez nas próximas décadas.

Para além do crescimento e aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas. Muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas. Facilmente percetíveis até pela alteração dos padrões de precipitação à escala mundial.

Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há uma necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental, dependem de um ciclo da água doce que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É, neste contexto e simultaneamente desafio(s) que urge garantir para além da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico, a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis).

Resulta assim, que a água e os serviços e atividades que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, se mantêm cada mais no centro do desenvolvimento sustentável, e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

Não obstante, subsistem ainda alguns factos indesmentíveis:

- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada.[2]
- Apenas um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- Apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- Subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- As empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no médio oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- A transformação de acordos políticos em regras vinculativas;
- O garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- O exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- O estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

---

[2] https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024, intitulado "Água para a Prosperidade e a Paz"[3], emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, destacou a importância da água como elemento central para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global.

## 2.2. CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA[4]

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar, um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

Por um lado, mantém-se o conflito na europa oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia. A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas em outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos que, direta ou indiretamente, impactaram a geopolítica europeia e a crise energética durante o ano de 2024: Tensões no Mar do Sul da China (impacto global, incluindo nas rotas comerciais marítimas que afetam o fornecimento de energia e bens para a Europa); crise no Sahel (afeta a segurança de fornecimentos energéticos, como o urânio, essencial para a energia nuclear em países europeus); conflito na Síria (influencia as dinâmicas de gás natural no Mediterrâneo oriental, uma área estratégica para a Europa); Tensões em Arménia e Azerbaijão (Nagorno-Karabakh) (afetam rotas de energia, já que o Azerbaijão é um exportador importante de gás natural para a Europa, sobretudo no contexto da diversificação em relação à Rússia e disputas no Ártico (com o degelo, a região torna-se um campo de disputa entre grandes potências como Rússia, EUA, Noruega e Canadá, o que afeta a exploração de novos recursos energéticos, incluindo gás e petróleo).

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia a aprovou o Plano REPowerEU Europeia que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização

---

[3] https://unesdoc.unesco.org

[4] https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em 2022, também como resposta à crise geopolítica, foi publicado o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. Pela sua importância a vigência do Plano de Poupança de Energia foi prorrogada até 31 de março de 2024.[5]

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.

Em simultâneo, procedeu-se à revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2023 (PNEC) que foi aprovada em outubro de 2024[6]. Uma das alterações efetuadas é o aumento da meta nacional para a redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. Este plano traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

O Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030) estabelece objetivos para a transição energética, incluindo a redução da dependência energética do exterior e o aumento da produção doméstica de energia a partir de fontes renováveis.

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

---

[5] Cf. Despacho n.º 1572/2024 de 08 de fevereiro de 2024.

[6] Cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024 de 30 de outubro

## 2.3. O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL[7]

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

### PANORAMA NACIONAL

| Abastecimento de Água | Saneamento de Águas Residuais |
|---|---|
| 9,4 milhões de habitantes servidos | 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem |
| 96% de alojamentos servidos | 87% de alojamentos servidos |
| 197 litros: consumo médio diário de água por habitante | 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento |
| Tarifa média ponderada: 0,54EUR/m$^3$ | 86% de alojamentos servidos com tratamento |
| Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,72% | 1,91 milhões de m$^3$ de águas residuais recolhidas diariamente |
| | Tarifa média ponderada: 0,572EUR/m |

Dados: RASARP 2024 volumes 1 e 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturação dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A resolução 23/2024 aprova o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030[8] estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das

[7] Fonte: http://www.ersar.pt/pt; https://www.apambiente.pt; Diário da República, 1.ª série

[8] Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

Em julho de 2024[9] foi criado um grupo de trabalho que define as linhas de ação da estratégia "Água que Une" - um plano multissetorial que visa assegurar a disponibilidade de água para todos os usos essenciais e promover a sustentabilidade ambiental e social.

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo elaborar uma estratégia de desenvolvimento de um quadro de planeamento da água que articule todos os instrumentos de gestão em vigor, promova a sustentabilidade das massas de água, assegure a garantia do abastecimento de água, salvaguardando o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos, orientada pelo seguinte quadro sequencial de prioridades:

a) Aumento da eficiência hídrica e promoção do uso racional da água;
b) Redução das perdas de água nos sistemas de abastecimento publico, agrícola, turística, industrial;
c) Promoção da utilização de água residual tratada;
d) Otimização da exploração das infraestruturas existentes, através da promoção da multifuncionalidade do seu uso e do reforço da resiliência e redundância dos sistemas hidráulicos;
e) Aumento da capacidade de armazenamento das infraestruturas existentes;
f) Criação de novas infraestruturas e origens de água, onde se incluem infraestruturas de armazenamento, regularização e captação de água, unidades de dessalinização e, em último recurso, a interligação entre bacias hidrográficas.

A estratégia estabelece orientações para a elaboração do Plano Nacional da Água (PNA 2035) e para um novo plano de armazenamento e de distribuição eficiente de água para a agricultura, designado como Plano REGA.

## 2.4. O GRUPO ADP EM 2024

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros

[9] Despacho n.º 7821/2024 de 16 de julho de 2024

subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo no passado recente em contextos de situações de contingência ou de seca meteorológica e hidrológica verificadas.

Outro exemplo recente, foi a prossecução dado ao esforço de definição de regras e medidas adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

No âmbito desta área geográfica, a 8 de fevereiro de 2024 foi aprovado aprovou uma resolução que reconhece a "situação de alerta na região do Algarve, por motivo de seca" e aprova um "*quadro de medidas de resposta imediata, de carácter temporário*" para redução de consumos e racionalização da utilização dos recursos, com o objetivo de "*ultrapassar as necessidades essenciais da época do Verão e terminar o ano de 2024 com reservas para 2025*".

Ainda no mês de fevereiro foi assim lançado o concurso público para a a conceção, construção e exploração da Estação de Dessalinização de Água do Mar do Algarve que visa garantir a resiliência do abastecimento de água, designadamente em períodos de seca prolongada, através de um acréscimo das disponibilidades hídricas na região.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

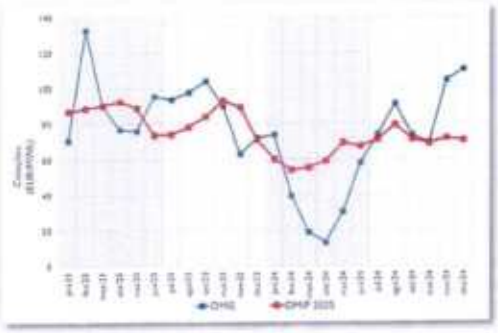
No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2024, o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "Utilities of the Future".

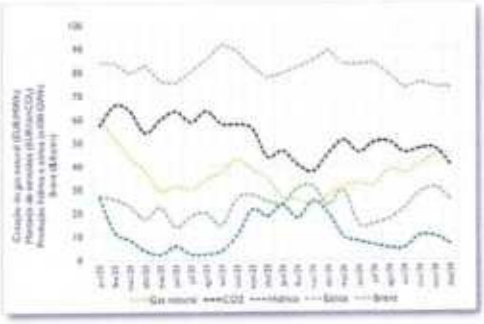
# 3. A ENERGIA NO GRUPO AdP

## 3.1. O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2024 verificou-se uma forte variação nos preços dos mercados elétricos: no OMIE (mercado diário de eletricidade), no 1º semestre, existiu uma queda acentuada dos preços devido ao aumento das quotas de mercado, principalmente, pela maior contribuição das energias renováveis e uma recuperação dos valores com o decorrer do 2º semestre; o OMIP (mercado de futuros de eletricidade), no 1º semestre, desceu notoriamente, estabilizando com o decorrer do ano, tal como pode ser confirmado pela observação da seguinte figura.



Em 2024 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 63,25 €/MWh (tendo sido de 88,27 €/MWh em 2023, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2024 do futuro de energia ibérico (OMIP) para fornecimento em 2025 foi de 66,69 €/MWh, diminuindo (-20,9%) face ao ano de 2023.



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a descida do preço médio do gás natural face a 2023 (-14,4%); de notar que apesar da descida do preço médio do gás natural, em 2024, o mesmo apresentou uma tendência de aumento ao longo do ano. A cotação mensal média do $CO_2$ desceu face ao ano anterior (-21,9%). A produção hídrica foi significativamente superior (+23,5%), assim como a produção eólica em 2024 (+12,3%). Quanto ao preço do petróleo, o brent apresentou um preço médio em 2024 de 79,9 $/barril, valor inferior face a 2023 (82,03 $/barril).

Nos mercados diários europeus e em 2024, as cotações de energia elétrica reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

| Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário) | 2024 (EUR/MWh) | 2023 (EUR/MWh) | 2024/ 2023 (%) |
|---|---|---|---|
| Portugal | 63,25 | 88,27 | -28,4% |
| Alemanha | 78,55 | 94,92 | -17,2% |
| França | 57,90 | 96,60 | -40,1% |

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2025, reduziram-se face ao ano anterior, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

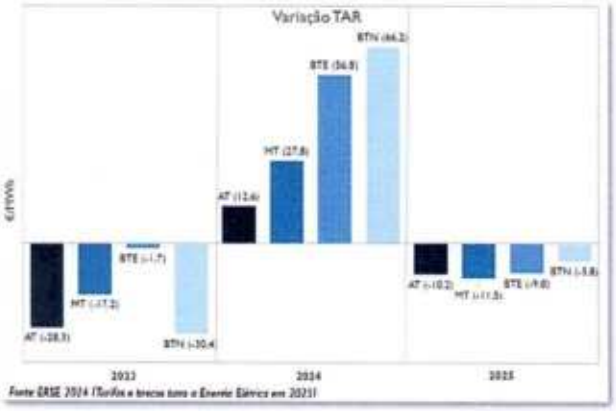
| Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros) | 2024 (EUR/MWh) | 2023 (EUR/MWh) | 2024/ 2023 (%) |
|---|---|---|---|
| Portugal | 103,92 | 176,28 | -41,0% |
| Alemanha | 137,32 | 298,65 | -54,0% |
| França | 162,38 | 368,00 | -55,9% |

No ano de 2024, o consumo nacional foi de 51,365 TWh, superior em +1,3% face ao registado em 2023.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso as empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (também designado por CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário, o pagamento das tarifas renováveis nas energias renováveis e as convergências tarifárias regionais. Em 2024 foi criado um novo termo tarifário, designado como financiamento da tarifa social, que veio a encarecer o preço de energia em cerca de 2,9 EUR/MWh.

Como sempre se tem referido, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2025 as TAR vão descer em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte, que pode induzir que é expectável um aumento do preço da energia elétrica e/ ou uma redução dos CIEG.



Em 2024, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2024 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um apenas para o fornecimento no 1° semestre, reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados, e outro para o 2° semestre, já de 12 meses (estendendo-se até jun/2025), porque o mercado ganhou estabilidade ao longo de 2024;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a redução do custo de energia verificada no 2° semestre (o preço médio de energia de mercado desceu de 95,75 €/MWh no 1° semestre para 78,55 €/MWh no 2° semestre).

Em 2025 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1° semestre de 2025 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 7,8 milhões de euros face a 2024, fixando-se em torno dos 82,8 milhões de euros para um consumo da RESP de 749 GWh (-0,2% face a 2024).

## 3.2. O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 5 de fevereiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2024 (+1,3% do que em 2023) cifrando-se em 782,08 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 0,1% do caudal em abastecimento de água e de 8,5% em água residual.

Destes, 751,03 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +1,2% do que em 2023 e 31,05 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+4,0% do que em 2023). Este valor de 751,03 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 748,64 GWh e 2,39 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP, projeto esse onde a participação das empresas do Grupo AdP foi interrompida por força de novas exigências técnicas que, não podem no momento atual, ser adotadas pelas nossas empresas.

Os dados de 2024 apontam para uma produção de 38,28 GWh/ano (-2,5% face a 2023), o autoconsumo foi de 31,05 GWh (+4,0% do quem em 2023) e a energia vendida à RESP totalizou 7,22 GWh (-23,0% do que em 2023).

Em termos gerais, o saldo com a RESP[10] do Grupo AdP em 2024 foi de 751,03 GWh, o que representa uma variação de +1,2% do que em 2023, onde o saldo foi de 742,01 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP desceu para 4,9% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2024, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 05 de fevereiro 2024) deverá atingir em 2024 cerca de 92,7 milhões de euros, que corresponde a cerca de -7,84 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior (-7,8%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2024, os 179 veículos 100% elétricos e os 15 veículos plug-in, que integravam a frota de serviço do Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2024, percorreram mais de 3,0 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 258 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 928 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -61,0% (-135,3 tep), e o consumo elétrico foi de 402 MWh.

Em termos de emissões de CO2, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -615 toneladas (-89,6%).

No ano de 2024 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (1.363 veículos) consumiu cerca de 3,3 milhões de litros de combustíveis[11] (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -11,5% face a 2023 – ano em que foram consumidos 3,75 milhões de litros - e uma variação de +11,1% face a 2022, (onde se consumiram 2,99 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 9.095 l/dia em 2024 (em 2023 o consumo médio diário foi de 10.282 l/dia e em 2022 de 8.190 l /dia).

O consumo de combustíveis em 2024 correspondeu a um gasto total da ordem de 4,1 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -11,1% face a 2023 (4,6 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +5,2% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído).

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis manteve-se praticamente igual ao ano anterior: +0,3% no gasóleo e de +1,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade

---

[10] Os consumos de BTN referentes a nov/24 e dez/24 ainda não estão disponíveis, tendo sido utilizados os consumos dos meses homólogos de 2023.

[11] Os valores de consumo de combustíveis de 2024 no SAP, em certas empresas, ainda se encontram incompletos.

Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

## 3.3. A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de $CO_2$ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar o consumo da energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não podem deixar de ser tidos em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP - enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica. Sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2024 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável (prevendo um *mix* integrado de produção), principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Em 2024, o investimento acumulado apurado em novembro de 2024, no âmbito do Programa ZERO, totalizava 9,6 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Em 2018, O Grupo AdP assinou a carta de compromisso "Business Ambition for 1.5°C", iniciativa da United Nations Global Compact, comprometendo-se a evitar que as emissões de GEE em 2030 ultrapassem metade das emissões verificadas em 2010. Adicionalmente, o Quadro Estratégico de Compromisso e o Compromisso de Sustentabilidade vieram reforçar o esforço do Grupo em reduzir as emissões de GEE. De modo a responder a este desafio, o Grupo AdP tem em curso o Programa NEUTRO, com o objetivo de quantificar e reduzir as suas emissões de GEE.

Um dos objetivos do Programa NEUTRO é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas. O inventário de GEE é a ferramenta utilizada para tal contabilização, através de metodologias normalizadas.

Na elaboração do inventário do Grupo AdP foi utilizado o GHG Protocol. Esta ferramenta fornece um conjunto de orientações e requisitos, que permitem às empresas/organizações (de modo uniforme) medir e calcular as suas emissões de GEE, dividindo-as em três âmbitos:

- Âmbito 1 - emissões de GEE diretas decorrentes de operações que pertencem ou são controladas pela empresa;
- Âmbito 2 - emissões de GEE indiretas provenientes do consumo de energia utilizada nas atividades da empresa;

- Âmbito 3 - emissões de GEE indiretas (não contabilizadas no âmbito 2) que ocorrem na cadeia de valor, quer a montante, como a jusante, divididas em 15 categorias.

Em 2023 concluiu-se o desenvolvimento da ferramenta que calcula a pegada carbónica do Grupo AdP e das suas empresas e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 e de 2022. Já em 2024, concluiu-se o inventário relativo a 2023, apresentando os seguintes valores:

- Em 2022 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,16 kg $CO_2e/m^3$ água faturada e 0,44 kg $CO_2e/m^3$ água residual faturada;
- Em 2023 as emissões específicas de âmbito 1 e 2 foram de 0,13 kg $CO_2e/m^3$ água faturada e 0,41 kg $CO_2e/m^3$ água residual faturada.

Em 2025 está em curso o inventário de 2024 e o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP, e que consubstanciará o Programa NEUTRO do Grupo.

# 4. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2024, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2024, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

## 4.1. REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

O Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro que definiu, para o ano de 2024, as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores cobrados nos termos dos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, promovendo igualmente o restabelecimento de competências da ERSAR que haviam sido revogadas pela LOE 2021, a partir de 2026.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2024, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2024, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2024, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa ao Projeto de Recomendação relativa à divulgação e acesso à informação a disponibilizar no Sítio na Internet das entidades gestoras, ao Projeto de Recomendação relativa à informação a constar das faturas dos serviços, ao Projeto de Regulamento do sistema nacional de aprovação dos produtos em contacto com a água destinada ao consumo humano, e à revisão do Projeto de Regulamento de Procedimentos Regulatórios (RPR).

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

## AGDA – ATIVIDADE EM "ALTA"

A AgdA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta", celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AgdA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em "alta", nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AgdA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2023, as tarifas aplicadas na faturação pela AgdA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AgdA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2024, estavam registados em balanço cerca de 2 524 882 euros de DRG de natureza deficitária.

## 4.2. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2024, foi apresentado o Volume I do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP 2023) com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante referente à caraterização do setor no ano de 2022, abordando a sua caraterização e evolução, os principais intervenientes, os principais números em termos de recursos do setor, a análise económica e financeira e os principais resultados da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, com destaque para o primeiro ano de aplicação da 4.ª geração do sistema de Avaliação Qualidade do Serviço, sendo também disponibilizada a avaliação comparada (benchmarking) do desempenho das entidades gestoras. É ainda realizada a análise da relação das entidades gestoras com os utilizadores e apresentação dos principais resultados no que respeita à monitorização legal e contratual das entidades gestoras.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AgdA, disponível em Indicadores ERSAR - Qualidade do Serviço.

## 4.3. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A AgdA que exerce atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AgdA deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AgdA implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 2024, no cumprimento da legislação, a AgdA implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AgdA são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2024, foi apresentado o volume 2 do RASARP 2023 com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022. Sintetiza a informação mais relevante relativa à qualidade da água fornecida aos utilizadores pelas entidades gestoras no ano de 2022, e procede à comparação dos resultados obtidos com os resultados de anos anteriores, permitindo assim avaliar a evolução da situação.

## 4.4. REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água e são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AgdA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

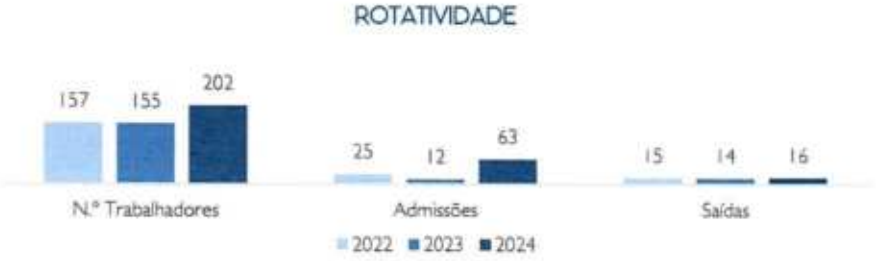
Durante o ano de 2024 verificou-se uma taxa de resposta aos pedidos de informação de 89% e a reclamações de 85%. Pese embora a percentagem de respostas tenha diminuído face ao ano anterior verificou-se uma redução no número de reclamações recebidas relativamente ao período transato.

# 5. AS NOSSAS PESSOAS

A empresa concluiu o ano de 2024 com 202 trabalhadores. Ao número de trabalhadores deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 2 são Vogais Executivos e 2 são Vogais não executivos.

## ROTATIVIDADE DE TRABALHADORES

O ano 2024 iniciou-se com 155 trabalhadores e terminou com 202 trabalhadores, como consequência de 16 saídas e 63 admissões, sinal das dificuldades em estabilizar o quadro de trabalhadores.




## DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR GÉNERO

O nosso quadro de trabalhadores é maioritariamente do sexo masculino, resultante do predomínio das funções operacionais.

## ESTRUTURA ETÁRIA

As idades dos trabalhadores variam entre os 21 e os 65 anos de idade, localizando-se a média etária nos 44 anos.

## ANTIGUIDADE NA EMPRESA

O início da atividade operacional em 2010 e a elevada rotatividade contribuem para uma antiguidade relativamente baixa, em torno de um valor médio de 6 anos.

## VÍNCULO LABORAL

O vínculo laboral dos trabalhadores é, predominantemente, o contrato sem termo (185), sendo de relevar ainda a expressão das situações de cedência por interesse público (16).

## HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

A evolução do perfil de habilitações evidencia a aposta na qualificação dos trabalhadores, o que conjugado com a aposta em planos de desenvolvimento, constituem pilares de um modelo de negócio que valoriza a autonomia e reforço da digitalização.

## TEMPO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES

Em 2024 foram trabalhadas 320 556 horas, representando 92,37% do potencial de horas trabalháveis, representando uma melhoria face a 2023 (81,78%). Contribui para este facto os níveis de absentismo verificados em 2024, pese embora a redução face ao período homólogo.

## TRABALHO SUPLEMENTAR

O trabalho suplementar atingiu em 2024 um total de 7 201 horas, representando um aumento de 23% comparativamente ao ano anterior.

## FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO

A empresa tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, visando a preparação de novos profissionais a ingressar no mercado de trabalho.

### ESTÁGIOS 2024

| Tipo de Estágio | Nível | Área | Duração | Instituição de Ensino | Comparticipação | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curricular | VI | Gestão de Empresas | 3 meses | Instituto Politécnico de Beja | Não | Concluído |
| Curricular | VI | Gestão de Empresas | 3 meses | Instituto Politécnico de Beja | Não | Concluído |
| Curricular | VI | Gestão de Empresas | 3 meses | Instituto Politécnico de Beja | Não | Concluído |
| Curricular | V | Sistemas de Tecnologia e Informação | 3 meses | Agrupamento de Escolas n.º 2 Beja | Não | Concluído |

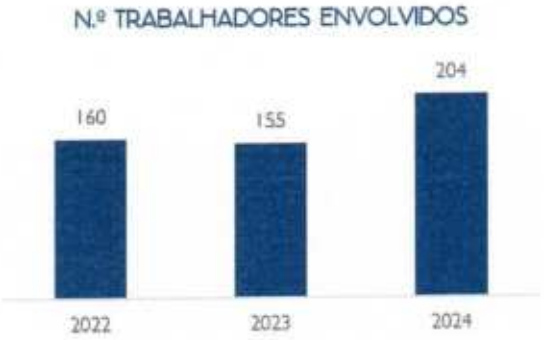
ESTÁGIOS 2024

| Tipo de Estágio | Nível | Área | Duração | Instituição de Ensino | Comparticipação | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Curricular | V | Sistemas de Tecnologia e Informação | 1 mês | Agrupamento de Escolas n.º 2 Beja | Não | Concluído |

Esta circunstância permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2024 foi possível trabalhar no sentido de implementarmos um plano de formação adequado às necessidades de desenvolvimento de cada trabalhador, procurando dotá-los de competências adequadas para o desempenho das suas funções. As ações de formação desenvolvidas em 2024 abrangeram 204 trabalhadores, tendo sido atingido um volume de formação de 2 269 horas, representando em termos médio 11 horas por trabalhador e portando ainda um pouco aquém do esperado.




Paralelamente temos vindo a apoiar trabalhadores em formação contínua, nomeadamente para a frequência de cursos de Licenciatura, Pós-Graduação e Doutoramento, que em 2024 abrangeu um universo de 9 trabalhadores nos seguintes cursos:

- Licenciatura em Gestão de Empresas (2 trabalhadores em frequência e 1 com conclusão);
- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (3 trabalhador em frequência);
- Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos (1 trabalhadora com conclusão);
- Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos e Liderança (1 trabalhador em frequência);
- Doutoramento em Psicologia Aplicada (1 trabalhadora em frequência)

# 6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida e da Visão Estratégica, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

Estamos empenhados em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social pretendemos:

i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com a Sustentabilidade Empresarial;
viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela

qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;

ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

Em Plano de Atividade e Orçamento foram propostos para o período de 2024 a 2026 os seguintes indicadores e Objetivos de Gestão:

| | | | Ano 2024 | |
|---|---|---|---|---|
| Tipo | Objetivo | Cálculo | Escala | Peso |
| Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021) | | | | |
| Sectorial | Qualidade da Água Fornecida | AQA | 1. AQA <97,00%<br>2. 97,00% <= AQA <99,00%<br>3. AQA>=99,00% | 10,00% |
| | Qualidade das Águas Residuais | AQAR | 1. AQAR <90,00%<br>2. 90,00% <= AQAR <=95,00%<br>3. AQAR > 95,00% | 10,00% |
| | Plano de Manutenção | Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva | 3. Nº Ações executadas face ao previsto >=90,00%<br>2. Nº Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00%<br>1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% | 10,00% |
| Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021) | | | | |
| Estratégico | Eficiência de Gestão | PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]<br>Variação face ao PAO proposto | 3. var < -0,10 pp<br>2. -0,10pp <= var <= +0,10pp<br>1. var > +0,10pp | 20,00% |
| | Respeito pelos prazos de pagamento | Variação do PMP face ao proposto em PAO | 3. Nr dias n < Nr dias n-1<br>2. Nr dias n = Nr dias n-1<br>1. Nr dias n > Nr dias n-1 | 10,00% |
| | Água para Reutilização | Evolução face ao ano anterior | 3. ApR >=102,50%<br>2. 97,50% >= ApR <102,50%<br>1. ApR < 97,50% | 5,00% |
| | Plano de Neutralidade Energética | Implementação do Plano de Neutralidade Energética | 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO<br>2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO<br>3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO | 5,00% |
| | Plano de Eficiência Energetica | Evolução face ao ano anterior em atividade comparável | 3. X <97,00%<br>2. 97,00% <= X <100,00%<br>1. X>=100,00% | 5,00% |

Em 2024, o grau de atingimento dos objetivos e indicadores de gestão propostos em PAO 2024, foi o seguinte:

## INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2024-

| Objetivos | Ponderadores Iniciais | Meta 2024 | Real 2024 | Variação 2024 | Grau de Desempenho 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Setorial | 30,00% | | | | |
| 1. Qualidade da Água Fornecida | 10,00% | 99,00% | 99,15% | | 3 |
| 2. Qualidade das Águas Residuais | 10,00% | 95,00% | 93,25% | | 2 |
| 3. Plano de Manutenção | 10,00% | 90,00% | 91,30% | | 3 |
| Ambientais e de Serviço | 45,00% | | | | |
| 4. Eficiência de Gestão | 20,00% | 71,99% | 74,99% | 3% | 1 |
| 5. Respeito pelos prazos de pagamento | 10,00% | 29 | 32 | 3 | 1 |
| 6. Água para Reutilização | 5,00% | Não avaliado (*) | | | |
| 7. Plano de Neutralidade Energética | 5,00% | Não avaliado (*) | | | |
| 8. Plano de Eficiência Energética | 5,00% | 0,6672 | 0,6408 | 96,0% | 3 |

(*) Não avaliado por deliberação da AdP – Águas de Portugal, S.A. de 05 de fevereiro de 2025

Sem prejuízo de todos os esforços encetados para cumprir integramente com todos os indicadores, não foi possível cumprir com os indicadores de Eficiência de Gestão e Respeito pelos prazos médios de pagamento.

No que diz respeito ao indicador Eficiência de Gestão, apesar do resultado ter sido superior ao previsto em PAO 2024, incumprindo com o rácio, a empresa **cumpre com a disposição legal** uma vez que melhora face ao ano anterior. Esta situação é justificada pelo facto do Volume de Negócios (VN) não ter atingido o valor previsto e necessário por não terem sido praticadas as tarifas previstas em PAO atendendo à ainda não aprovação da revisão do EVEF. Contribuiu ainda o facto dos volumes faturados na Prestação de Serviços de Saneamento de Águas Residuais terem ficado abaixo do previsto, situação que resultou da impossibilidade de evolução integral na metodologia de aferição de volumes para o previsto em Contrato de Gestão, apesar de todas as propostas encetadas pelo Conselho de Administração, que permitiriam cumprir o rácio de acordo com o previsto em PAO 2024.

No que respeita ao indicador Respeito com o Prazo médio de Pagamento, apesar do resultado ser de degradação face ao PAO 2024, a empresa **cumpre com a disposição legal e Resolução do Conselho de Ministros,** uma vez que melhora face ao ano anterior em 10 dias, conforme se poderá ver no ponto 4 deste capítulo.

# 7. A ATIVIDADE

## 7.1. INTRODUÇÃO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIAALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo *nexus* água-energia é uma evidência.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios societais que enfrentamos e que 2024 demos continuidade.

A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

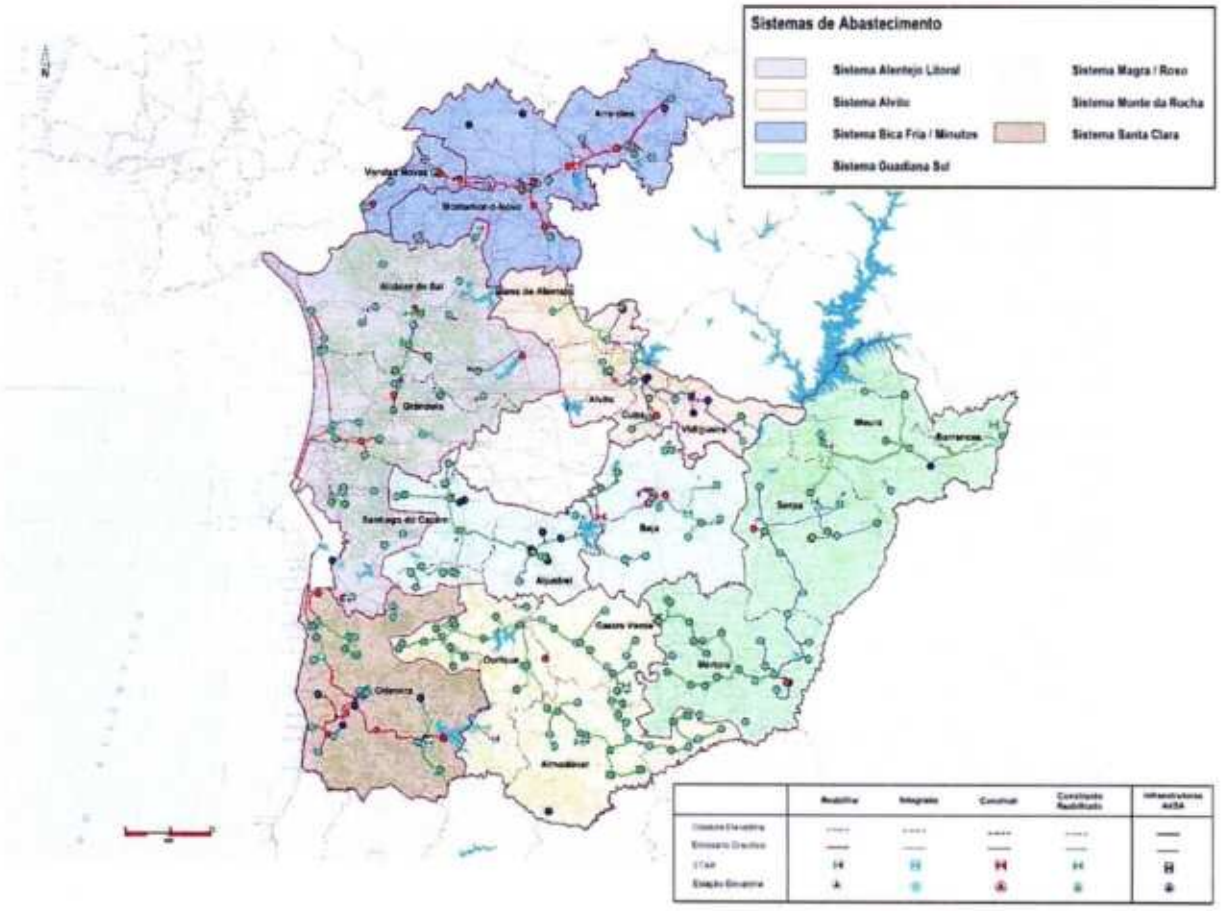
É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que temos vindo a orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.

## 7.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

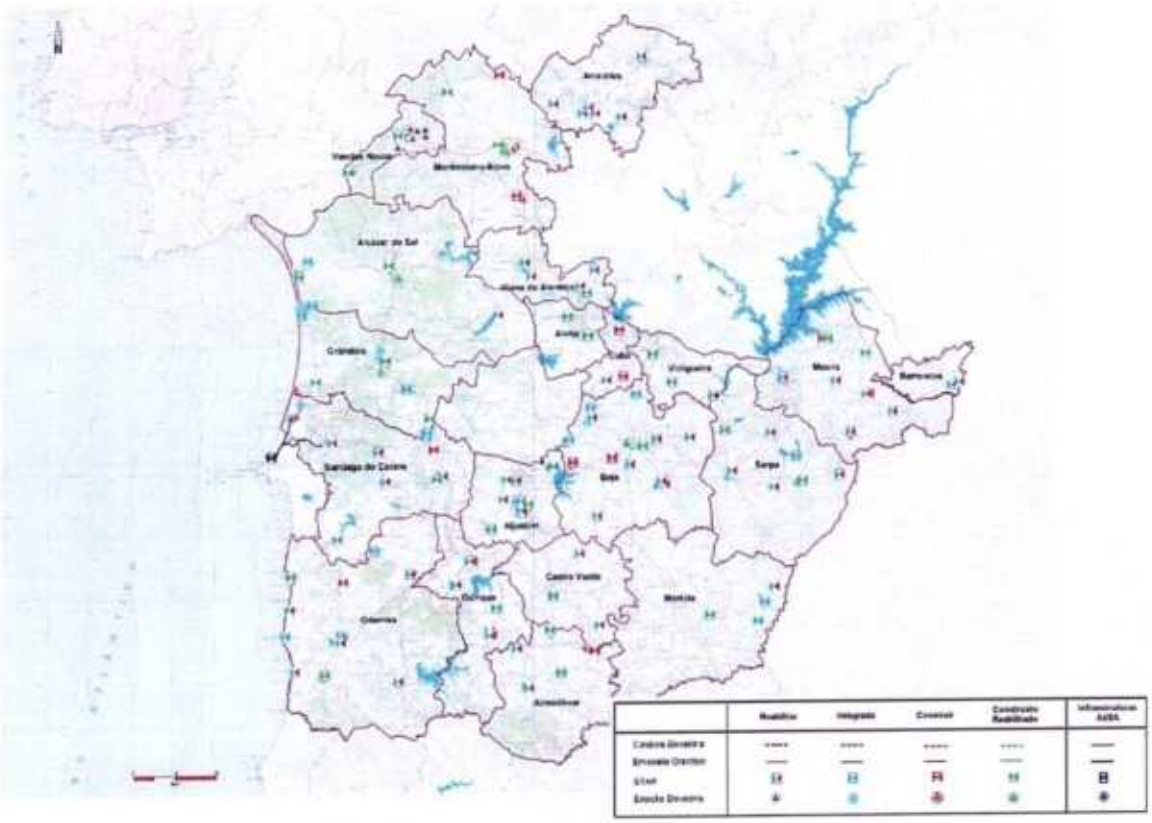
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma caraterística a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que constituem a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema da parceria.



## 7.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



## 7.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

### 7.4.1. ORIGENS

O ponto de partida é a estratégia de combinação de origens de superfície e subterrâneas que esteve subjacente à definição das soluções técnicas associadas aos sistemas de abastecimento de água, complementado com um conjunto de captações redundantes e aposta na reutilização num território em grande parte historicamente habituado a conviver com a escassez do recurso água.

A consolidação das soluções tem-se vindo a desenvolver a partir do melhor conhecimento das disponibilidades hídricas e da evolução da procura e complementado pelo desenvolvimento de importantes iniciativas como o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, concluído em 2019, pelo Plano de Segurança da Água integrado na Avaliação de Risco submetida à ERSAR em 2023, cuja sua aprovação suportou o Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) 2025, assim como de planos de contingência e a definição em 2020 de um plano complementar de origens onde se integrará também a estratégia de reutilização.

## N. º CAPTAÇÕES DO SPPIAALENTEJO

| Sistema | Município | Número de captações | | Total Município |
|---|---|---|---|---|
| | | Superficiais | Subterrâneas | |
| Alvito | Alvito | 0 | 2 | 2 |
| | Cuba | 1 | 2 | 3 |
| | Viana do Alentejo | 0 | 2 | 2 |
| | Vidigueira | 0 | 5 | 5 |
| Bica Fria / Minutos | Arraiolos | 0 | 19 | 19 |
| | Montemor-o-Novo | 0 | 20 | 20 |
| | Vendas Novas | 0 | 12 | 12 |
| Guadiana Sul | Barrancos | 1 | 0 | 1 |
| | Mértola | 0 | 3 | 3 |
| | Moura | 0 | 7 | 7 |
| | Serpa | 1 | 12 | 13 |
| Litoral | Alcácer do Sal | 3 | 26 | 29 |
| | Grândola | 0 | 12 | 12 |
| | Santiago do Cacém | 0 | 19 | 19 |
| Magra / Roxo | Aljustrel | 1 | 0 | 1 |
| | Beja | 1 | 20 | 21 |
| Monte da Rocha | Almodôvar | 1 | 7 | 8 |
| | Castro Verde | 0 | 8 | 8 |
| | Ourique | 2 | 3 | 5 |
| Santa Clara | Odemira | 8 | 4 | 12 |
| **TOTAL** | | **19** | **183** | **202** |

A diversidade das origens e contextos é particularmente evidente na quantidade de captações de águas de superfície e subterrâneas associadas aos sistemas de abastecimento de água do SPPIAAlentejo, que integram o nosso PCQA. Esta complexidade e dispersão territorial tem ao longo do tempo constituído um considerável constrangimento relacionado com a obtenção da titularidade das parcelas prediais onde as captações subterrâneas estão localizadas, inviabilizado dessa forma a constituição de perímetros de proteção – zona imediata, situação que impacta no desenvolvimento dos procedimentos regulatórios, nomeadamente na obtenção dos títulos de recursos hídricos associados a essas captações.

Referir, no entanto, a existência de um conjunto significativo de captações, cerca de 110, que pelas suas características de fraca produtividade se encontram de reserva, conferindo, no entanto, maior capacidade de resiliência dos sistemas.

Nesse sentido foi desenvolvido e apresentado, um Plano de Regularização do Licenciamento das Captações que objetiva a concretização de trabalhos com vista à obtenção dos referidos títulos. Com a implementação do Plano pretende-se por termo à situação irregular das captações e definir as zonas de perímetros de proteção, bem como, alavancar, decacordo com a legislação vigente, uma abordagem integrada no que concerne à Avaliação do Risco integrando na mesma a avaliação dos riscos associados à bacia correspondente a cada uma das captações.

Dada a diversidade das origens mencionada o Plano assenta numa priorização das captações que tem em consideração o nível de utilização, a localização e características relacionadas com o regime de exploração, permitindo dessa forma promover um cronograma de trabalhos ambicioso cuja sua concretização irá depender de vários fatores e áreas da empresa.

## 7.4.2 DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

O armazenamento hídrico das albufeiras foi, de uma forma geral, à semelhança do observado no ano anterior, inferior à média de referência e do período homólogo, essencialmente devido às condições meteorológicas que caracterizaram o ano hidrológico de 2023 e 2024, com défice de precipitação e valores das temperaturas médias e máximas acima do normal. Com base na análise dos dados do *Copernicus Climate Change Service* (C3S), ERA5, 2024 foi o ano civil mais quente a nível global. 2024 foi o ano mais quente já registado na Europa. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera, (IPMA) - Divisão Clima e Alterações Climáticas, no Boletim de Clima Anual 2024, identifica 2024 como um ano muito quente e seco, o 4º ano mais quente desde 1931. Segundo o índice PDSI (*Palmer Drought Severity Index*) a intensidade do período de seca, no final de setembro de 2024 apresentava-se nas regiões a sul do Tejo em situação de seca nas classes de seca moderada e severa, destacando-se os distritos Beja (interior) com vários locais na classe de seca severa. A distribuição percentual por classes do índice PDSI no território era a seguinte: 1.5 % "chuva moderada"; 4.8 % "chuva fraca"; 24.2 % "normal"; 23.3 % "seca fraca"; 32.4 % "seca moderada"; 13.6 % "seca severa".

Ao nível da seca hidrológica, tendo como referência o final do ano hidrológico, encontrava-se em situação de Seca Hidrológica Extrema a bacia do Mira, em situação normal a bacia do Guadiana e a bacia do Sado. No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas e com base nos mapas de evolução dos níveis piezométricos de setembro, a maioria das massas de água registaram os níveis inferiores ao percentil 20, o que reflete que os eventos pluviosos ocorridos não foram suficientes para a recuperação dos níveis de água subterrânea.

Não obstante o referido, quatro das seis principais origens de água possuem ligação ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) (Roxo, Alvito, Enxoé e Magra), pelo que apesar das condições adversas, não se verificou qualquer constrangimento, uma vez que a albufeira de Alqueva apresentou durante o ano 2024, um nível de armazenamento aceitável, oferecendo garantias quanto à continuidade do serviço.

Em síntese, é possível verificar no quadro abaixo o ponto de situação relativo às disponibilidades hídricas a 31 de dezembro dos últimos 5 anos.

| ALBUFEIRA | BACIA HIDROGRÁFICA | 2020 | | 2021 | | 2022 | | 2023 | | 2024 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | hm³ | % | hm³ | % | hm³ | % | hm³ | % | hm³ | % |
| Alvito | Sado | 104,29 | 78,71 | 94,00 | 70,94 | 99,45 | 75,1 | 75,24 | 56,8 | 92,97 | 70,2 |
| Enxoé | Guadiana | 5,33 | 51,30 | 8,43 | 81,06 | 10,01 | 96,3 | 7,94 | 76,4 | 10,4 | 77,4 |
| Monte da Rocha | Sado | 12,39 | 12,06 | 15,96 | 15,53 | 10,75 | 10,5 | 8,17 | 7,9 | 11,96 | 11,6 |
| Roxo | Sado | 26,77 | 27,79 | 17,60 | 18,27 | 35,07 | 36,4 | 37,5 | 38,9 | 42,09 | 43,7 |
| Santa Clara | Mira | 209,72 | 43,24 | 203,29 | 41,91 | 178,82 | 36,9 | 149,51 | 30,8 | 176,21 | 36,3 |

Fonte: Adaptado AdP

Legenda: Aceitável | Em vigilância | Crítico

Para além da tendência decrescente na disponibilidade existente na albufeira de Santa Clara, importa reforçar a persistência nos níveis extremamente baixos de volume armazenado na albufeira de Monte da Rocha. No que se refere à albufeira de Santa Clara, deve destacar-se o espaço de diálogo estabelecido entre as várias partes envolvidas, nomeadamente a AgdA, o município de Odemira, a Associação de Beneficiários do Mira, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral de

Agricultura e Desenvolvimento Rural no desenvolvimento de ações de curto e médio prazos para criar as condições mais adequadas para a exploração da albufeira, de modo a salvaguardar o uso prioritário abastecimento público.

Assim, a principal preocupação no decorrer do ano 2024 continuou a centrar-se na albufeira do Monte da Rocha, uma vez que foi mantido um nível de armazenamento consideravelmente reduzido, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO NA ALBUFEIRA DO MONTE DA ROCHA

A variação de nível da referida albufeira não foi muito acentuada pelo facto de terem sido implementadas medidas de contenção dos volumes captados para rega, por forma a garantir o volume necessário para o abastecimento público. Verificou-se, que foi salvaguardada a garantia de 2 anos de abastecimento para consumo humano previsto na legislação.

A albufeira do Enxoé continuou a apresentar problemas de qualidade, pelo que se manteve a necessidade de recorrer à albufeira de Brinches, através do EFMA, para produção de água para abastecimento público.

No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas, salienta-se que a precipitação ocorrida durante o ano hidrológico 2023/2024 não foi suficiente para uma recuperação do nível piezométrico das massas de água, pelo que se mantiveram algumas dificuldades na garantia do abastecimento em determinadas áreas.

Relativamente à qualidade da água em captações subterrâneas, continuaram a verificar-se concentrações elevadas de alguns parâmetros já considerados como críticos.

| MUNICÍPIO | PARÂMETROS CRÍTICOS |
|---|---|
| Alcácer do Sal | Sódio; Dose Indicativa Total |
| Montemor-o-Novo | Nitratos |
| Odemira | Cloretos; Fluoretos; Sódio |
| Santiago do Cacém | Cloretos; Fluoretos |
| Vendas Novas | Dose Indicativa Total |

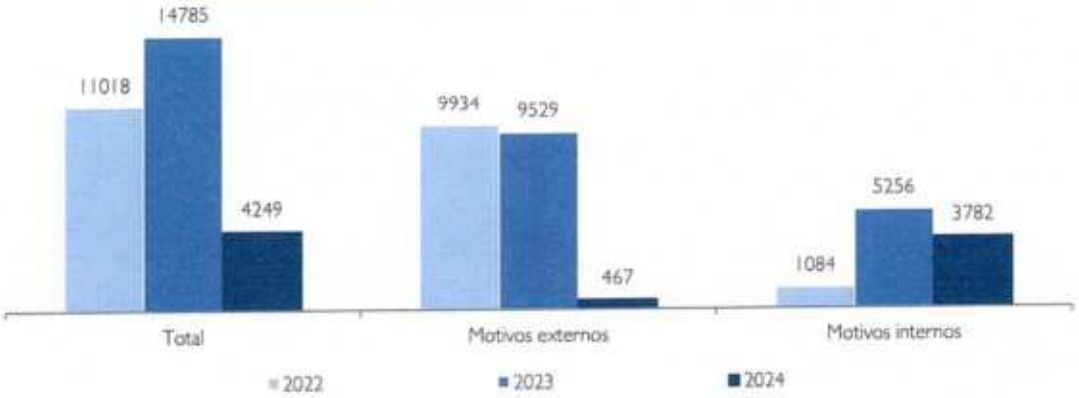
Relativamente à qualidade da água em captações de superfície, para além do aumento da concentração da matéria orgânica devido à redução dos níveis nas albufeiras, destaca-se a persistência na quantificação do herbicida Mecoprope nos canais do sistema de Santa Clara. Em 2024 foi identificada a proveniência da substância, bem como, dando cumprimento a todas as recomendações emanadas, quer pela Autoridade de Saúde, quer pelo Regulador, a AgdA reforçou a monitorização operacional

neste sistema, tendo, inclusive alargado a monitorização operacional a substâncias que inicialmente não estavam previstas. Foram ainda desenvolvidas diligências para reajustar a estratégia anteriormente definida, tendo sido adotado um conjunto de intervenções adicionais que não estavam previstas em 2022/23 e que conduziram a um acréscimo substancial de encargos relativamente ao anteriormente preconizado. Independentemente de todos os esforços para dar cumprimento às obrigações legais associadas à qualidade da água para consumo humano, é essencial uma efetiva implementação de uma abordagem integrada e de controlo na origem, conforme previsto na Diretiva Quadro da Água. Devido à deterioração do estado da massa de água, continua-se a assistir a uma penalização através dos incumprimentos registados e encargos adicionais, quer pelo esforço na implementação de medidas adicionais nos respetivos sistemas de tratamento, quer pelo pagamento de coimas e contra-ordenações associadas aos incumprimentos aos VP e respetiva impossibilidade de conclusão atempada dos processos, assim como, a evidente perda reputacional associada a esta situação e inerente impacto na saúde da população abastecida a partir desta origem.

Neste contexto dever-se-á sublinhar que no âmbito da implementação de uma abordagem de avaliação de risco, deve-se procurar encontrar soluções de barreiras múltiplas para que a qualidade da água nos seus usos finais não fique apenas dependente de uma medida de controlo e que só de forma integrada e múltipla será possível um incremento significativo na segurança da água, nomeadamente, na vertente da proteção da saúde humana, pelo que, importa realçar que sem prejuízo de todo o esforço da melhoria dos processos de tratamento e do reforço da monitorização implementado, o controlo deste tipo de poluentes deve impreterivelmente ocorrer na origem, nos termos previstos na Diretiva Quadro da Água.

No sentido de assegurar o abastecimento, e para fazer face às restrições de natureza qualitativa e quantitativa, permaneceu a necessidade de efetuar o transporte de água, o qual registou uma redução de cerca de 71,3% em relação a 2023, em resultado essencialmente dos seguintes fatores: as avarias em sistemas de tratamento, que conduziram à necessidade de diluição da água (Espirito Santo e Sonega), foram resolvidas, e foram registados menos problemas associados a falhas na adução, ou outras situações que pudessem colocar em causa a quantidade ou qualidade da água fornecida.

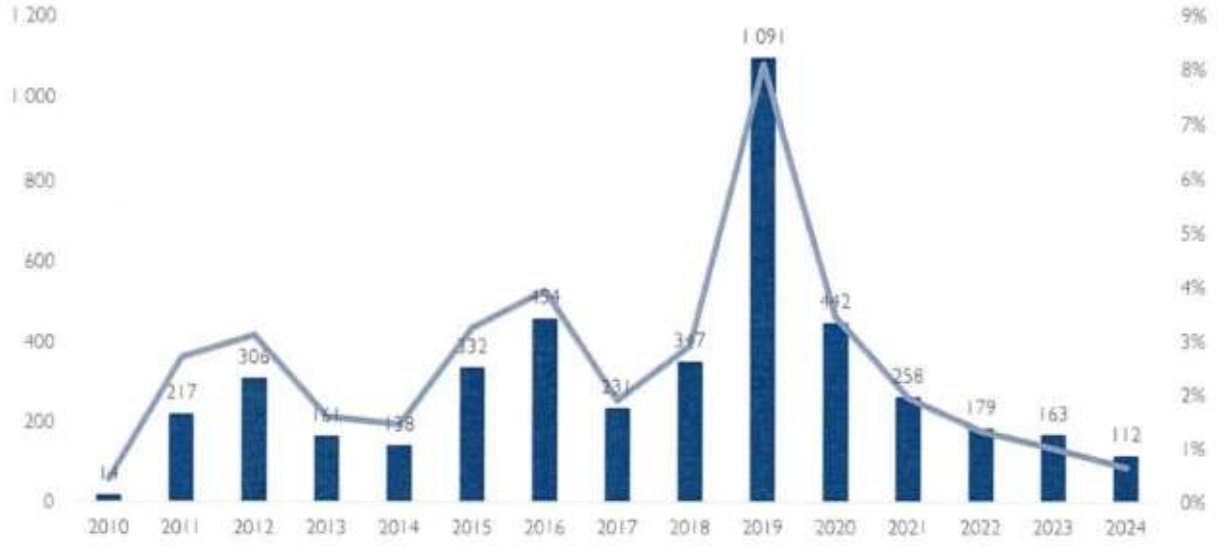
VOLUME DE ÁGUA TRANSPORTADO - TOTAL ACUMULADO (m³)




Numa perspetiva temporal mais alargada, é possível analisarmos a expressão e a evolução dos gastos com transporte de água por autotanque, onde é evidente um histórico de cerca de 4,4 milhões de euros de encargos, a maior expressão atingida em 2019, mas também o reposicionamento nos níveis mais baixos de encargos.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM TRANSPORTE DE ÁGUA POR CISTERNA

(mil euros e % opex)




Tendo em vista capitalizar o melhor conhecimento e a ligação aos parceiros municipais e cientes que o aumento da resiliência e segurança hídrica passa em muito pelo aumento da eficiência e contenção de usos do bem escasso que é a água, junto das comunidades, mantivemos as práticas de partilha de informação sobre os consumos *per capita* e as iniciativas de educação ambiental.

Também no sentido do estreitar a proximidade com as comunidades foi dada continuidade à cooperação com as atividades económicas relevantes para a resposta a incidentes ambientais e de uma forma geral na melhoria do estado das massas de água, através designadamente da dinamização de uma maior colaboração e uma visão integrada, em linha também com as responsabilidades com o desenvolvimento do território.

## 7.4.3. OPERAÇÃO

Não foram registadas alterações na estrutura da Direção de Operação durante o ano 2024, pelo que a mesma continuou a integrar quatro Centros Operacionais e 8 Áreas de Gestão, de acordo com a seguinte distribuição:

CENTRO OPERACIONAL NOROESTE:

a. Área de Gestão Bica Fria / Minutos: Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo;
b. Área de Gestão Litoral: Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém;

CENTRO OPERACIONAL CENTRO:

a. Área de Gestão SAA Magra e Roxo: Abastecimento de Aljustrel, Beja;
b. Área de Gestão SAR Beja e Aljustrel: Saneamento de Aljustrel, Beja;
c. Área de Gestão Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;

CENTRO OPERACIONAL ESTE:

a. Área de Gestão Guadiana: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;

CENTRO OPERACIONAL SUL:

a. Área de Gestão Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
b. Área de Gestão Santa Clara: Odemira.

Foi mantido o regime de exploração em *outsourcing* dos subsistemas de abastecimento de água localizados na margem direita do concelho de Mértola.

Em setembro de 2024 foi iniciada a exploração de 3 novos sistemas de abastecimento de água pertencentes ao município de Montemor-o-Novo, nomeadamente: Lavre, Ciborro e Nossa Senhora da Visitação.

No que diz respeito ao saneamento, foi registada uma alteração significativa no regime de exploração, uma vez que a partir do dia 15 de novembro de 2024, a operação da totalidade das infraestruturas passou para o regime de gestão direta.

Como atividade transversal, destaca-se o seguinte:

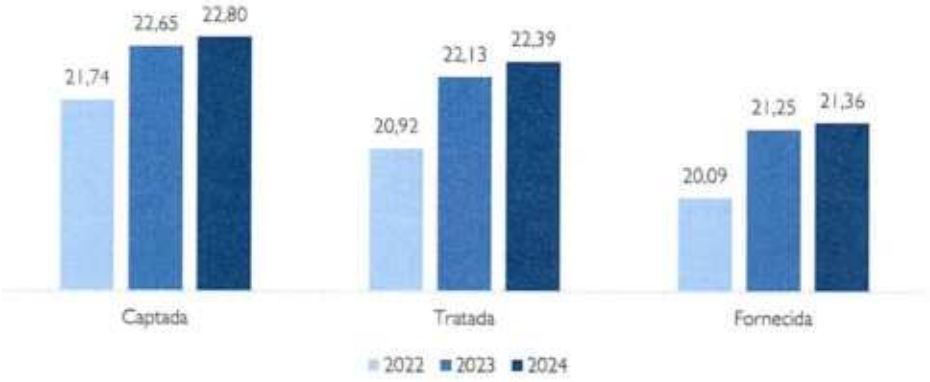
- Implementação da plataforma NAVIA nas 8 Áreas de Gestão;
- Desenvolvimento da interligação entre a plataforma NAVIA e AQUAMAN
- Foi dado seguimento ao trabalho de consolidação da elaboração de procedimentos de contratação associados às atividades base da operação, situação que permitiu efetuar um melhor planeamento das atividades a desenvolver.

## 7.4.4 ABASTECIMENTO ÁGUA

### VOLUME DE ÁGUA CAPTADO, TRATADO E FORNECIDO

No ano 2024 foram captados 22,80 milhões de m³ de água, sendo 52,0% de origem superficial e 48,0% de origem subterrânea, encontrando-se este valor em linha com a estratégia preconizada pela empresa. Do volume total captado, foram tratados 22,39 milhões de m³ e fornecidos aos municípios cerca de 21,36 milhões de m³ de água.

**VOLUME DE ÁGUA CAPTADO, TRATADO E FORNECIDO** (milhões m³)




Os volumes de água fornecidos não apresentaram uma variação significativa, tendo sido registado em 2024 um incremento de 0,5% por comparação com o ano anterior.

### ÁGUA NÃO FATURADA

A água não faturada constitui a diferença entre o volume de água captada e o volume de água faturado, sendo desagregada da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: consiste no volume utilizado pela própria entidade, ou seja, trata-se do volume relativo a lavagens de filtros, purgas dos decantadores, descarga de flotadores e higienização de reservatórios e condutas;
- Perdas aparentes: são todas as perdas contabilizadas por erros de medição ou acertos de leituras por haver contadores em pontos não coincidentes com os pontos físicos de entrega;
- Perdas reais: constituem o somatório das fugas nas condutas de água bruta e no tratamento, com as fugas nas condutas de adução e as fugas e extravasamentos nos reservatórios.

Assim, no ano 2024 o volume correspondente à água não faturada foi de 1,45 milhões de m³, ou seja 6,35%, o qual se subdividiu da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: 0,44 milhões de m³ (1,93%);
- Perdas aparentes: 0,02 milhões de m³ (0,10%);
- Perdas reais: 0,98 milhões de m³ (4,32%).

O aumento da percentagem de "água não faturada" está diretamente relacionado com a tendência verificada na componente "consumo autorizado não faturado".

Relativamente ao "consumo autorizado não faturado", é de referir que o incremento verificado esteve essencialmente relacionado com perdas de processo na ETA de Alvito e na ETA da Magra, motivadas por avaria de válvulas associadas à etapa de filtração.

Em 2024, o volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta foi de 1,80 $m^3$/km/dia, situação que se traduz num índice de "qualidade de serviço boa", de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

## QUALIDADE DA ÁGUA

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento de água, desde a captação até aos 97 pontos de entrega às entidades gestoras em "baixa", constitui uma das principais preocupações, seguindo-se para este efeito uma política de boas práticas de operação das infraestruturas. Neste sentido, temos implementados os seguintes planos de controlo de qualidade da água:

- Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que permite avaliar continuamente a qualidade da água fornecida, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos, cuja conceção e implementação é fiscalizada pela ERSAR;
- Plano de Controlo Operacional (PCO), com o objetivo de verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento de água e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes;
- Plano de Controlo de Qualidade das Origens efetuado no âmbito dos respetivos contratos de concessão de captação.

A execução das análises relativas ao PCQA e ao Plano de Controlo de Qualidade das Origens é garantida na íntegra por um laboratório externo, com métodos devidamente acreditados para o efeito. O controlo analítico associado ao PCO encontra-se fracionado por grupos de parâmetros, sendo a sua concretização partilhada entre um laboratório externo, o laboratório interno e os técnicos operativos que asseguram as rotinas de operação locais.

À semelhança do sucedido nos anos anteriores, em 2024, continuou a verificar-se uma situação de seca hidrológica bastante preocupante. A maioria do território de atuação da AgdA encontrava-se no final do ano hidrológico em situação de Seca Hidrológica Extrema e/ou Severa, sendo evidente os respetivos impactos ao nível da qualidade da água. No que se refere às origens superficiais, a degradação esteve essencialmente relacionada com o aumento da concentração de matéria orgânica. Relativamente às captações subterrâneas, o maior impacto continuou a fazer-se sentir em alguns parâmetros químicos, tendo sido mantido o condicionamento de utilização para abastecimento público de água da captação de Espírito Santo.

Ao nível da qualidade da água, deve-se ainda referir que continuou a ser quantificado um pesticida (Mecoprope) na água dos canais de Santa Clara, sendo que ao nível da origem na albufeira de Santa Clara continua-se a confirmar que tal contaminação é inexistente. Nesta fase, identificada a proveniência da substância, continua-se a desencadear uma série de diligências junto das entidades competentes, no contexto da prossecução do envolvimento das diferentes partes na análise e resolução do problema, de uma forma integrada e de controlo na origem.

## PLANO DE CONTROLO OPERACIONAL

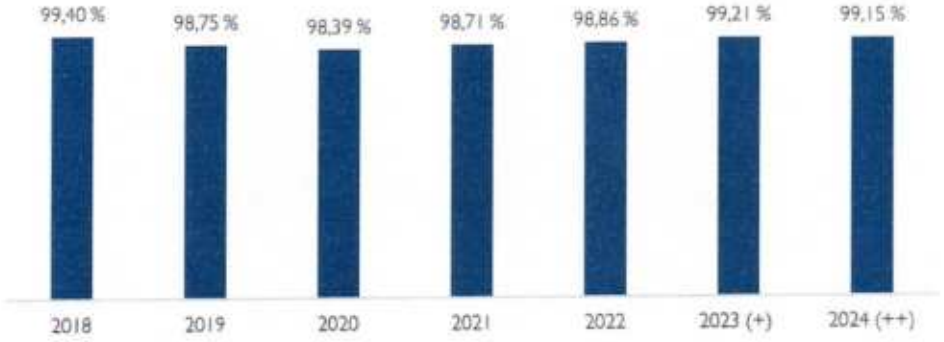
No ano de 2024 foram realizadas pelo laboratório de controlo operacional, e pelas equipas de operação, cerca de 171 081 determinações analíticas.

Houve a necessidade de recorrer a laboratório externo para assegurar a execução do controlo analítico dos parâmetros cuja metodologia de determinação não se encontra implementada no laboratório de controlo operacional interno, designadamente Trihalometanos, Cloratos, Bromatos, Arsénio, Selénio, Fitoplâncton e Pesticidas (Mecoprope).

## PLANO DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA

No ano de 2024 foram realizadas, no âmbito da implementação do PCQA, cerca de 14 090 determinações analíticas. A percentagem de água segura constitui um indicador da qualidade da água fornecida, sendo o seu cálculo realizado com base no produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação.

**ÁGUA SEGURA** (%)




(*) valor apresentado pela ERSAR em fase de análise - contraditório

(**) valor estimado internamente, sujeito a revisão e validação pela ERSAR

Pese embora tenha ocorrido uma ligeira descida relativamente ao ano anterior, observa-se, tendo em consideração um período de análise mais amplo, uma tendência de melhoria deste indicador a qual está diretamente relacionada com a redução do número de incumprimentos e associada, essencialmente, à conclusão de empreitadas que permitiram desativar algumas origens que apresentavam problemas de qualidade.

Verificou-se, comparativamente com o ano 2023, uma ligeira redução ao nível do indicador "percentagem de água segura", a qual, teve na sua origem as seguintes causas:

- maior degradação da qualidade da água bruta, na sequência de períodos prolongados de seca hidrológica, com consequente impacto ao nível da qualidade da água fornecida;
- obrigatoriedade de análise de novos parâmetros;
- alteração da legislação, a qual implicou uma intensificação da frequência de determinação dos parâmetros críticos (execução do PCQA com base na avaliação de risco, integrando critérios que definem os parâmetros a controlar e a frequência de amostragem em função do histórico da qualidade da água, das caraterísticas da água bruta, dos tratamentos aplicados e das demais especificidades de cada sistema de abastecimento).

Contudo, tendo em conta o desenvolvimento das intervenções implementadas no âmbito das empreitadas, observa-se entre o ano de 2021 e 2023, uma inversão na tendência anterior, sendo mais sólida em 2023, que pese embora todas as alterações de legislação ocorridas, espelha os resultados das ações preconizadas, quer ao nível das empreitadas, quer ao nível da otimização dos sistemas na sua vertente operacional. Para o futuro pretende-se dar continuidade à melhoria do indicador "Água Segura", com o objetivo de manter um nível de qualidade de excelência.

## PRODUÇÃO DE LAMAS

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 1 078 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.

A diferença registada ao nível da quantidade de lamas encaminhadas para destino final está essencialmente relacionada com a estabilidade de contratação deste tipo de serviço, situação que permitiu eliminar o passivo de lamas acumulado nas instalações em 2023.

## OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

No decorrer deste exercício destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Em 2024 continuou a não ser possível efetuar o arranque dos sistemas de tratamento instalados no ano 2023, em São Domingos, Santa Susana e Campo Redondo, os quais irão permitir resolver alguns problemas de qualidade da água, nomeadamente no que se refere aos parâmetros Cloretos, Sódio e Dose Indicativa Total. O respetivo processo de solicitação de incremento de potência foi iniciado em tempo útil, no entanto, continuou a verificar-se alguma dificuldade na contratação do serviço;
- A instalação de tratamento de água de Espírito Santo foi complementada com novas etapas de tratamento, e a respetiva osmose foi reparada, situação que permitiu ultrapassar a necessidade de diluição de água, com recurso a transporte, para garantir a qualidade da água fornecida;
- Acompanhamento dos municípios na gestão de perdas em baixa, através da monitorização de caudais noturnos;
- Comunicação com os municípios na sequência da verificação de tendências persistentes de capitações excessivas, tendo em vista a identificação e resolução mais célere de problemas na rede em baixa e minimização das situações de transporte de água através de autotanques;
- Participação em sessões de educação ambiental;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

## 7.4.5. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

### VOLUMES RECOLHIDOS E REJEITADOS

No decorrer do ano 2024 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais 13,80 milhões de $m^3$ de águas residuais, dos quais foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da empresa Águas de Santo André (AdSA) 0,53 milhões de $m^3$, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém. Estima-se que do volume total recolhido tenham sido tratados e rejeitados para os meios hídricos recetores cerca de 13,08 milhões de $m^3$.

Deve salientar-se que grande parte das ETAR ainda não dispõem de dipositivos de medição de caudal, pelo que cerca de 47% do valor associado aos volumes recolhidos e rejeitados, constitui uma estimativa.

### QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL REJEITADA

Garantir a qualidade dos efluentes descarregados no meio recetor constitui um dos principais objetivos, tendo em vista a minimização dos impactos nos ecossistemas e dos riscos para a qualidade de vida das populações, para além do cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

As variações significativas na qualidade e quantidade das afluências às ETAR têm efeitos negativos no desempenho do sistema de tratamento, podendo comprometer o cumprimento dos normativos de descarga. Desta forma a implementação de um plano de monitorização robusto, bem como a adoção de boas práticas de exploração das infraestruturas são essenciais para que se consigam alcançar os objetivos definidos.

Neste sentido, encontram-se implementados os seguintes planos de controlo de qualidade do efluente descarregado:

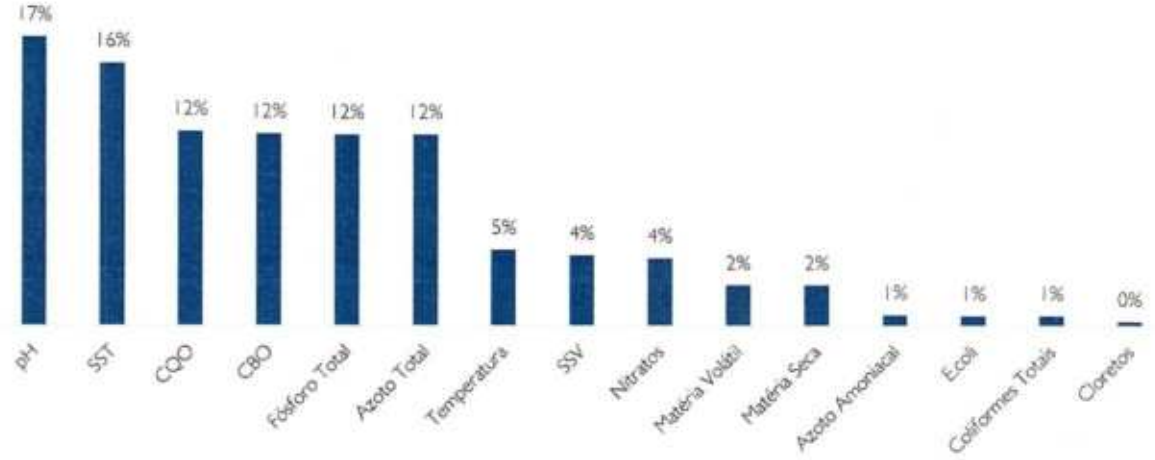
- Plano de Autocontrolo: permite avaliar a qualidade do efluente rejeitado, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos. Constitui uma obrigação legal, sendo fiscalizado pela APA;
- Plano de Controlo Operacional (PCO): tem por objetivo fundamental avaliar o funcionamento de todos os órgãos de tratamento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas e corretivas eficazes.

A execução das análises relativas ao Plano de Autocontrolo foi garantida na íntegra por um laboratório externo, devidamente acreditado para o efeito, enquanto o controlo analítico associado ao PCO encontrou-se inserido, até meados de novembro, no âmbito da prestação de serviços da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento, sendo posteriormente assegurado pelo laboratório controlo operacional interno até ao final do ano 2024.

## PLANO DE CONTROLO OPERACIONAL

Durante o ano de 2024 foram realizadas pelo prestador de serviços de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento cerca de 50 707 determinações analíticas. Neste âmbito foram enquadrados os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Temperatura, ILV, SSV, Ntotal, N-NH4, N-NO3, Ptotal, Óleos e Gorduras, Coliformes totais e Coliformes fecais. No laboratório de controlo operacional interno foram realizadas cerca de 2 925 análises.

DETERMINAÇÕES ANALÍTICAS EFETUADAS EM LABORATÓRIO INTERNO



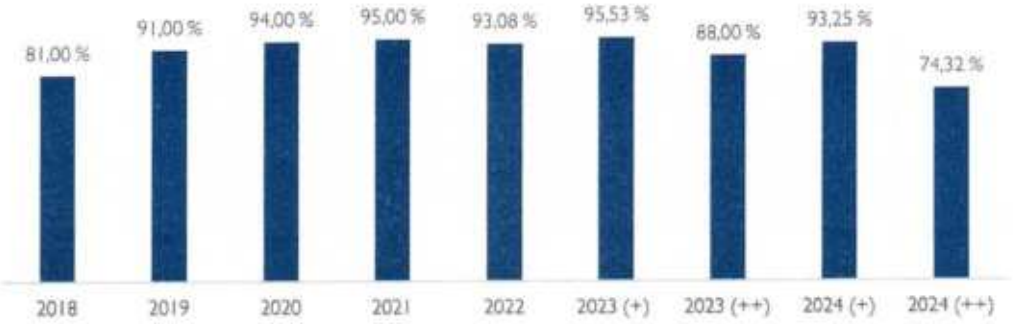

## PLANO DE AUTOCONTROLO

No ano de 2024 foram realizadas, no âmbito da implementação do Autocontrolo, cerca de 16 257 determinações analíticas.

O nível de cumprimento das licenças de descarga constitui o indicador utilizado para medir o índice de qualidade do efluente descarregado.

No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução relativa ao nível de cumprimento das licenças de descarga, o qual foi apurado, até 2022, tendo por base as premissas definidas pela ERSAR (AR13a) e com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 3.ª geração. Para o ano 2023, a fórmula de calculo foi alterada e nesse sentido o indicador ERSAR (AR21ab) foi estimado com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 4.ª geração. Ainda assim, e no sentido de permitir uma certa comparabilidade entre os anos, mantiveram-se os resultados obtidos através da fórmula de cálculo dos indicadores de 3.ª geração para 2023 e 2024.

## CUMPRIMENTO DAS LICENÇAS DE DESCARGA (%)




(*) valor apurado segundo indicadores ERSAR de 3.ª geração
(**) valor apurado segundo indicadores ERSAR de 4.ª geração
Nota: os valores apresentados para 2024 são valores estimados sujeito a revisão e validação pela ERSAR (indicadores ERSAR de 4.ª geração)

Dada a alteração da fórmula de cálculo do indicador pela ERSAR, ocorrida no apuramento dos indicadores de 2022 para 2023, nomeadamente no que concerne aos critérios relativos aos indicadores de 3.ª geração para a 4.ª geração, constata-se uma variação que se atribui essencialmente à base da fórmula de cálculo, pois a mesma, considera na 4.ª geração as instalações que servem uma população equivalente igual ou superior a 2000 e.p. (TURH) e que asseguram o cumprimento dos requisitos de descarga de acordo com as condições definidas no Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de junho, ao invés do critério anterior, que apenas considerava as instalações com título válido nos últimos 12 meses e instalações com pedido de renovação atempado.

Na sequência da publicação pela ERSAR de uma nova versão do Guia de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos – 4ª Geração (v. 31/01/2024, revista em abril de 2024), regista-se uma alteração significativa no universo e nos critérios de avaliação associados ao indicador AR21ab, que passa a considerar apenas as instalações que servem mais do que 2 000 habitantes equivalentes, sendo a avaliação de conformidade efetuada com base no Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de junho. Apresenta-se no quadro abaixo o resultado da aplicação do indicador revisto, destacando-se que este apenas considera cerca de 20% do universo de ETAR da empresa.

### HABITANTES EQUIVALENTES COM TRATAMENTO SATISFATÓRIO*

| Ano | N. º de instalações consideradas | Hab. Eq. servidos | Hab. c/ tratamento satisfatório | Cumprimento da licença (%) (*) |
|---|---|---|---|---|
| 2023 | 27 | 161 821 | 136 950 | 88.00% |
| **2024** | **28** | **179 150** | **133 150** | **74,32%** |
| 2024 (+) | 126 | 221 967 | 164 469 | 74,10% |

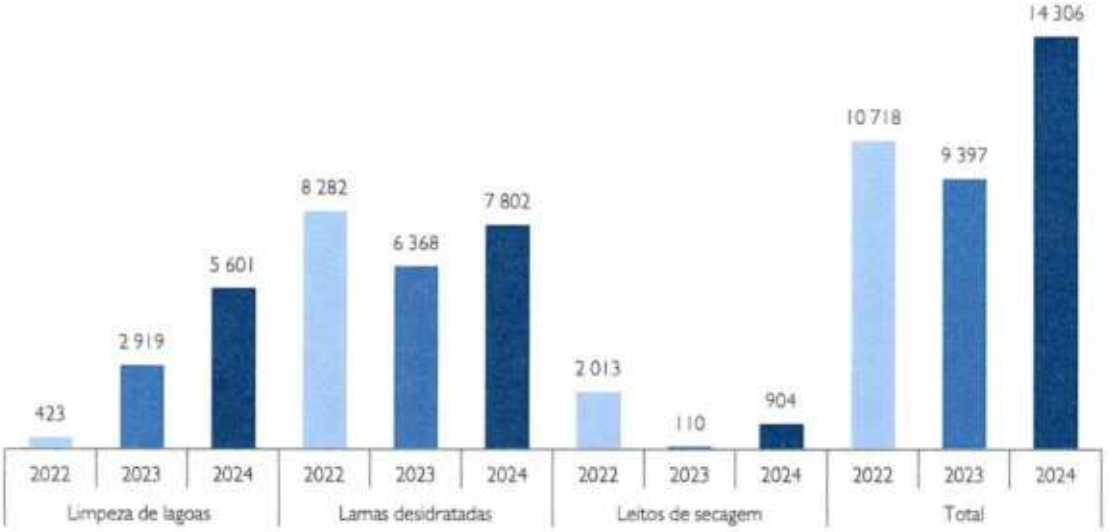
(*) Critério ERSAR Indicadores de 4ª geração (v.31/01/2024)
(*) Cenário para universo de instalações AgdA

Pela análise do quadro, constata-se ainda que, apesar da redução valor global do indicador, mantém-se a tendência crescente do número de habitantes equivalentes com tratamento satisfatório.

## PRODUÇÃO DE LAMAS E RESÍDUOS

Durante o ano em análise foram encaminhadas para destino final 14 306 toneladas de lamas com encaminhamento para compostagem da totalidade. Por comparação com 2023, verificou-se um aumento de cerca de 52,2% na quantidade de lamas encaminhadas para destino final.

**TIPO DE LAMAS ENCAMINHADAS A DESTINO FINAL** (Ton)



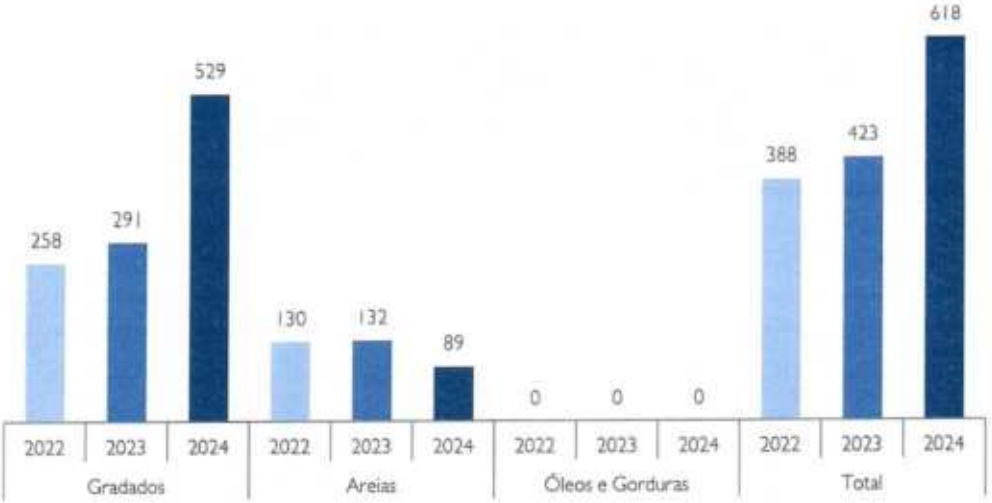

No decorrer do ano 2024 foi efetuada a remoção de lamas de lagoas das seguintes instalações:

- ETAR Abela (anaeróbia + facultativa);
- ETAR Aguiar (anaeróbia);
- ETAR Alcáçovas Norte (anaeróbia);
- ETAR Almograve (lagoa arejada)
- ETAR Arraiolos Poente (2 anaeróbias);
- ETAR Entradas (facultativa);
- ETAR Lancheira (anaeróbia);
- ETAR Monte do Touro (anaeróbia);
- ETAR Santa Vitória (anaeróbia)
- ETAR Vidigueira – Vila Frades (lagoa de recurso)
- ETAR Ficalho (lagoa anaeróbia)

Em 2024, o aumento significativo da retirada de lamas das ETAR esteve associado à maior estabilidade de contratação dos respetivos serviços, situação que permitiu efetuar uma gestão mais adequada das necessidades e, consequentemente, reduzir o passivo de lamas existentes nas instalações (essencialmente no que diz respeito a lagoas e leitos de secagem).

Ainda durante o ano de 2024 foram encaminhadas para destino final 618 toneladas de areias, gradados, óleos e gorduras, o que representa um aumento de cerca de 46,1 % em relação ao ano anterior.

AREIAS, GRADADOS, ÓLEOS DE GORDURAS (Ton)



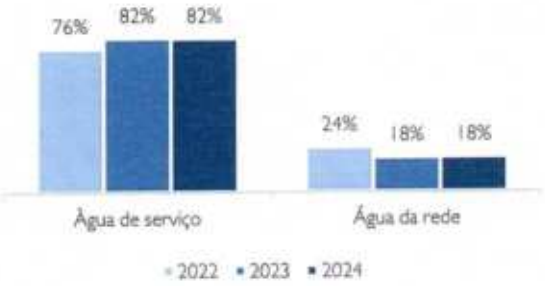

Não têm sido retirados óleos e gorduras das instalações devido a avarias nos respetivos sistemas.

## ÁGUA DE SERVIÇO PARA UTILIZAÇÃO INTERNA

A utilização da água de serviço nas instalações contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, assumindo particular pertinência em territórios como o Alentejo.

No decorrer do ano em questão foram utilizados 125 137 $m^3$ de água na totalidade das instalações de saneamento, dos quais 82% corresponderam a ApR e 18% a água da rede, em que neste caso estão incluídas utilizações onde é requerida água potável.

ORIGEM DE ÁGUA UTILIZADA NAS ETAR



OUTRAS ATIVIDADES A DESTACAR

As principais atividades a destacar relativamente ao ano 2024 são:

- Internalização da operação da totalidade das infraestruturas de saneamento;
- Participação no Grupo de Trabalho de Erradicação de Incumprimentos, do grupo AdP;
- Participação no Grupo de Trabalho da nova DARU, do grupo AdP;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

### 7.4.6. GESTÃO DE ORIGENS

Na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, destaca-se relativamente a 2024 as seguintes áreas desenvolvidas no âmbito das competências do Departamento de Gestão de Origens:

- Aposta na digitalização de sistemas, nomeadamente através de desenvolvimento e organização de ficheiros partilhados no sentido de agilizar a comunicação entre as áreas da GO e da DOP, permitindo dessa forma a maximização de recursos e otimizar os circuitos de comunicação com forte impacto no melhoramento e desempenho em geral;
- Desenvolvimento de procedimento e aquisição de sistema informático para gestão, acompanhamento e ajuda na tomada de decisão relativamente ao todo o processo de gestão de informação de controlo analítico/monitorização AA e AR;
- Articulação com a empresa Águas do Algarve para efeitos de integração no sistema informático do laboratório, sistema IXIS, de algumas especificações para a produção dos Editais e dos Parâmetros Conservativos e preenchimento semiautomático do IDQA 2024;
- Atualização da informação para o Grupo de Gestão da crise devida à seca e efeitos conexos de 2022/2023 – *Task* Force Seca. A Comissão Executiva da AdP SGPS deliberou a criação deste Grupo, tendo em conta a situação de seca envolvendo as várias empresas de abastecimento do grupo AdP;
- Reforço da monitorização na componente de saneamento, nomeadamente através de análise diária dos resultados obtidos no âmbito da implementação do Plano de Autocontrolo. A implementação deste reforço de monitorização permitiu, em conjunto com a operação, uma atuação célere, no sentido de avaliar as causas do incumprimento ocorrido e a aplicabilidade, nas situações possíveis, de medidas corretivas;
- Instrução de processos de Licenciamento Ambiental- LUA/Siliamb – 2023

| Tipologia | N. º de processos |
|---|---|
| Abastecimento (captações) | 2 |
| Saneamento (descarga) | 14 |
| Ocupação do DPH | 1 |
| TOTAL | 16 |

- Interligação com as autoridades ambientais, em matérias de reporte e acompanhamento de visitas às instalações;
- Apoio no desenvolvimento Missão Monte Rocha, com o envolvimento de várias áreas da AgdA - Elaboração de Plano de Contingência/ Plano de Ação. Neste âmbito, durante 2024 foram desenvolvidas as diligências para apresentar junto

da autoridade água o regime de utilização da albufeira que permita com base na modelação efetuada dar garantia de 2 anos de abastecimento público;

- Elaboração PCQA 2025;
- Coordenação dos trabalhos preparatórios para intervenção de limpeza da linha de água que recebe a descarga de emergência da ETAR da Zambujeira do Mar;
- Elaboração de correspondências de designações/códigos de captações subterrâneas entre bases de dados APA/AgdA para definição de Plano de Ação – definição PP zona imediata – Instrução de processo de licenciamento captações;
- Elaboração Plano de Regularização do Licenciamento das Captações;
- Participação no GT Almansor. Grupo de Trabalho que envolve APA/ARH Tejo e Oeste, DGADR; Município de Montemor-o-Novo,APOMOR e que visa identificar soluções para questões relacionadas com as descargas indevidas para o Rio Almansor

Para além das atividades acima referidas, também foi assegurada a participação em vários Grupos de Trabalho nas áreas de erradicação de incumprimentos, ApR, DARU (Grupo AdP), da contaminação dos canais de rega do sistema de Santa Clara, entre outros. Também houve a participação em diversas iniciativas associadas com o novo quadro comunitário de financiamento, nomeadamente oficinas temáticas - ITI Água e Ecossistemas de Paisagem - Algarve e Alentejo, sessões relativas à Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas e sessões participativas relativas a planos municipais de ação climática.

Destaque para a contratação de assessoria técnica especializada relativa à Análise hidrogeológica e técnica da captação de água subterrânea de Piçarras - localização e condições técnicas a salvaguardar para execução de uma nova captação.

No que se refere à inovação, destaca-se os trabalhos desenvolvidos para o projeto *MARCLAIMED - Integrated Decision Support Tool for Reliable and Affordable Application of Manage Aquifer Recharge with Alternative Water Resources in River Basin and Drought Management Plans.* O Projeto *MARCLAIMED* visa promover a integração da gestão da recarga de aquíferos (*Managed Aquifer Recharge, MAR*), utilizando fontes alternativas de água (*Alternative Water Resources, AWR*), no planeamento e na gestão de bacias hidrográficas, aumentando a disponibilidade de águas subterrâneas e apoiando a adaptação e resiliência dos sistemas estruturais de abastecimento no contexto das alterações climáticas.

O projeto tem 12 parceiros, cabendo ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e à AgdA a responsabilidade de implementação e validação das ferramentas de apoio à decisão produzidas no âmbito do projeto, bem como pela otimização do desempenho e da monitorização das áreas experimentais, tendo em vista a aumentar o potencial de replicação do sistema.

O projeto *MARCLAIMED* assenta em três pilares principais:

1. Eficiência operacional, onde o desempenho operacional dos sistemas é avaliado através de três ferramentas baseadas em inteligência artificial para:
    i. monitorizar e controlar a qualidade da AWR e dos meios recetores;
    ii. prever a disponibilidade de recursos hídricos;
    iii. fornecer indicadores de riscos para a saúde, ambientais e de desempenho;

2. Sustentabilidade económica, monitorizada através de:
    i. indicador de escassez de água, por meio de uma ferramenta de pegada hídrica à escala municipal facilitando decisões sobre governança hídrica;
    ii. segurança hídrica e o valor económico de MAR com AWR através de uma ferramenta de cálculo de seguros;
    iii. um sistema baseado na recuperação de custos;
3. Aceitação social através da:
    i. implementação de ações sociais para fortalecer o envolvimento dos decisores políticos nacionais e da UE em colaboração com uma Comunidade de Prática (CoP);
    ii. definição de orientações europeias de MAR para promover recomendações políticas e impulsionar o respetivo quadro regulamentar.

Para garantir a fiabilidade, aceitação e confiança em sistemas MAR com AWR está a ser construída uma Ferramenta Integrada de Suporte à Decisão (IDST) de ponta e interoperável, integrando as ferramentas dos pilares 1 e 2 e com base no *feedback* do pilar 3, que fornecerá soluções para enfrentar as ameaças existentes e emergentes e apoiar a tomada de decisões e as políticas de adaptação.

Ainda no contexto da inovação destaque para a participação no 1º Concurso AdP Inovação Proativa, através do consórcio das empresas Águas do Norte, Águas Públicas de Alentejo e EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.. O projeto visa a criação de um portal "*Balcão Único de ApR*". Este portal terá como objetivo facilitar e agilizar processos de gestão, de licenciamento e de aquisição de Água para Reutilização (ApR), atendendo às necessidades dos seus utilizadores e produtores e consumidores de ApR.

## 7.4.7. ENGENHARIA E GESTÃO DE ATIVOS

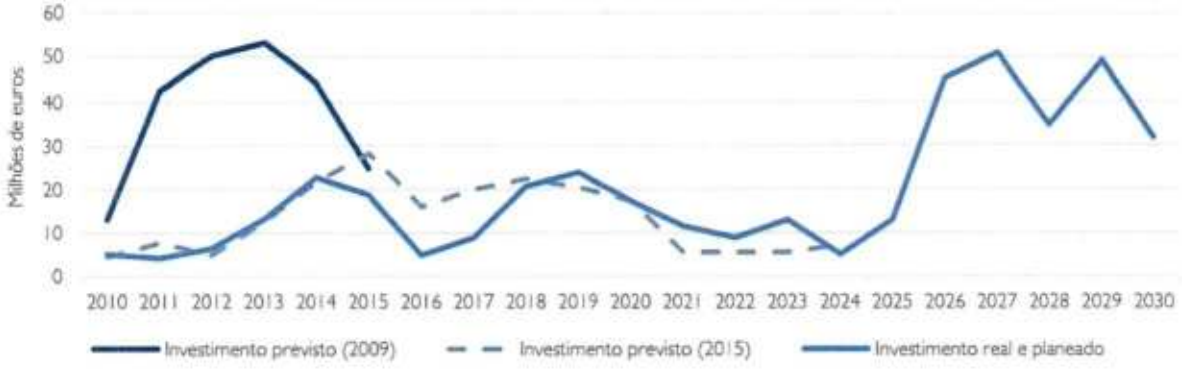
A implementação da solução técnica baseou-se numa estratégia de priorização assente:

- Na continuação da resolução dos principais constrangimentos em termos de abastecimento de água;
- Na continuação da resolução dos processos de contencioso ambiental ao nível do tratamento de águas residuais urbanas, tendo já em vista a nova Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DARU);
- Na calendarização dos investimentos por executar, em resultado da aplicação da matriz de risco desenvolvida, e que foi alvo de atualização, pelo grupo de trabalho de priorização de Investimentos;
- Os principais constrangimentos em termos de qualidade e quantidade continuaram a ser suprimidos com a conclusão dos investimentos durante o ano de 2024, nomeadamente com a entrada em funcionamento parcial da ETA do Enxoé, entretanto reabilitada;
- Os processos de contencioso comunitário que envolveram cerca de 33 instalações de 18 concelhos e mais de 150.000 habitantes equivalentes no âmbito do SPPIAA, dos quais o Estado português foi condenado relativamente a 17 instalações num universo nacional de 44, chegamos ao fim de 14 anos com as dificuldades assinaladas ultrapassadas.

No ano de 2024 continuou a ser dado seguimento ao plano de investimentos em infraestruturas, entretanto revisto. Com vista à concretização das intervenções previstas na solução técnica atualmente aprovada e a aprovar, mais orientadas para a reabilitação de um vasto conjunto de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que servem na sua grande maioria aglomerados de menor dimensão, continuando a ser encetadas diligências ao nível de preparação de elementos com vista à captação de financiamento no âmbito Portugal 2030, e também um conjunto mais vasto de preocupações, em linha com a agenda ambiental, designadamente:

- Reforçar a aposta na digitalização, completando e reforçando em especial a componente de monitorização, automação, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas, indispensável para a elevação do desempenho e otimização da sua exploração e gestão, otimizando os recursos necessários para a operação e monitorização dos sistemas com vista com a sua eficiência;
- Integrar a agenda do aumento da circularidade do nosso setor e inclusão no respetivo modelo de negócio, através em especial da valorização de lamas de ETAR através de unidades de compostagem, mas também da produção de ApR;
- Reforçar a aposta na produção e eficiência energética, em linha com o desafio global de descarbonização e do Grupo AdP de neutralidade energética em 2030, como importante contributo para a persecução das metas nacionais neste domínio e com vista à redução dos custos deste recurso essencial ao desenvolvimento da nossa atividade;
- Melhorar a apresentação das infraestruturas, incluindo reforço da identidade regional, indispensável para a afirmação da Parceria, mas também para a motivação e autoestima das nossas equipas;
- Melhorar um conjunto de instalações de suporte;
- Adaptação das nossas infraestruturas de saneamento tendo em conta a nova DARU.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO INICIAL DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS
(PREÇOS CORRENTES)




O ano de 2024 foi também o ano de entrega e aprovação de vários relatórios finais do programa POSEUR.

Em paralelo, e tendo em vista preparar as respostas do território a desafios ambientais acrescidos, que impõem o reforço e segurança hídrica dos serviços, e de um conjunto de dinâmicas, mas também nos posicionamos relativamente a um conjunto de oportunidades, continua a ser desenvolvido o trabalho da análise e recuperação de potenciais intervenções que, apesar de não se encontrarem previstas no plano inicial de investimentos em infraestruturas, não podem deixar de ser equacionadas, a saber:

- A evolução dos consumos em determinados sistemas, seja no sentido do crescimento face ao previsto, seja no sentido de não confirmação das expetativas de redução inicialmente admitidas;
- A evolução de um conjunto de parâmetros relevantes associados aos recursos hídricos e à incerteza climática;
- As perspetivas de desenvolvimento identificadas em determinadas áreas, em especial de novos empreendimentos no litoral;
- A importância de integrar a agenda da reutilização num território de elevada escassez de água;
- A necessidade de corresponder a um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030);
- A publicação e novas exigências decorrentes da publicação da nova DARU.

Por fim, e com vista a concretizar a reorganização do plano de investimentos, foi desenvolvido um trabalho conjunto entre as áreas da empresa com o objetivo de revisitar e atualizar a avaliação de todas as infraestruturas ainda não intervencionadas, e teve como pressupostos a revisitação da Matriz de Risco associada aos investimentos, tendo por base o conhecimento mais aprofundado dos sistemas e do estado dos mesmos, o Plano de Ação para redução de incumprimentos em saneamento, que será articulado com o futuro Plano de Ação do Grupo AdP, a revisão da Solução Técnica proposta aos Municípios e a atualização dos valores de construção, sem nunca deixar de ir ao encontro das expectativas iniciais dos parceiros.

Continua a ser dada particular relevância à eficiência energética da empresa e aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis, à digitalização, à valorização orgânica de lamas de ETAR, à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, e à produção de ApR (Água para reutilização).

## INVESTIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água ascende em 2024 ao valor de 126,758 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 2,153 milhões de euros associado à execução de empreitadas abrangendo 6 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR e do COMPETE 2020.

### ↘ 6 CONCELHOS ABRANGIDOS – 10,39 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2024

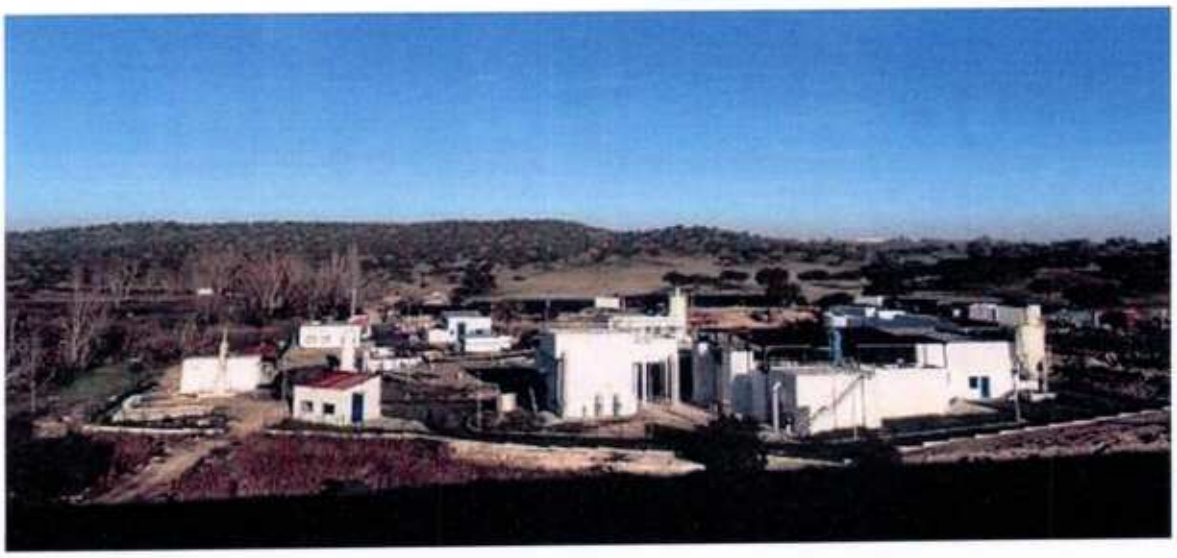
- SAA Guadiana Sul – Ampliação e adaptação da ETA do Enxoé, 7,50 Meuros;
- SAA Magra-Roxo – Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja, 2,64 Meuros;
- SAA Magra-Roxo – Reabilitação Estrutural do Reservatório de Messejana, 0,25 Meuros.

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foram elaborados e concluídos os projetos de Reabilitação do Sistema de Adução a Montes Velhos a Aljustrel e redimensionamento das Condutas e Estações Elevatórias para o funcionamento em 24h/dia em Santa Clara e foi promovida a execução de projetos de execução, sendo de realçar o Estudo e Projeto para o Sistema de São Teotónio, Expansão a Mértola Noroeste, os Projetos de Serpa (ZIL V. Nova de São Bento, Sobrepressora de Serpa, ZIL de Serpa e novo PE de Serpa), Ligação EFMA – Monte da Rocha, Reforço do Abastecimento a Santiago do Cacém (Escatelares), Abastecimento de água ao Sistema de Alvito, Sistemas de Minutos e Bica Fria, e Sistemas de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém- Lota A a C, a Nota Técnica ETA de S. Teotónio, Adução à Zona Costeira de Grândola, Santiago e Sines (estudo do litoral), e o Estudo de Abastecimento ao Sistema de Santa Clara através do reservatório da Bugalheira.

Também durante o ano de 2024 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 2,57 milhões de euros:

- Empreitada de reabilitação da Barragem do Enxoé e da Barragem do Monte Clérigo;
- Empreitada de Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel;
- Empreitada de Reabilitação Estrutural do Reservatório de Messejana.

Ainda durante 2024 foi dada como concluída e entrou em pleno funcionamento uma importante infraestrutura, a ETA do Enxoé:



Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação várias intervenções num conjunto de 7 sistemas.

### 7 SISTEMAS – 112,3 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO

- Sistema do Alentejo Litoral – 2 ETA, 6 EE, 13 reservatórios, 53,6 km de condutas, 8 captações, 6,3 Meuros
- Sistema do Alvito – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 43 km de condutas, 6,6 Meuros;
- Sistema da Bica-Fria / Minutos – 1 EE, 1 reservatórios, 19 captações, 1,3 Meuros;
- Sistema do Guadiana Sul – 2 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 47,3 km de condutas, 30,7 Meuros;
- Sistema do Monte da Rocha – 3 ETA, 13 EE, 24 reservatórios, 114 km de condutas, 32,1 Meuros;
- Sistema do Roxo/Magra – 2 ETA, 2 EE, 12 reservatórios, 146,52 km de condutas, 1 captação, 28,97 Meuros;
- Sistema de Santa Clara – 2 ETA, 4 EE, 6 reservatórios, 34,0 km de condutas, 6,5 Meuros

## INVESTIMENTO EM SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O investimento acumulado realizado em sistemas de saneamento de águas residuais totalizou 56,675 milhões de euros, tendo a realização no ano de 2024 ascendido a 2,870 milhões de euros, associado à execução de um conjunto de empreitadas abrangendo 3 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR e do COMPETE 2020.

### 3 CONCELHOS – 8,67 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2024

- SAR de Cuba – ETAR de Cuba, 2,8 Meuros;
- SAR de Ermidas do Sado – ETAR de Ermidas do Sado, 3,1 Meuros;
- SAR de Ermidas do Sado – Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Ermidas do Sado, 0,83 Meuros;
- SAR do Ciborro – ETAR do Ciborro, 1,94 Meuros.

Em paralelo e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foi elaborada, concluído os trabalhos auxiliares de Topografia, Geotecnia e o Estudo de Cota de Cheia para a ETAR de Moura, e encontram-se em desenvolvimento os projetos de execução dos Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde (*Ad-Hoc*), SI Mimosa – Conversão de Fossa em PITAR, Estudos e Projetos de Transporte e Tratamento de Águas Residuais – Lote 1 a 5, Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais – Grupo 2 – Lote 1 a 3, a Nota Técnica para a Conceção/Construção da ETAR de Moura.

Também durante o ano de 2024 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 2,81 milhões de euros:

- Empreitada de Conceção/Construção da ETAR e de Execução do Sistema Intercetor de Santiago do Escoural;
- Empreitada de Execução do edifício de Exploração de Montemor-o-Novo.

Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 18 concelhos:

- **18 CONCELHOS – 51,3 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO**

- Alcácer do Sal – 2 ETAR, 4 EE, 8,5 kms de condutas, 7,6 Meuros;
- Aljustrel -2 ETAR, 1 EE, 2,2 kms de condutas, 1,8 Meuros;
- Almodôvar - 2 ETAR, 1 EE, 2,5 Meuros;
- Alvito - 2 ETAR, 0,4 Meuros;
- Beja -2 ETAR, 1 EE, 5,6 kms de condutas, 5,2 Meuros;
- Castro Verde - 1 ETAR, 1,8 Meuros;
- Cuba – 1 ETAR, 2,7 Meuros;
- Grândola - 3 ETAR, 1 EE, 3,5 kms de condutas, 4,1 Meuros;
- Mértola - 1 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 1,6 Meuros;
- Montemor – o -Novo - 2 ETAR, 3 EE, 5,3 kms de condutas, 5,9 Meuros;
- Moura - 2 ETAR, 0,5 Meuros;
- Odemira - 2 ETAR, 2 EE, 1,5 kms de condutas, 4,4 Meuros;
- Ourique - 1 ETAR, 1,3Meuros;
- Santiago do Cacém - 2 ETAR, 0,5 kms de condutas, 4,4 Meuros;
- Serpa - 2 ETAR, 1 EE, 1,8 kms de condutas, 2,7 Meuros;
- Vendas Novas - 2 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 2,4 Meuros;
- Viana do Alentejo 2 ETAR, 2,3 kms de condutas, 0,6 Meuros;
- Vidigueira - 2 ETAR, 1,6 Meuros.

## CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES E EXPROPRIAÇÕES

Com a conclusão do ciclo de investimento do *Portugal 2020*, o ano de 2024 consubstanciou-se num período de consolidação e arranque de um conjunto de novos projetos expropriativos, os quais permitirão dar a adequada resposta ao plano de investimentos nos próximos anos.

Entre outros processos de expressão menos significativa, mas não menos exigentes do ponto de vista burocrático, destacamos o início dos trabalhos de suporte expropriativo de importantes empreitadas, como são o Projeto de São Teotónio e do Sistema Intercetor de Santiago de Escoural, para além da consolidação e disponibilização de parcelas para as empreitadas de Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel, Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja e da Empreitada de Adução a Grândola - 2.ª Fase.

Merecedora de realce é a situação do Projeto de São Teotónio, o qual observou fortes contratempos, quer a nível de fornecimento de informação predial das entidades oficiais (Autoridade Tributária e Aduaneira e Conservatória do Registo Predial) à empresa prestadora de serviços (Luso-Roux Avaliações, Lda.), quer pela objeção dos proprietários, que dificultaram a realização dos trabalhos de piquetagens.

Os empreendimentos tratados perfazem um total de, aproximadamente, 250 parcelas de terrenos afetados, as quais originaram distintas atividades (aquisição de cadastro, identificação de proprietários, avaliações, negociações, etc..), desenvolvidas internamente e com suporte na prestação de serviços em curso com a empresa Luso-Roux Avaliações, Lda.

No que a negociações diz respeito, todas as diligências resultaram no contacto registado (cartas e E-mails) com cerca de 550 proprietários, com o objetivo de assegurar a disponibilização das parcelas necessárias à conclusão do plano preconizado, e também, em circunstâncias particulares, para a regularização fundiária de infraestruturas integradas dos municípios Parceiros (onde se incluem nestas o polo de captações de Grândola e Aldeia do Pico, que integram o Plano de Regularização do Licenciamento das Captações promovido pela Gestão de Origens).

Durante o ano de 2024 o resultado daqueles contactos e negociações realizados traduziu-se na concretização de 23 Acordos de Servidão, 9 Escrituras de Constituição de Servidão e 2 Escrituras de Compra e Venda, ascendendo a um valor total de indemnizações de € 48 517 mil euros (para além de terem sido obtidas, aproximadamente, 90 declarações de acordo).

Paralelamente e visando a otimização dos atos de gestão patrimonial, durante o ano de 2024 foi dada continuidade à obtenção da isenção de pagamento de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), as quais incidem agora sobre 110 prédios, com um valor patrimonial de € 12 273 490 isentos de Imposto.

Relativamente à concretização de bens a abranger por Declaração de Utilidade Pública (DUP), foram instruídas e requeridas ao Ministério do Ambiente e Energia as DUP das empreitadas de Conceção-Construção da ETAR e Execução do Sistema Intercetor de Santiago do Escoural (Expropriação e Servidão) e da Adução a Grândola 2.ª Fase (Servidão), encontrando-se em preparação o Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel.

## COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA DO INVESTIMENTO

O financiamento comunitário constitui um pilar central para a concretização das intervenções estratégicas em curso no nosso território, atentas as caraterísticas destes serviços e os desafios ambientais que vem ampliar de forma significativa as exigências de um território de baixa densidade, onde a intensidade da escassez já se faz sentir com especial acuidade.

### FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO (M€)

| Programa | AA | AR | Total |
|---|---|---|---|
| POVT | 23,6 | 16,9 | 40,5 |
| POSEUR | 56,8 | 14,2 | 71,0 |
| COMPETE 2020 / REACT-EU | 0,4 | 2,4 | 2,8 |
| **TOTAL** | **80,8** | **33,5** | **114,3** |

É pois, partindo da importância dos financiamentos comunitários para a sustentabilidade, mas também da competitividade do território, que a partir da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas, desenvolvemos ainda uma reflexão interna destinada a suportar o desafio de capitalizar para o território as oportunidades proporcionadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), pelas Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e por um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030), para melhor respondermos aos desafios da resiliência e segurança hídrica, mas também das oportunidades proporcionadas por uma agenda verde e digital.

## 7.4.8. MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

No ano 2024 a gestão da manutenção das infraestruturas do SPPIAALENTEJO teve várias alterações à sua estrutura, com entradas e saídas de pessoal, tanto em cargos operacionais como de chefia. As dificuldades de contratação de pessoal especializado e em consolidar as equipas foram por isso novamente relevantes, uma vez que ainda não foi possível completar e estabilizar as equipas. Os sistemas de abastecimento e saneamento mantiveram a estratégia de execução da manutenção por equipas internas, combinada com recurso a prestadores de serviços em algumas especialidades.

A dispersão territorial da empresa e a necessária proximidade que carateriza as intervenções de manutenção sugeriram a adoção de um modelo de organização, baseado num núcleo central focado nas especialidades técnicas de suporte às equipas de terreno descentralizadas, que por sua vez atuam de forma próxima e em tempo real nas instalações e equipamentos, de onde advém elevado valor acrescentado no que se refere à qualidade e capacidade de resposta, bem como à necessária capacidade de formação técnica *"on job"* que acaba por combater as dificuldades do mercado.

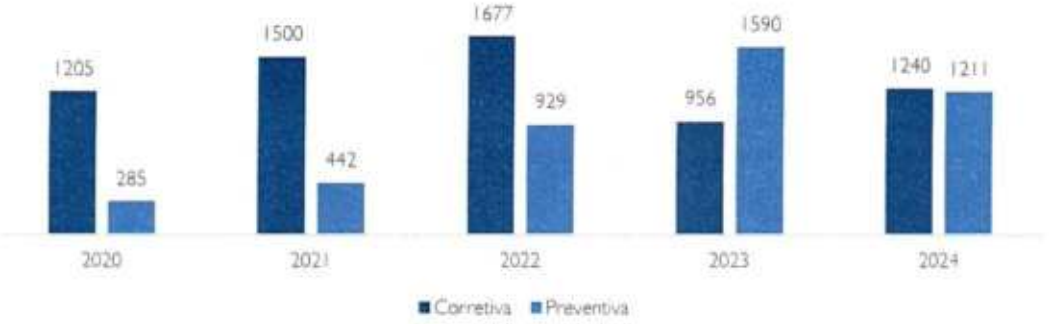
No ano de 2024 foi desenvolvido, aprovado e implementado o Plano de Manutenção Preventiva aprovado para um conjunto de infraestruturas e equipamentos considerados críticos para a atividade, o qual foi executado por equipas internas e prestadores de serviços especializados.

No plano referente ao ano anterior, procurou-se aumentar a abrangência das infraestruturas e equipamentos considerados, com o objetivo de melhorar a sua gestão e operação. A execução do plano de manutenção preventiva visou assegurar que, no que concerne à segurança, os equipamentos se mantivessem em boas condições, minimizando os riscos de acidentes no local de trabalho e protegendo os colaboradores. Em termos de qualidade, a manutenção regular garante que os equipamentos operem de forma otimizada, resultando num desempenho mais estável e eficiente. Adicionalmente, a manutenção preventiva contribui para o aumento da disponibilidade do ativo, permitindo a identificação e correção de problemas antes que estes causem falhas funcionais, o que ajuda a minimizar paragens não planeadas e melhora a continuidade das operações. O prolongamento da vida útil dos equipamentos, através da manutenção adequada, pode aumentar significativamente a sua durabilidade, adiando a necessidade de novos investimentos. Esta abordagem também contribui para a redução de custos diretos e indiretos, dado que a prevenção de falhas funcionais é geralmente mais económica do que as reparações ou substituições de emergência. Finalmente, a manutenção permite garantir o cumprimento das normas legais, assegurando a conformidade com os requisitos de segurança e ambientais.

Comparando com o histórico do número de intervenções preventivas nos últimos anos, constatamos que existe uma evolução positiva.

No gráfico abaixo nota-se a existência de equilíbrio global com o ano anterior no número de ações realizadas. Com o objetivo de contrariar a tendência a introdução a da ferramenta de software de Gestão de Manutenção irá conferir uma maior capacidade de articulação entre equipas de terreno e de suporte, com esta nova ferramenta pretendemos dinamizar a cultura de manutenção preventiva, no sentido da evolução não só nessa vertente de manutenção, mas ao nível de gestão de KPI´s focados na melhoria contínua, das equipas, das rotinas e indicadores.

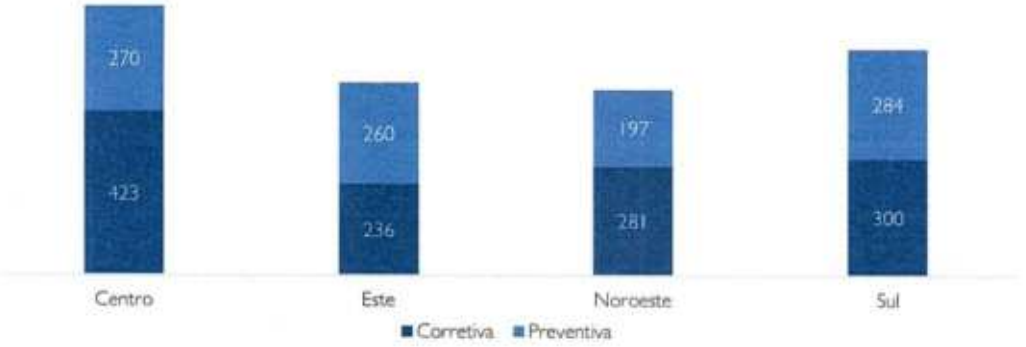
## INTERVENÇÕES REALIZADAS POR TIPOLOGIA




Relativamente a intervenções de manutenção corretivas, o aumento em 2024 está diretamente relacionado com a falta de preenchimento de técnicos e chefia das equipas descentralizadas.

É interessante também fazer uma análise ao nível dos centros operacionais, onde é clara a disparidade que resulta da diferença de tecnologias existentes, a quantidade de infraestruturas, o nível de investimento, bem como meios humanos disponíveis para realização de intervenções.

## TIPOLOGIA INTERVENÇÕES REALIZADAS POR CENTRO OPERACIONAL



## 7.4.9. GESTÃO DE ENERGIA

Com o objetivo de acompanhar a agenda de otimização da exploração e de neutralidade energética, e fortemente alavancada pela ampliação dos compromissos do Grupo AdP neste domínio, no ano de 2024 demos continuidade a um conjunto de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e a produção de energia através de fontes renováveis de energia.

Em 2024, realizou-se a 1.ª auditoria de acompanhamento após a renovação da concessão do Sistema de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001:2019) efetivada em 2023, cujas fronteiras do sistema são a EEAA da Pia Quebrada, ETA de Alvito e ETA do Monte da Rocha. Estas infraestruturas caracterizam-se por consumos e custos energéticos expressivos, sendo que as três infraestruturas representam 13% do consumo total de energia da AgdA, desagregando-se por: EEAA da Pia Quebrada, 2%, ETA de Alvito, 7% e ETA do Monte da Rocha, 4%.

Encontra-se em execução o contrato de prestação de serviços de apoio técnico especializado na área energética com a AdP ENERGIAS, destacando-se a compilação de dados de consumos e custos energéticos, apoio no estudo e definição de soluções na produção solar fotovoltaica, bem como na preparação de procedimentos concursais. Em estreita colaboração com a AdP ENERGIAS, foi criado o Grupo de Gestão de Energia, constituído pela Administração da AgdA, Administração da AdP ENERGIAS, equipa da AdP ENERGIAS, diretores da AgdA e respetivos coordenadores das áreas operacionais e gestor de energia. Este grupo reúne periodicamente e tem como vetores estratégicos a implementação de um *Master Plan* da área energética, produção de indicadores energéticos e planeamento de investimentos em energia. Não obstante, este grupo desencadeia ações com efeito dinamizador na vertente energética.

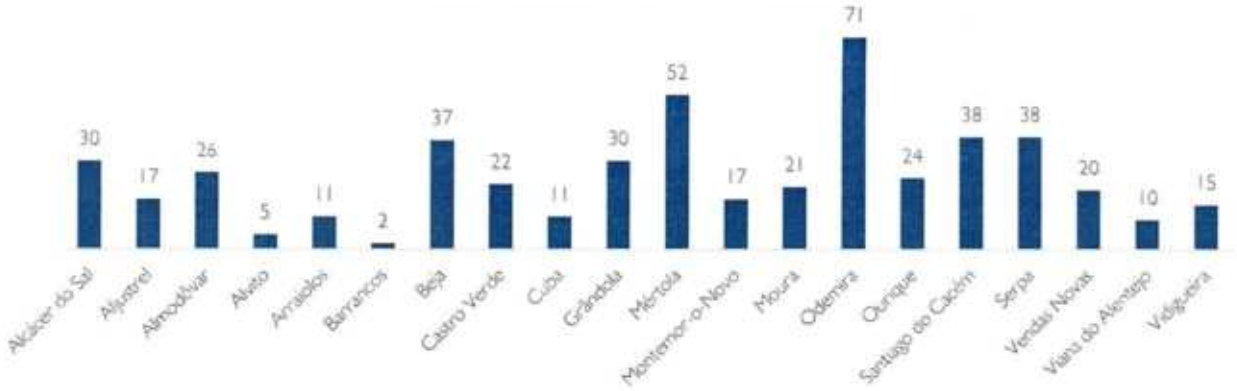
Em curso encontra-se a execução contratual de aquisição de serviços para auditorias energéticas, o que está a permitir avaliar e caracterizar os consumos energéticos nas instalações mais consumidores de energia, com o objetivo de proceder à elaboração de planos de ações e validação de medidas que se verifiquem economicamente viáveis, de acordo com os objetivos anteriormente descritos, fundamental para a criação e implementação do *Master Plan* da área energética.

Durante o ano 2024 desenvolveram-se estudos internos com o objetivo de aumentar a produção de energia com recurso a fontes renováveis, nomeadamente solar fotovoltaica, prosseguindo o objetivo de descarbonização definido pelo grupo AdP e de fazer face ao significativo aumento do custo da energia.

Assim, e para além do aumento da aposta neste domínio, continuam as diligências para a efetivação das oportunidades das comunidades de energia renovável, designadamente através da integração de outras infraestruturas, como do aprofundamento da parceria com os parceiros municipais e do alargamento da colaboração com outras entidades relevantes.

A nossa realidade é uma extensa e dispersa carteira de 497 instalações consumidoras de energia da rede de distribuição.

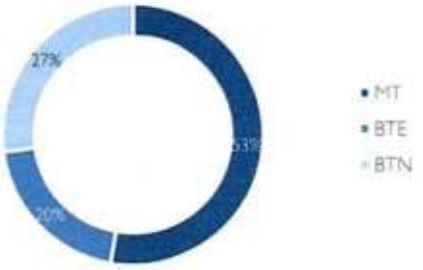
## NÚMERO DE INSTALAÇÕES POR MUNICÍPIO



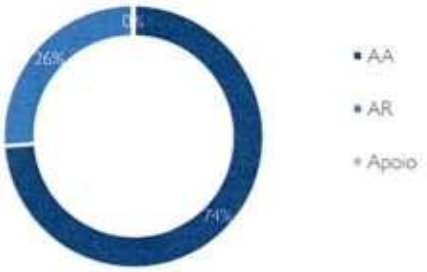

A representatividade dos encargos com energia elétrica por nível de tensão apresenta uma prevalência da média tensão, com base na média dos valores de 2022, 2023 e 2024, e uma muito expressiva origem nas instalações associadas aos sistemas de abastecimento de água.

## INSTALAÇÕES POR NÍVEL DE TENSÃO

## REPRESENTATIVIDADE DOS CUSTOS POR NÍVEL DE TENSÃO

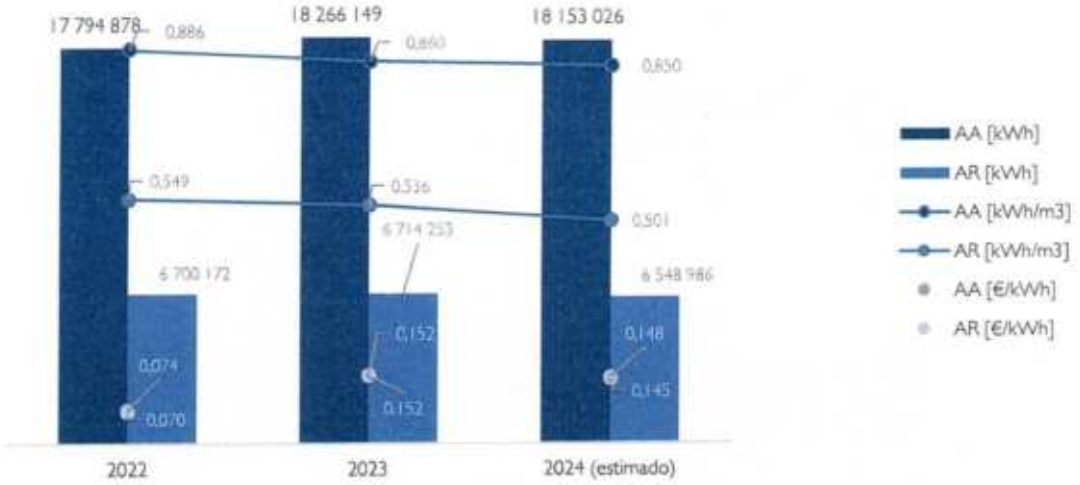



## REPRESENTATIVIDADE DOS CUSTOS POR ATIVIDADE



Em 2024, a fatura de energia elétrica ascendeu a 3,641 milhões de euros, ou seja, 15,24% do volume de negócios e 20,03% dos gastos operacionais, tornando evidente a sua importância em especial dos encargos controláveis, motivo pelo qual tem merecido uma particular atenção em todo o Grupo Águas de Portugal, particularmente para 2023 e anos seguintes na sequência das perspetivas de evolução do preço de energia.

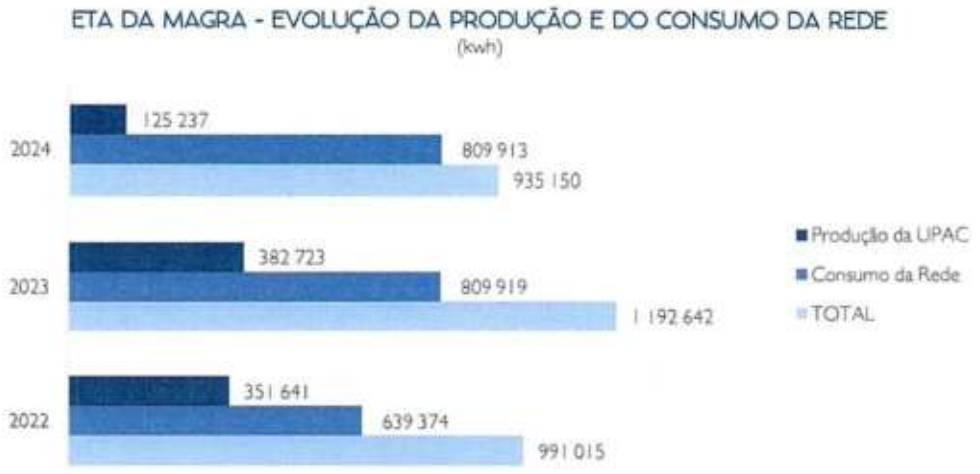
CONSUMO ENERGÉTICO, CUSTO E CUSTO ESPECÍFICO POR ATIVIDADE

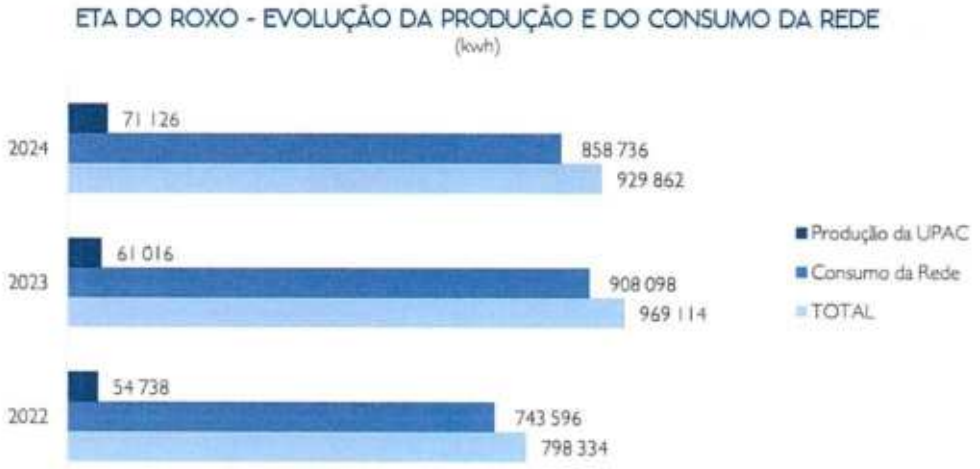



A informação em análise foi atualizada para os valores reais nos anos de 2022 e 2023 e inclui o total do consumo energético, nomeadamente, com aquisição à rede e autoprodução através das Unidades de Produção para Autoconsumo (UPAC).

Sem prejuízo para a diminuição dos consumos específicos, apesar de também se verificar uma diminuição do consumo de energia, deverão ser analisadas as eficiências dos equipamentos mais consumidores de energia, em especial nas infraestruturas com maior consumo energético bem como dar seguimento à implementação de medidas de eficiência energética.

No ano de 2024 estiveram em exploração as UPAC solar fotovoltaica da ETA da Magra e da ETA do Roxo, com potências de 300kW e de 74kW respetivamente, correspondendo a uma produção de 124.237kWh na ETA da Magra e 71.126kW na ETA do Roxo. O decréscimo de produção na UPAC da ETA da Magra face ao período homólogo deve-se ao facto de esta ter sido alvo de 3 furtos dos cabos solares e consequente avaria nos inversores, sendo que a mesma apenas produziu no período de janeiro a maio e no mês de julho. As ações para reposição das condições de funcionamento encontram-se em curso. Este facto traduziu-se num decréscimo de produção de 67% em relação a 2023 (382.723kWh), sendo que assegurou cerca de 13% do consumo total de energia elétrica de toda a infraestrutura. Relativamente à ETA do Roxo, existiu um aumento de 17% em relação a 2023 (61.016kWh), assegurando 8% do consumo total de energia elétrica da infraestrutura.




Durante o ano de 2024, continuaram em execução as empreitadas de conceção-construção da ampliação e adaptação da ETA do Enxoé e conceção-construção da ETAR de Cuba, que contemplam a execução de unidades de produção fotovoltaico para autoconsumo de 300 kW e 75kW, respetivamente.

Conhecedores do enorme potencial de progressão no setor da água, encontra-se em desenvolvimento o planeamento de medidas e ações tendentes a atingir a neutralidade energética, tendo em consideração os vetores do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP (Zero), através implementação de medidas e ações de eficiência energética, aumento da produção através de fontes renováveis de energia e digitalização, sendo este último fundamental na integração dos dois vetores anteriores, com efeito dinamizador para o atingimento das metas de mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases com efeito de estufa, que igualmente se refletirá na redução dos encargos de energia associados.

## 7.4.10. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Num cenário em que a evolução contínua dos sistemas de informação permanece um pilar fundamental para a resiliência e competitividade das organizações, demos seguimento à nossa estratégia de modernização e melhoria da infraestrutura tecnológica ao longo do ano 2024. Dando continuidade ao esforço iniciado em anos anteriores, avançámos com a implementação de ferramentas robustas que visam reforçar não só o desempenho, mas também a segurança e eficácia operacional em todos os domínios das Tecnologias de Informação.

A adoção do *Zabbix* como sistema de monitorização de rede e equipamentos, permitiu a observação em tempo real do desempenho de servidores, dispositivos de rede e serviços críticos. Este instrumento é essencial para a deteção proativa de incidentes, garantindo uma resposta célere e mitigando eventuais impactos na disponibilidade dos sistemas. Em paralelo, introduzimos o GLPI, uma solução que, além de centralizar e gerir os pedidos de suporte, funciona como um agregador de informação relativa a todo o parque informático. Por meio deste sistema, passamos a dispor de um repositório detalhado de equipamentos e respetivas configurações, bem como da capacidade de gerir processos e serviços de TI de forma integrada, como por exemplo, a gestão de inventário de *hardware* e *software*, o registo de histórico de intervenções e a atribuição de recursos internos, tudo a partir de uma única plataforma. Com a integração entre o *Zabbix* e o GLPI torna-se possível que que sempre que o *Zabbix* identifique um evento crítico, seja gerado de forma automática um ticket de incidente no GLPI, permitindo uma atuação célere e eficaz. Esta abordagem melhorou significativamente os tempos de resposta.

No âmbito da renovação de equipamentos, demos continuidade ao programa de substituição e atualização do parque de portáteis e de telemóveis, assegurando que os colaboradores disponham de ferramentas adequadas às exigências de um ambiente de trabalho cada vez mais digital e móvel. Paralelamente, procedemos à implementação de um novo servidor de máquinas virtuais suportado pelo *Portainer*, uma plataforma de gestão e orquestração de contentores (como *Docker*) que fornece uma interface *web* intuitiva, tornando mais simples a criação, configuração, monitorização e manutenção de aplicações e serviços virtualizados. Com o *Portainer*, é possível gerir de forma centralizada múltiplos contentores e ambientes, facilitando a escalabilidade e o aprovisionamento de novas soluções de forma ágil, além de reforçar a capacidade de redundância e recuperação em caso de falha, o que nos permitiu consolidar diversas aplicações *web* internas. Esta abordagem veio otimizar a flexibilidade dos recursos computacionais, oferecendo aos diferentes departamentos soluções customizadas para necessidades específicas, enquanto reduzimos custos de manutenção e garantimos escalabilidade.

A manutenção e otimização contínuas da rede prosseguiram, alinhadas com as melhores práticas de segurança e cibersegurança. As ações neste domínio visam assegurar altos níveis de disponibilidade, robustez e resiliência, acompanhando as crescentes exigências num ambiente tecnológico dinâmico e complexo. A par destas iniciativas, reforçámos a cultura de consciencialização em matéria de segurança de informação e proteção de dados, mantendo-nos em sintonia com as disposições legais e regulatórias aplicáveis, reforçando as medidas decorrentes do Regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço e a investir na consciencialização de todos os colaboradores, sobre práticas de cibersegurança e proteção de dados. Estas ações fortalecem a cultura organizacional, estimulando a adoção responsável das soluções implementadas e garantindo uma maior maturidade no que respeita à prevenção de riscos.

Assim, o balanço do ano 2024, revela um compromisso firme com a melhoria constante da nossa infraestrutura de TI, consolidando práticas de excelência e confiabilidade que visam suportar as necessidades operacionais da organização e

habilitar a sua estratégia de crescimento e inovação. Essas melhorias contribuem para uma base tecnológica cada vez mais robusta, preparada para responder aos desafios emergentes num cenário em constante evolução.

## 7.4.11. SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

### SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Em 2024 foi dada continuidade à manutenção dos processos de certificação, cujos normativos se têm vindo a implementar de forma faseada desde 2014. Neste ensejo merece especial destaque a realização das auditorias de renovação ocorridas no mês de novembro, por entidade externa, aos referenciais de Qualidade, Ambiente e Segurança. Registe-se ainda a ocorrência, em dezembro, da 1.º auditoria de acompanhamento ao Sistema de Gestão de Energia (SGE), após renovação da certificação ocorrida em 2023.

Com estas certificações pretendemos atestar, junto das partes interessadas, que além do cumprimento de todos os requisitos das normas de referência, procurando-se reforçar a implementação da política e objetivos em matéria de sustentabilidade que passam objetivamente por:

- melhorar o desempenho de sustentabilidade da empresa;
- prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;
- prevenir a ocorrência de impactes ambientais;
- garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada.

### IGUALDADE DE GÉNERO

A AgdA está comprometida em promover a igualdade de género nas suas atividades, garantindo oportunidades e tratamento equitativo entre homens e mulheres. Encontra-se em vigor e disponível no site da empresa a Política de Igualdade de Género, aprovada em 2020.

Os principais pilares desta Política incluem:

- **Igualdade de oportunidades**: no emprego, formação e progressão na carreira
- **Conciliação da Vida Profissional e Familiar**: Políticas que apoiam o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal
- **Prevenção de Assédio**: Compromisso com um ambiente seguro e respeitoso para todos.

Cientes da nossa responsabilidade para com as comunidades e o território, mas também da importância para o desenvolvimento e consolidação da nossa organização e dos nossos trabalhadores, incluindo o seu bem-estar, procurámos em 2024 dar continuidade aos esforços da nossa aposta neste domínio.

Dando cumprimento ao disposto na Lei nº 62/2017, de 1 de agosto e no Despacho Normativo nº 18/2019, de 21 de junho, a AgdA efetuou a avaliação do cumprimento do Plano para a Igualdade de 2024 e elaborou o Plano para a Igualdade de 2025, o qual foi submetido no Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas. Para além disso, estes documentos estão disponíveis para consulta no *website* da empresa (www.agda.pt).

Ainda numa perspetiva de continuidade dos nossos compromissos no domínio da política de igualdade entre homens e mulheres, assumidos de modo mais vincado em 2021 com a constituição de um Comité para a Igualdade, foram retomadas no decorrer de 2024 as reuniões neste âmbito, as quais tinham sido suspensas pela saída de uma trabalhadora, no final do mês de fevereiro, até nomeação da sua substituta. Este Comité reúne com frequência quinzenal.

Em linha com a nossa agenda de desenvolvimento organizacional e com os nossos compromissos de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, foi mantido durante todo o ano, o modelo de teletrabalho em regime híbrido, iniciado a 11 de outubro de 2021 com um dia fixo por semana, alargado para um regime de 2 dias de teletrabalho por semana, às segundas e sextas-feiras.

Não houve conhecimento de qualquer situação de assédio que tenha sido comunicada à Comissão de Ética do Grupo AdP.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Demos continuidade à iniciativa "Cabaz Nascimento" lançada em 2016, através da oferta de 7 cabazes nascimento, no valor de 300€, entre produtos para os bebés nascidos ao longo do ano e de um cartão oferta.

Também integrada na estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Águas de Portugal foi mantido o seguimento na atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais, financiada através das receitas provenientes do envio de cartões de Natal eletrónicos das várias empresas do Grupo.

Atento o contexto que atravessamos, foi possível retomar algumas iniciativas com o intuito de reforçar os laços entre colegas, tendo-se assinalado o aniversário da empresa com a realização de uma iniciativa de *team building* acompanhada com outros momentos sociais.

Deste evento podemos destacar um momento em particular, o qual consistiu na montagem de bicicletas por parte de todos os trabalhadores, para entrega a 4 instituições que têm intervenção direta com crianças, na área de abrangência da empresa, nomeadamente:

- Casa Abrigo da Associação das Mulheres Moura Salúquia (Moura)
- Porta Mágica (Montemor-o-Novo)
- TAIPA (Odemira)

- Centro de Acolhimento "Casa Pia" (Beja)

Foi também mantida a opção de melhorar os habituais cabazes oferecidos aos/às trabalhadores/as, à realização do tradicional jantar de Natal, que pelo quinto ano foram preparados com produtos oriundos dos vários territórios onde o Grupo está presente e entregues juntamente com lembranças aos/às filhos/as dos/as trabalhadores/as até aos 12 anos de idade.

Foram partilhados cabazes de Natal com 4 instituições do território onde atuamos, em reconhecimento pelo importante papel social que cada uma desempenha, constituindo também momentos de oportunidade de estreitar os laços com as comunidades, a saber:

- Lar de S. Bento (Vila Nova de S. Bento);
- Centro Infantil Augusto Piteira, em Ilhas (Arraiolos);
- Bombeiros Voluntários de Ourique (Ourique);
- Bombeiros Voluntários de Cuba (Cuba)

Em dezembro, a AgdA promoveu uma festa para os filhos dos colaboradores, na qual participaram 60 crianças, num evento com música, petiscos e diversas atividades, desde jogos a pinturas. O grande destaque foi para a presença do "Pai Natal", interpretado por um colaborador, que alegrou o evento e distribuiu os presentes às crianças.

## CAMPANHA VOLUNTÁRIA DE DÁDIVA DE SANGUE

A AgdA deu continuidade à campanha voluntária de dádiva de sangue, já iniciada em 2023, dirigida aos seus/suas trabalhadores/as com a realização de uma campanha de colheita de sangue em parceria com o Serviço de Imunohemoterapia do Hospital de Beja.

Assim como a água, o sangue é um bem escasso e necessário, que em diversas ocasiões é preciso em grandes quantidades e com urgência. Graças à transfusão de sangue, é possível salvar muitas vidas. Por cada dádiva, o Serviço de Imunohemoterapia consegue obter diversos componentes (concentrados de eritrócitos, concentrado de plaquetas, plasma, entre outros) que são necessários para o tratamento de muitas doenças.

Esta campanha decorreu nas instalações da ETA da Magra, em Beja, e todos/as os/as trabalhadores/as inscritos/as foram autorizados/as a deslocar-se até lá para fazer a sua doação. Foi concedida a dispensa ao/à trabalhador/a, conforme previsto no estatuto do dador de sangue – Lei 37/2012 de 27 de agosto, artigo 7º.

## SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A segurança e saúde dos trabalhadores são valores fundamentais para a empresa, que tem desenvolvido diversas iniciativas com o objetivo de promover uma cultura de segurança e melhorar continuamente as condições de trabalho, mitigando riscos nas suas instalações e atividades.

A saúde mental, um tema de crescente relevância e preocupação na sociedade atual, enfrenta desafios significativos, como o estigma, a discriminação e as pressões do dia a dia. Após a pandemia, essa realidade tornou-se ainda mais evidente, sobretudo em um mercado de trabalho em transformação. Este cenário apresenta novos riscos psicossociais, diretamente ligados à nova realidade laboral, incluindo o teletrabalho e as suas implicações, como o isolamento social, a dificuldade em estabelecer limites entre a vida pessoal e profissional, e o aumento das exigências.

Consciente do impacto dessas mudanças na saúde física e mental dos trabalhadores, o Grupo AdP oferece apoio psicológico a todos os trabalhadores, disponibilizado por profissionais especializados.

Em complemento às consultas periódicas e ocasionais da Medicina do Trabalho, continuou disponível o serviço de teleconsulta, disponibilizado quinzenalmente mediante agendamento prévio.

LINHA TELEFÓNICA DE
**APOIO PSICOLÓGICO**
**220 933 536**

CHAT DE APOIO
**PSICOLÓGICO**
**911 898 289**

VIDEOCONSULTAS DE
**PSICOLOGIA**
**220 933 536**

No âmbito do processo de certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, foi conduzida com sucesso, em novembro, a auditoria de renovação referente à vertente de Segurança e Saúde no Trabalho, conforme a norma ISO 45001:2018. Essa auditoria representou um marco importante na validação do nosso compromisso com o cumprimento integral dos requisitos legais, reforçando a dedicação à melhoria contínua das condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho, bem como à prevenção de acidentes e doenças profissionais.

Paralelamente, são realizadas diversas atividades com o objetivo de melhorar as condições dos locais de trabalho, promovendo maior bem-estar e segurança para os trabalhadores. Entre essas iniciativas, destacam-se:

- Visitas conjuntas entre os serviços de Medicina do Trabalho e Segurança, com partilha de informações relevantes;
- Auditorias internas, para identificar melhorias e assegurar a conformidade com as normas;
- Avaliações de riscos nas instalações;
- Distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos trabalhadores;
- Simulacros de resposta a emergências;
- Monitorizações de riscos físicos nos ambientes de trabalho;
- Melhorias nas infraestruturas e adequação às necessidades identificadas e reportadas;
- Ações de sensibilização para trabalhadores, focadas em boas práticas de segurança, uso correto de EPI e preparação para emergências.

Essas iniciativas têm como objetivo criar um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e confortável para todos os trabalhadores.

Por meio da participação no Comité Especializado de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo AdP, contribuímos para a formulação do Compromisso de Sustentabilidade 2022-2025 e para a consolidação da Cultura de Segurança, a ser aplicada em todas as empresas do Grupo.

Para fortalecer essa cultura, destacamos o estabelecimento de diretrizes pelo referido Comité, que englobam desde a gestão de topo até os técnicos operacionais. Essas orientações reforçam o compromisso com a segurança e a saúde no trabalho e avançar de uma postura reativa, focada apenas na resposta a incidentes, para uma abordagem proativa, centrada na prevenção, que reflete a verdadeira eficácia e robustez da gestão de segurança da organização.

## ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2024, registaram-se 17 acidentes de trabalho, dos quais 11 resultaram em incapacidade temporária absoluta, menos um acidente em relação a 2023. Este cenário refletiu-se numa diminuição da taxa de frequência, que passou de 44,7% em 2023 para 36,12% em 2024, valor classificado como "Bom" segundo os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Não ocorreram acidentes de trabalho graves.

Por outro lado, a taxa de gravidade, que mede a relação entre os dias perdidos e o número de horas trabalhadas, registou um aumento significativo, passando de 582% para 1 386% em 2024. Este aumento ocorreu apesar de ter havido menos um acidente com incapacidade temporária absoluta, sendo justificado pelo impacto de um acidente específico que resultou em 196 dias perdidos, um valor consideravelmente elevado em comparação com outros acidentes.

Este cenário demonstra que, embora tenha havido uma redução no número de acidentes e uma melhoria na taxa de frequência, os acidentes ocorridos em 2024 tiveram um impacto mais severo em termos de tempo de recuperação e perda de produtividade.

Estas circunstâncias traduzem-se no apuramento de índices de frequência e gravidade da OMS/OIT com classificação de Bom e Médio, respetivamente.

INDICADORES DE SEGURANÇA

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|---|---|---|
| Total de Acidentes de Trabalho | 10 | 16 | 17 |
| Acidentes de trabalho com baixa | 5 | 12 | 11 |
| Dias de ausência | 341 | 175 | 422 |
| Índice de Gravidade [1] | 1 332 | 653 | 1 386 |
| Índice de Frequência [2] | 19,53 | 44,74 | 36,12 |
| Índice de Incidência [3] | 64,10 | 103,23 | 84,16 |
| Avaliação do Índice de Frequência [4] | Muito Bom | Bom | Bom |
| Avaliação do Índice de Gravidade [4] | Médio | Bom | Médio |

[1] Ig = (Nº de dias perdidos/Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000
[2] If = (Nº de acidentes de trab. com baixa /Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000
[3] Ii = (Nº de acidentes de trab. /Nº de trabalhadores) x 1.000
[4] Ig = Tg/ 1.000 | Avaliação realizada de acordo com a OMS/OIT

## 7.4.12. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Reconhecemos a comunicação como um elemento crucial para divulgar a nossa atividade e projetos, promover a transparência, construir confiança e fortalecer o relacionamento com os seus *stakeholders*, potenciando a interação com mesmos. Esta é a base para, com foco na nossa estratégia, elevar o nosso desempenho, crescimento e inovação. Transmitir o que somos, fazemos, pretendemos e o que queremos oferecer é essencial para que continuemos a dignificar os nossos objetivos e a manter-nos unidos pela água, pelo bem-estar e pelo futuro.

Em 2024, investimos em estratégias de comunicação que também envolveram e inspiraram a comunidade. Através de diversos canais, como redes sociais, ações de sensibilização e comunicados de imprensa, entre outros, assegurámos que as informações pertinentes estivessem acessíveis a todos. Ao longo do ano, disponibilizámos informações detalhadas sobre a gestão dos recursos hídricos, os investimentos realizados e os resultados alcançados, promovendo a transparência através da divulgação proativa de dados e resultados que permitem a compreensão plena do nosso desempenho.

Através de mensagens claras e consistentes, demonstrámos o nosso compromisso com a qualidade, a responsabilidade social, a excelência, a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade. Particularmente, no que concerne à presença em feiras com o *stand* institucional, sendo um eixo bastante valorizado no nosso território, tendo sido marcada a presença em 12 certames, de março a outubro de 2024.

Destacamos ainda a comunicação do projeto MARCLAIMED, o projeto financiado pela UE que visa integrar as soluções de Recarga Gerida de Aquíferos (MAR) com Recursos Hídricos Alternativos (AWR) para mitigar o stress hídrico e gerir proactivamente os eventos de seca. Esta integração é essencial para a utilização sustentável dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A comunicação do projeto encontra-se no nosso *website* institucional, através de *banners*, notícias e artigos no menu "Inovação", com o principal objetivo de dar a conhecer o projeto e encaminhar os visitantes para o *website* oficial do MARCLAIMED.

A comunicação assertiva e eficaz requer uma adaptação constante às mudanças nas preferências e comportamentos da comunidade. Estamos comprometidos em enfrentar esses desafios com flexibilidade e inovação, continuando a aprimorar as

nossas estratégias, adaptando-nos às exigências de um mundo em constante evolução. Estamos empenhados em manter essa abordagem e em continuar a fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade.

Acreditamos que uma comunicação transparente e participativa é fundamental para o sucesso a longo prazo da gestão sustentável dos recursos hídricos na região do Alentejo.

EVENTOS QUE MARCARAM 2024:

## JANEIRO 2024

Para assinalar o Dia Mundial da Educação Ambiental, realizámos Ações de Sensibilização "Água é Vida. Não a desperdice" para os alunos do pré-escolar e 1º ciclo no concelho de Beja.

Foi lançado um concurso público para a Empreitada de Conceção-Construção da ETAR e Execução do Sistema Intercetor de Santiago do Escoural (Montemor-o-Novo).

Comunicação de conclusão da Empreitada de Ligação ETA do Roxo-EFMA e da Remodelação do Sistema de Captação de Água de Vale Melão (Arraiolos).

## MARÇO 2024

Para assinalar o Dia Mundial da Água a AgdA abriu as portas da ETA da Magra à comunidade e aderiu ao Movimento H2Off.

Iniciou-se ainda, o ciclo de Feiras Municipais, com a presença institucional no V Festival do Borrego em Castro Verde.

## FEVEREIRO 2024

Nos dias 20 e 21 de fevereiro, estivemos presentes na reunião de arranque do projeto europeu em Barcelona - MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para uma aplicação da gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas.

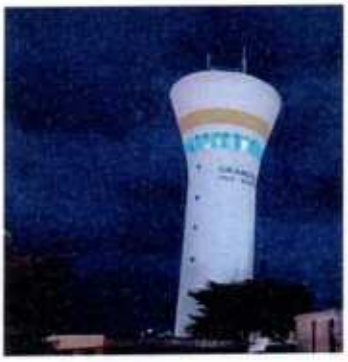
Assinatura do contrato da Empreitada de Conceção-Construção da nova ETAR do Ciborro entre a AgdA e a AMBIÁGUA – Gestão de Equipamentos de Água, S.A.

MARCLAIMED

## ABRIL 2024

Comunicação da conclusão dos investimentos para a melhoria da qualidade da água de abastecimento público nos concelhos de Aljustrel, Grândola, Odemira e Santiago do Cacém, beneficiando cerca de 14.300 habitantes.

A AgdA aliou-se à CPCJ de Grândola, iluminando o Reservatório de Grândola de azul, a cor da campanha para a Prevenção dos Maus-Tratos na Infância.



## MAIO 2024

De 30 de Abril a 5 de maio marcámos presença na 40ª edição da Ovibeja

De 11 a 14 de maio, marcámos presença na Feira de Maio – Moura Terra Mãe do Azeite do Alentejo, em Moura. Sendo a participação marcada pela conferência "Águas de Moura: passado, presente e futuro", um momento de "reflexão" sobre o valor da água.

## JUNHO 2024

Participação em 2 Feiras:

De 30 de maio a 2 de junho, na Santiagro, em Santiago do Cacém.

De 14 a 16 junho, na Feira Do Campo Alentejano, em Aljustrel.

## JULHO 2024

Mês marcado pela participação em 2 Feiras:

De 5 a 7 de julho 2024, na FACAL, em Almodôvar.

De 19 a 21 julho 2024, na FACECO, em Odemira

## AGOSTO 2024

De 22 a 26 de agosto, participação na Feira de Agosto, em Grândola.

Ações de sensibilização ambiental com atividades/jogos/dinâmicas com as crianças no município de Arraiolos.

## SETEMBRO 2024

Atingimos os 15 anos de atividade no dia 25 de setembro de 2024. Também marcámos presença na Feira da Luz/Expomor, em Montemor-o-Novo e na Feira Anual de Cuba, em Cuba.

## OUTUBRO 2024

Foi marcada a presença no seminário anual da Adapt.Local, dedicado à gestão da floresta e dos recursos hídricos.

A Eng. Simone Pio integrou o painel sobre "Adaptação climática e os desafios da gestão da água", onde abordou os desafios enfrentados pelas entidades gestoras para garantir a segurança no abastecimento público.

## NOVEMBRO 2024

Foi marcada a presença no 9º Seminário Nacional do Programa Bandeira Azul, em Mértola. O Eng. João Maurício participou na mesa-redonda com o tema "Gestão de Águas: Desafios Futuros", onde apresentou o trabalho desenvolvido pela AgdA, na gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e saneamento em alta, nos 20 Municípios que integram a parceria.

Presença na feira dos Santos e Frutos Secos, em Alvito.

## DEZEMBRO 2024

Comemorámos o 15º Aniversário e a internalização total dos processos de saneamento com um evento interno que reuniu mais de 160 colaboradores.

O dia ficou ainda marcado pela criação de um logótipo humano das empresas do Grupo AdP.

## VISITAS E AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EM 2024

As visitas às instalações e as ações de sensibilização desempenham um papel crucial no âmbito da Educação Ambiental. Em 2024, contámos com mais de 600 pessoas em ações e visitas, permitindo sensibilizar a comunidade para o uso eficiente da água e para a correta utilização da rede de saneamento. Estas ações impactaram, maioritariamente, o público escolar.

## CAMPANHAS DESENVOLVIDAS EM 2024

Somos, há quinze anos, responsáveis pela gestão de forma integrada em "alta" dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais em 20 Municípios ao longo do vasto Alentejo. Continuaremos a dignificar o nosso serviço com o trabalho profissionais comprometidos, mostrando com orgulho o que somos. Tal como, continuaremos a procurar criar um mundo mais resiliente, sustentável e ambientalmente viável, não só através das nossas intervenções, como também através de campanhas de sensibilização que nos permitem consciencializar a população. Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos, algumas das nossas campanhas prolongam-se no tempo e as campanhas de 2024 mantiveram o foco no alerta para o uso eficiente de água face ao panorama de seca que Portugal viveu ao longo do ano. Demos, assim, particular importância ao reforço das mensagens em momentos-chave por outras iniciativas de comunicação e sensibilização direta.

### ↘ TENHA UMA ECOATITUDE

Esta campanha, direcionada aos trabalhadores, continua em vigor, com o propósito de incentivar os mesmos a ter hábitos e práticas sustentáveis. A divulgação desta campanha é feita através de sinaléticas e cartazes expostos em todas as infraestruturas da AgdA.

Para além disso, foi reforçada a importância da reciclagem nas instalações da empresa, tendo sido desenvolvido um cartaz para o efeito, colocado junto dos contentores do lixo.

## ÁGUA COM UM PINGO DE CONSCIÊNCIA

Prolongámos a campanha "Água com um pingo de consciência", através da distribuição de folhetos trípticos da mesma, sobretudo nas feiras e ações de sensibilização, uma vez que esta campanha, impulsionada pela AdP para toda a área geográfica abrangida pelas empresas do Grupo, aborda o valor da água tendo como foco o uso da água virtual. Com o objetivo de divulgar esta campanha foram distribuídos trípticos ilustrativos com a finalidade de mostrar a importância de usar a água com consciência.

## NO CANO LIXO NÃO

Esta campanha mantém-se atual e relevante, sendo por esse motivo que continuámos a divulgar a mesma. Este tema foi abordado em várias situações, como em visitas de estudo às instalações, ações de sensibilização e nas feiras. O objetivo é alertar a população sobre o que não deve ir para o esgoto e as consequências dos resíduos deitados no esgoto.

## ÁGUA É VIDA. NÃO A DESPERDICE.

Continuação da campanha sob o mote "Água é vida. Não a desperdice", do Grupo Águas de Portugal (AdP), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo mantém-se associada a esta importante campanha, que alerta para a importância da água e desenvolve-se em âmbito nacional, com a comunicação e ativações reforçadas nas regiões mais críticas, nomeadamente no Alentejo, território que é particularmente afetado pela seca e escassez de água. Assim, o nosso objetivo é que a mensagem seja amplamente difundida para que possamos atingir a meta da utilização sustentável e parcimoniosa da água, que é imperativa para o futuro de todos. Explorando o conceito de "tempo", a campanha multimeios reforçou que uma torneira aberta durante um minuto pode gastar até 12 litros de água, o suficiente para garantir as necessidades básicas diárias de 1 milhão de portugueses. "

Investimos na partilha da campanha nas redes sociais, na assinatura de e-mail, na distribuição de cartazes e folhetos, na afixação de outdoors, na realização de ações de sensibilização e na divulgação juntos dos Órgãos de Comunicação Social.

ÁGUA é VIDA
Não a desperdice

### 7.4.13. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DESCARBONIZAÇÃO E ECONOMIA CIRCULAR

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais com modelos de negócio adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR com modelos de negócio assentes na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, em elaboração.

A aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia também já salientámos.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios societais que enfrentamos e que em 2024 demos continuidade.

A eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos que temos vindo a tomar importantes decisões ao nível da gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

## 7.4.14. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A aposta em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa e nas comunidades, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos nossos serviços e do nosso território.

Cientes da sua importância, o Grupo Águas de Portugal, no seguimento do Quadro Estratégico de Compromisso, veio reforçar a sua aposta através da apresentação da Estratégia de Inovação 360º.

A expressão dos desafios e a relevante incerteza que enfrentamos constitui um incentivo acrescido para a nossa aposta.

Conscientes das limitações decorrentes da nossa fase de desenvolvimento, mas também das caraterísticas e especificidades do nosso território e da estratégia que tem vindo a ser implementada no nosso território, singular no Continente, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas, tem sido com grande disponibilidade e empenho que temos continuado a promover e participar num conjunto de projetos em parcerias nacionais e internacionais alargadas, relativamente aos quais merecem especial referência no passado recente[12]:

- PREDAQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriales y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente (2015-2019), destinado a evitar que efluentes industriais de queijarias, lagares e adegas e domésticos colapsem redes e outras insfraestruturas;
- Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC), (2018-2019);
- Projeto Life Alchemia (2017-2021), projeto europeu que tem como principal objetivo remover a radioatividade natural na água potável;
- Projeto REUSE I e II (2019 a 2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR numa parcela de romanzeiras e ensaio de sistema de desinfeção solar;
- AQUAVINI (2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR em rega de uma vinha;
- Projeto Demola – O papel das comunidades na segurança hídrica (2021) foi o desafio colocado aos alunos no âmbito da nossa participação;
- Iniciativa AGITAR, a inovação social para promover a maior proximidade e participação das comunidades na elevação do desempenho ambiental (2022).

Na mesma linha e em desenvolvimento, encontramo-nos a participar num conjunto de projetos, dos quais merecem especial referência:

### Projeto AgreeMAR no âmbito do programa PRIMA (2022-2025)

O projeto AGREEMAR propõe uma gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica. Para atingir esse

12 No nosso sítio da internet pode ser obtida informação adicional.

objetivo, o projeto desenvolverá uma metodologia integrada, participativa e coordenada para avaliar e mapear a viabilidade de soluções baseadas na natureza, como a gestão da recarga de aquíferos (MAR) para adaptação às mudanças climáticas em alinhamento com os princípios de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. As origens de água para recarga incluem os excedentes hídricos de anos húmidos, águas residuais com tratamento terciário e os excedentes industriais devidamente tratados.

O projeto é coordenado pelo grupo INOWAS da Universidade Técnica de Dresden e tem a participação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sendo financiado pelas agências nacionais para a investigação e tecnologia da Alemanha (Bundesministerium für Bildung und Forschung – BMBF), Chipre (Research & Innovation Foundation – RIF), Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT), Espanha (Ministerio de Ciencia e Innovación – MCI) e Tunísia (Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique – MESRS) através do programa Partnership for Research and Innovation in the Mediterranean Area (PRIMA). O programa PRIMA é suportado pelo Horizonte 2020 no âmbito do Quadro para a Investigação e Inovação da União Europeia.

No âmbito do projeto, a ETAR da Comporta é o demo português.

## Instalação de 'Sistema PV-DIESEL híbrido' de modo a garantir o suprimento de Energia Elétrica em situações de falta de Tensão na Rede Elétrica de Serviço Público (2022-2024)

Encontra-se em fase final de conclusão o projeto de execução que visa implementar na ETA da Magra um 'Sistema PV-DIESEL híbrido' que assegure o suprimento de energia elétrica sem interrupção, mesmo em caso de falta de tensão na Rede Elétrica de Serviço Público, tendo como suporte os equipamentos existentes que compõem a UPAC e o Grupo Eletrogéneo de Socorro.

O Sistema Fotovoltaico "*on-grid*" existente será complementado com um novo Sistema Fotovoltaico "*off-grid*" que, na ausência de energia da rede e do gerador diesel, deverá gerar as referências de rede no barramento do quadro geral da instalação, para que o fornecimento de energia solar fotovoltaico possa funcionar em pleno sem interrupções.

Adicionalmente continuamos empenhados em aplicar no nosso território um conjunto de soluções simplificadas e de baixo custo aos mais diversos níveis. No caso do Sistema Autónomo de Santa Catarina já foi adjudicada a instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo "*off-grid*", sem ligação à rede de distribuição, composto por um grupo eletrobomba dimensionado para captar e aduzir água em quantidade no período de produção solar, e respetivo sistema solar fotovoltaico, devidamente interligado ao reservatório de destino através de rede de comunicações, mantendo o gerador eletrogéneo de emergência como *backup*, que entrará em funcionamento no caso de produção solar nula durante alguns dias ou funcionamento de emergência em períodos noturnos, caso os níveis de jusante estejam muito baixos.

## Projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para uma aplicação da gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas.

Aprovação do financiamento do projeto MARCLAIMED no âmbito do programa Horizonte Europa. Este projeto tem como objetivo integrar a Gestão da Recarga de Aquíferos nos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, reforçando os sistemas de abastecimento nas vertentes de adaptação às alterações climáticas e resiliência.

As ferramentas desenvolvidas no âmbito do projeto serão validadas em 3 locais de demonstração, sendo no caso de Portugal a ETAR da Comporta, constituindo um dos principais objetivos do projeto a replicação noutros locais das abordagens testadas.

O Consórcio é composto por 11 parceiros provenientes da Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Polónia e Portugal, sendo a coordenação assegurada pela CETAQUA - Centro Tecnologico del Água. Os projetos de demonstração serão desenvolvidos pela AgdA, Aigües de Barcelona (Espanha) e Acacia Water (Países Baixos).

Em 2024 merece também especial referência a continuidade de estudos e a participação em candidaturas num conjunto de projetos e a associação a parcerias, sob diversas perspetivas, que constituem uma oportunidade de reflexão para um conjunto de desafios e de estreitar laços, que confirmam o interesse que o nosso território suscita para o aprofundamento de um conjunto de respostas aos principais desafios climáticos:

- Conclusão do estudo com a Bluefocus para definição dos critérios de salvaguarda da disponibilidade de água para abastecimento humano a partir da albufeira de Santa Clara, incluindo a avaliação de disponibilidades e de consumos, a modelação da albufeira de Santa Clara e a definição de uma estratégia de gestão e alocação de água;
- Conclusão do estudo com o LNEC relativo à avaliação da possibilidade de melhoria do controlo de trihalometanos, cianobactérias e microcistinas na ETA de Monte da Rocha, tendo em vista a avaliação da operação dos sistemas de tratamento de água, otimização de processos e formação técnica;
- Aprovação de projeto no âmbito do 1º Concurso AdP Inovação Proativa, integrando consórcio com a Águas do Norte e a Águas do Vale do Tejo para a criação de uma plataforma colaborativa de licenciamento da produção e utilização de água para reutilização (ApR), tendo em vista a criação de um balcão único de acesso para os potenciais utilizadores e empresas do Grupo AdP de modo promover a procura e customizar a instrução do processo de licenciamento, incluindo o cálculo de estimativas de tarifas;
- Associação a parceria *Joint Master Programme in Groundwater and Global Change - Impacts and Adaptation*, financiada pelo programa Erasmus, que desde 2015 o Instituto Superior Técnico integra com o IHE-Delft e a TU Dresden para que alunos possam completar um semestre em cada uma destas universidades e realizar a sua tese de mestrado numa delas;
- Participação no projeto TORNAQUA "Adaptação às Alterações Climáticas através da Regeneração e Reutilização de Águas Residuais para melhorar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e reduzir a pressão sobre os aquíferos" como Parceiro Associado, cooperando com o município de Mértola na disponibilização de água para reutilização em rega de jardim e limpeza de ruas;

- Colaboração com equipa de I&D no contexto do programa BFK INNOV@RISE promovido pela Agência Nacional de Inovação, para validação de produto desenvolvido para testar ferro e nitratos em água.

Mais orientados para o futuro, merece ainda referência a celebração de protocolo de colaboração recíproca com o Instituto Politécnico de Beja e com o UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no sentido de estreitar a cooperação em vários domínios, designadamente os centrados na temática da água, dos sistemas de suporte à operação e cibersegurança.

# 8. RISCO E CONTROLO

## 8.1. Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco Empresarial

A AgdA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da corrupção e infrações conexas, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AgdA se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2024 foi concluída a FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência, e fiabilidade na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo possibilita uma correlação direta entre os objetivos que a organização define, ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as componentes do CI (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa, essenciais para a sua concretização.

### Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

### Avaliação de Risco

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

### Atividades de Controlo

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

### Informação e comunicação

Componente instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa

tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expetativas.

### Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2024 a AgdA concluiu o mapeamento dos processos relativos à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, que contemplou a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

Em 2024 a empresa concluiu o desenvolvimento do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados, assunto que deverá continuar a assumir destaque em 2025 pela sua importância no desenvolvimento e consolidação de processos internos.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Continua a ser efetuada a avaliação das métricas de avaliação do SCI que possibilita, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AgdA.

No decurso de 2024 foi iniciada a sensibilização sobre o CI, e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AgdA, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

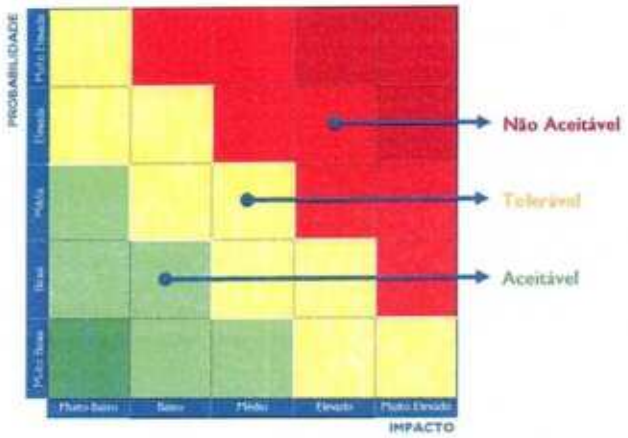
Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo i) criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, ii) obter o alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, iii) assegurar a redução do risco de perda dos seus investimentos e ativos, e iv) garantir maior fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

Visando uma melhoria contínua e adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e uma atualização face às alterações verificadas na realidade envolvente do grupo AdP, encontra-se em desenvolvimento a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial existente. Esta alteração, engloba todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, já revista e aprovada em 2023, passando pela metodologia utilizada na avaliação, assente numa análise quantitativa baseada em indicadores, ou pela implementação de um modelo de governo da gestão de risco. Encontrando-se alinhada com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias, a qual se observa abaixo:

| CLASSES | GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO | SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA | QUALIDADE DE SERVIÇO |
|---|---|---|---|
| CATEGORIAS | Relação com Stakeholders | Contexto externo, regulatório e legal | Qualidade |
| | Modelo de Governo | Ciclo Comercial | Resiliência dos Sistemas |
| | Capital Humano | Financeiros | Resiliência das Operações |
| | | | Eficiência, circularidade e inovação |

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:




A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na realização da avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita, e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento é complementado por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a

estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

No âmbito do projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após a realização em 2023 do exercício de avaliação do Risco, no decurso de 2024, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, foi efetuado o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do referido exercício de avaliação. Esta análise permitiu verificar que a empresa implementou 75 medidas, 69 medidas estão em implementação e 29 não implementadas, apresentando novas datas de conclusão ou tendo sido consideradas sem efeito. Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AgdA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2024:

- **Energético** – Risco de uma ineficiente gestão / otimização do potencial energético nas instalações e insuficiente recursos a novas fontes renováveis, colocando em causa o cumprimento da legislação / regulamentação energética vigente;
- **Água para reutilização** – Risco associado ao atraso na definição do modelo técnico e financeiro para produção e fornecimento de ApR / dificuldades de financiamento / concorrência com investimentos mais prioritários orientados para o cumprimento de legislação;
- **Regulação e obrigações legais** – Risco de aumento das não conformidades com o quadro legal em vigor, devido ao atraso nos investimentos, na dificuldade da retenção de quadros e atraso na recuperação do passivo de manutenção.

## 8.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 8.2.1. FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 8.2.2. RISCO DE MERCADO

#### RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

**ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO**

| | 31.12.2024 | Taxa Média + 1% | Taxa Média - 1% |
|---|---|---|---|
| Juros suportados à taxa variável | 1 538 779 | 1 823 057 | 1 254 501 |
| TOTAL | 1 538 779 | 1 823 057 | 1 254 501 |

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses em empréstimos com taxa de juro variável.

#### RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2024 e 2023 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

| | < 1 ano | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Passivo | | | | |
| Financiamentos BEI | 906 916 | 8 387 097 | 30 967 742 | 40 261 754 |
| Financiamentos Acionistas | 579 088 | 23 886 364 | 0 | 24 465 451 |
| Outros financiamentos | 50 054 | 0 | 0 | 50 054 |
| Fornecedores e outros Passivos | 8 508 490 | 0 | 0 | 8 508 490 |
| Passivos de Locação | 121 877 | 146 025 | 0 | 267 903 |
| **TOTAL** | **10 166 425** | **32 419 486** | **30 967 742** | **73 553 653** |

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

(EUR)

| Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro | Capital em dívida em 31.12.2024 |
|---|---|
| 2024 | 40 000 000 |
| 2025 | 39 354 839 |
| 2026 | 38 064 516 |
| 2027 | 36 129 032 |
| 2028 | 33 548 387 |
| 2029 | 30 967 742 |
| 2030 | 28 387 097 |
| 2040 | 2 580 645 |
| 2042 | 0 |

À exceção da linha BEI designada por "BEI V", os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI. Referir que a AgdA apenas dispõe de empréstimos integrados na linha BEI V pelo que não se encontram com fiança da República Portuguesa.

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha "BEI V"), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320.612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 59.529 mil euros.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

| Risco de liquidez (Milhões euros) | Valor do planfond disponível | Valor do planfond usado | Valor do planfond não usado |
|---|---|---|---|
| Descobertos bancários (Apoio Tesouraria AdP) | 5,000 | 0,000 | 5,000 |
| Descobertos bancários (Empresa) | 4,000 | 0,000 | 4,000 |

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

## RISCO DE CAPITAL

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Empréstimos não correntes | (63 241 202) | (66 590 909) |
| Empréstimos correntes | (1 536 058) | (913 815) |
| Disponibilidades | 1 075 700 | 761 820 |
| Dívida | (63 701 560) | (66 742 904) |
| Subsídios ao investimento | 87 334 603 | 90 709 674 |
| Total do capital próprio | 15 178 491 | 14 411 919 |
| Capital | 102 513 095 | 105 121 593 |
| Dívida/total do capital | 62% | 63% |

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e, em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

## RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

### Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 31).

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito *"forward looking"*.

### Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 e 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

**ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Depósitos à Ordem | 1 072 741 | 757 787 |
| Depósitos Prazo | 0 | 0 |
| Fundo de reconstituição do capital | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| TOTAL | 1 072 741 | 757 787 |

## DEPÓSITOS À ORDEM

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | 2 740 | 5 851 |
| Santander Totta | 2 880 | 4 320 |
| Caixa Geral de Depósitos | 14 564 | 60 174 |
| Caixa de Crédito Agrícola | 0 | 9 605 |
| Banco Português do Investimento | 585 | 732 |
| Millennium BCP | 889 | 41 380 |
| Bankinter | 17 384 | 8 117 |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | 1 033 698 | 627 607 |
| TOTAL | 1 072 741 | 757 787 |

## RATING'S

| | Moody's Longo prazo Ano 2024 | Moody's Longo prazo Ano 2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | BBB+ | BBB- |
| Banco Santander Totta | A | A- |
| Caixa Geral de Depósitos | A- | BBB |
| Caixa de Crédito Agrícola | Baa1 | Baa1 |
| Banco Português do Investimento | A | BBB+ |
| Millennium BCP | BBB+ | BBB- |
| Banco Bankinter | A | A- |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | A | A- |

## 8.2.3. RISCO DE EXPLORAÇÃO

### RISCO DE CATÁSTROFE

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

### RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

# 9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO

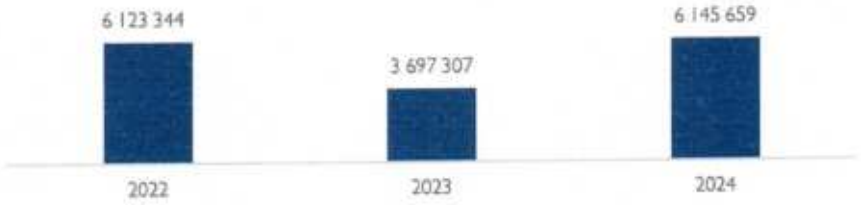
## 9.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A AgdA encerrou o exercício de 2024 com um resultado líquido de 767 mil euros, acima do valor do ano transato em resultado da remuneração do capital social realizado no final de 2023. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Em 2024, os capitais próprios foram remunerados à taxa de 6,12%.

RESULTADO LÍQUIDO (€)

O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos, ascende a 6,146 milhões de euros, o que representa um aumento de 66,22% relativamente ao ano anterior.

EBITDA AJUSTADO S/ DRG (€)



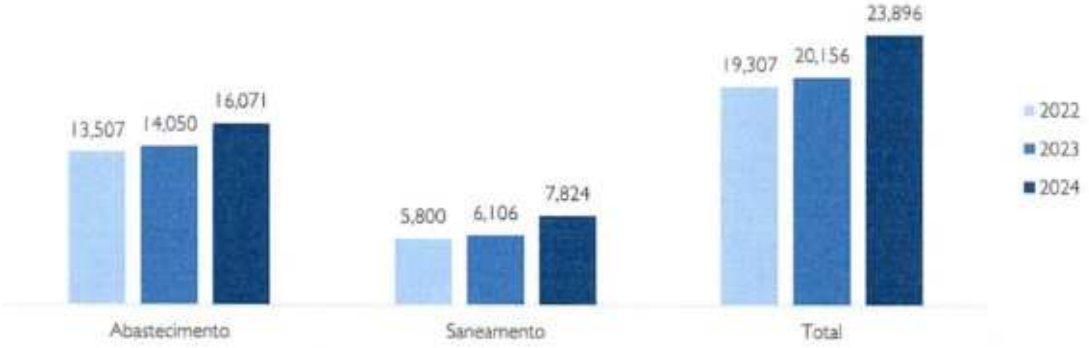
Sem prejuízo, merece destaque a melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)[13] face ao passado recente, evidenciando uma consolidação das atividades, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva, conforme se poderá obstar no ponto 14 do capítulo de Cumprimento de Obrigações Legais.

Importa destacar que a evolução de 2022 para 2023 corresponde a fatores excecionais decorrentes da crise Geopolítica e Energia com um aumento muito significativo do custo energético com forte impacto nos gastos operacionais, situação analisada e detalhada em R&C 2023.

### GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 23,896 milhões de euros, ou seja mais 18,56% relativamente ao ano anterior.

### VOLUME DE NEGÓCIOS POR ATIVIDADE (M€)

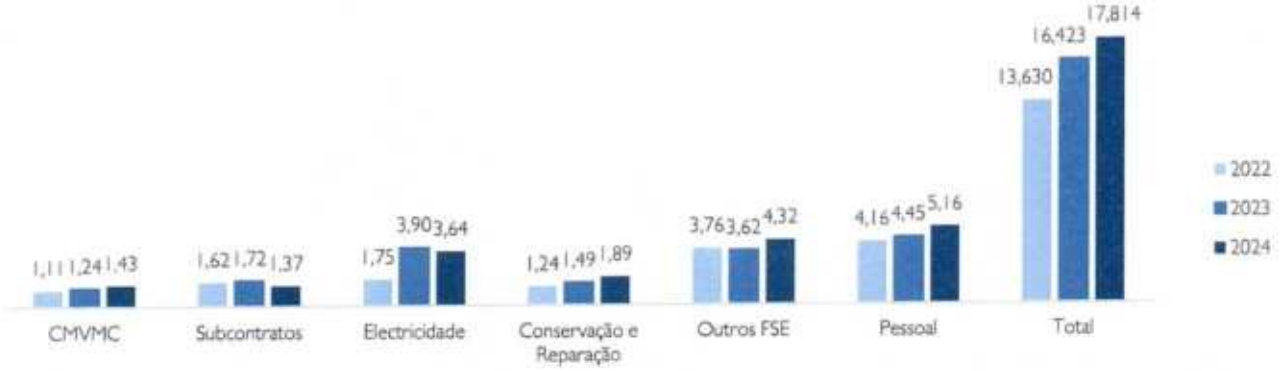



O conjunto de gastos de exploração aumentou 1,391 milhões de euros em 2024, passando de 16,423 milhões de euros para 17,814 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos, que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado, antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento. Dar particular relevância ao aumento de gastos com a

[13] GO/VN | GO=CMVMC+FSE+GP | VN=VENDAS+PSERV.

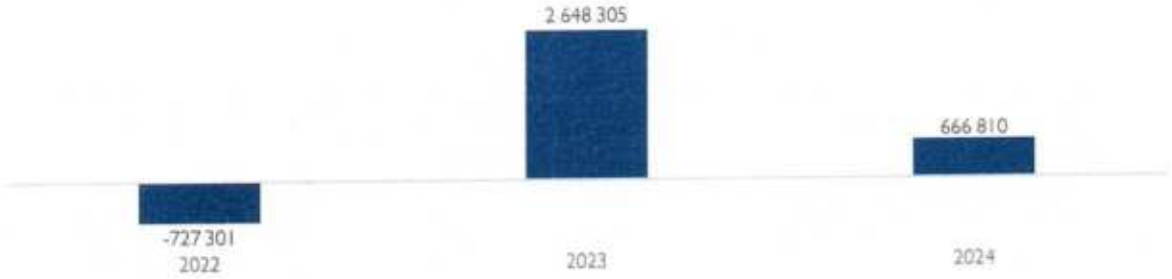
manutenção de infraestruturas, reforçando a necessidade de adotar práticas preventivas na conservação de infraestruturas de forma a mitigar riscos de degradação e ineficiências no funcionamento destas. Também os gastos com pessoal evoluíram positivamente, justificado pelo aumento de remunerações pela concretização do acordo plurianual de valorização remuneratória e ainda pelo aumento do quadro de pessoal, já previsto e aprovado em PAO 2024 pela internalização da atividade de saneamento verificada no último trimestre de 2024.

ESTRUTURA DE CUSTOS CASH (M€)




O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade. Este foi deficitário em 0,667 milhões de euros, circunstância a que não é alheia à insuficiência do volume de negócios uma vez que não foram implementados todos os pressupostos previsto em Plano de Atividade e Orçamento, nomeadamente no que respeita à implementação da tarifa prevista em revisão do EVEF e ainda à evolução dos caudais tratados versus faturados.

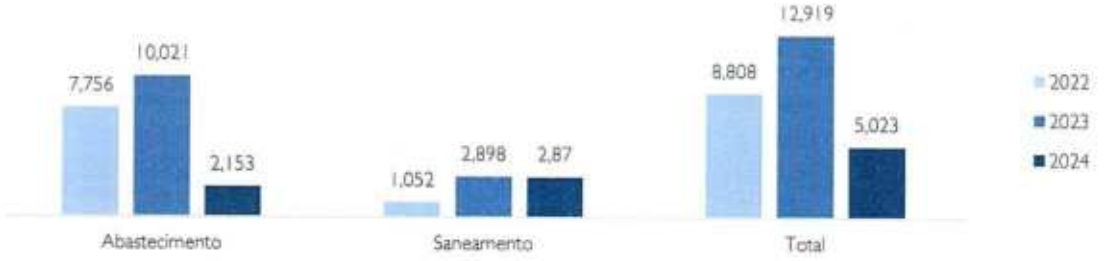
DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (€)



## 9.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O ativo líquido total diminuiu cerca de 5,539 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (-6,092 milhões de euros) e do ativo não corrente (+0,553 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Desvio de Recuperação de Gastos.

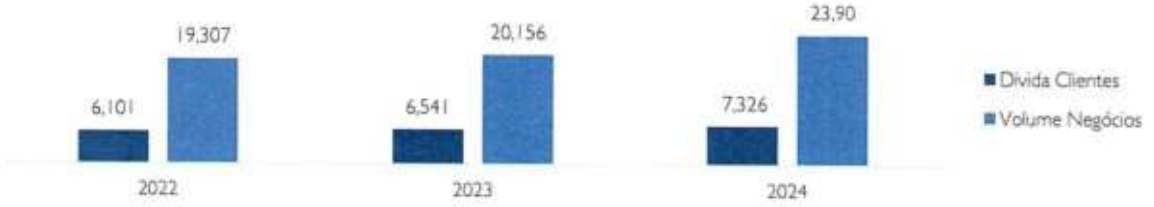
**INVESTIMENTO POR ATIVIDADE** (M€)




A diminuição em ativos correntes justifica-se maioritariamente pela diminuição de outros ativos correntes designadamente pela conclusão das operações de financiamento do POSEUR, tendo-se recebido o valor em dívida no final de 2023 em 2024.

O crédito de clientes registou uma subida de 15% associada essencialmente ao aumento do volume de negócios uma vez qu este aumentou cerca de 19%.

**DÍVIDA TOTAL DE CLIENTES VS VOLUME DE NEGÓCIOS** (M€)

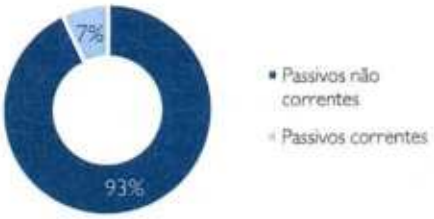



O capital próprio aumentou 0,766 milhões de euros no exercício, correspondendo ao resultado líquido de 2024, totalizando 15,178 milhões de euros,

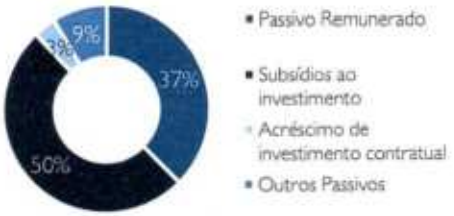
**DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO** (M€)

O passivo total diminuiu 3,50%, passando para 173,5 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição do endividamento em 3,350 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 161,6 milhões de euros, representa 93,12% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 63,241 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 87,335 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 5,990 milhões de euros).

DISTRIBUIÇÃO DO PASSIVO




COMPOSIÇÃO DO PASSIVO




No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como *quasi*-capital.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO (M€)

O valor de passivo remunerado ascende a 64,777 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em 2024 em resultado do recebimento de fundos comunitários que permitiram amortizar financiamento.

EMPRÉSTIMOS (M€)

# 10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração declara que após o termo do exercício de 2024 não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.

# 11. PERSPECTIVAS FUTURAS

No contexto de provável continuidade da situação de seca e escassez hídrica no território, tendo em conta os cenários de redução da precipitação previstos na proposta de Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira, conjugado com as perspetivas do reduzido financiamento previsto para o Ciclo Urbano da Água no novo quadro comunitário, receia-se o agravamento das condições de abastecimento em determinados sistemas e uma maior dificuldade para a concretização do Plano de Investimentos da empresa. Este facto assume especial relevância, uma vez que a atual versão do Plano de Investimentos já reflete o atraso acumulado na sua concretização, em resultado de eventos ocorridos no passado recente, como o congelamento do investimento verificado no período de intervenção da Troika (2011-2015) e os constrangimentos causados pelo estado de alerta devido à COVID-19 (2020-2022).

No quadro de evolução da AgdA, os dois próximos anos também serão particularmente desafiantes, nomeadamente pela consolidação da internalização da operação dos sistemas de águas residuais, pela implementação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação, pela consolidação da área de manutenção, bem como pela participação em projetos de inovação nacionais e internacionais.

A nível interno, mantém-se o objetivo da consolidação das funções de suporte essenciais, nomeadamente manutenção e compras e logística, indispensáveis para a melhoria do nosso desempenho e redução da degradação das infraestruturas. Por esta via, também é pretendida uma afetação mais otimizada do tempo dos vários intervenientes, de modo a aumentar a eficiência dos processos e a eficácia das intervenções.

A crescente exigência associada à prestação dos serviços de água, focada nas questões da eficiência e do cumprimento do quadro legal, por sua vez cada mais exigente, não se coaduna com análises simplistas e parciais, não suportadas em ferramentas que permitam a integração do vasto conjunto de dados gerados na operação diária dos sistemas. Também a necessidade de adotar abordagens mais inovadoras obriga à criação de condições para a formação e valorização profissional dos principais agentes da mudança na empresa.

No que se refere ao abastecimento, a conclusão do estudo "Abastecimento de Água ao Litoral Alentejano: Zona Costeira de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal e Zona Norte de Odemira" permitirá identificar as necessidades de intervenção nos sistemas de abastecimento para fazer face aos consumos estimados, tendo em conta a capacidade das origens subterrâneas e de superfície e a capacidade dos sistemas de captação, adução e tratamento. Também para os sistemas de Santa Clara e de Monte da Rocha estão previstos investimentos significativos. No caso de Santa Clara, destaca-se o projeto de abastecimento através de captação direta na albufeira e adução por conduta dedicada até à nova ETA de S. Teotónio e desta às restantes ETA do sistema. No caso de Monte da Rocha, destaca-se a consignação pela EDIA da empreitada de ligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva à albufeira de Monte da Rocha, que hoje abastece uma população que se aproxima dos 20 mil habitantes de cinco concelhos.

Como resultado das intervenções associadas ao incremento da fiabilidade do abastecimento, tem-se mantido uma tendência decrescente da necessidade de reforço de abastecimento com o recurso de transporte de água por autotanque. No entanto, o agravamento das disponibilidades hídricas conjugado com o atraso na concretização dos investimentos já previstos ou novos,

poderá inverter a referida tendência, com especial impacto em aglomerados com histórico de fiabilidade, nomeadamente de Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Grândola e Alcácer do Sal.

Relativamente ao processo de internalização de todo o serviço, deverá ser consolidada a integração dos técnicos operativos contratados nas respetivas equipas. Em relação ao saneamento, também importa realçar a premência da concretização dos investimentos previstos, em que para além das questões ambientais, verifica-se o risco de aumento das situações de contencioso, com implicações financeiras e reputacionais para a empresa.

No percurso já iniciado pela empresa de utilização de ferramentas de apoio à gestão, destaca-se nos próximos anos o reforço da organização funcional e capacitação tecnológica, destacando-se a consolidação e transformação digital da empresa. Este processo de transformação complementa e concretiza o previsto no Plano Estratégico de Sistemas de Informação da empresa, promovendo as melhores práticas de governação tecnológica e sempre tendo por base as prioridades da empresa.

No contexto da agenda de inovação, e pela especificidade de algumas das nossas soluções e abordagens, condicionadas muitas vezes pelas características do território onde estamos inseridos, manter-se-á a aposta na valorização e capacitação da nossa equipa através da participação em projetos e partilha de conhecimento e de melhores práticas com parceiros nacionais e internacionais. Destaca-se a abordagem inovadora da ligação entre economia circular e águas subterrâneas, no âmbito do projeto europeu MARCLAIMED financiado no âmbito do programa Horizonte Europa.

No que se refere à atuação articulada com os parceiros relevantes no território, importa dar continuidade às diligências sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, e naturalmente, na resolução do único processo de contencioso existente em termos da justa repartição dos encargos.

Em síntese, para além de um conjunto de desafios de organização interna, a capacidade de atuação da empresa está muito condicionada pela garantia e previsibilidade de financiamento. Como referido anteriormente, o pacote financeiro previsto no novo quadro comunitário e a incerteza quanto à sua operacionalização vêm reforçar a necessidade de concretização de compromissos, em linha com o efetuado no passado com os sistemas multimunicipais e sistemas intermunicipais. Também o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo constitui um instrumento em que se depositam expetativas face à pertinência das intervenções infraestruturais previstas e aos antecedentes na região do Algarve.

Por fim, e no contexto da sustentabilidade da empresa, importa destacar a relevância da aprovação do estudo de viabilidade económica e financeira, relativa à 2.ª revisão quinquenal (2021-2025), ainda em discussão pelos parceiros Estado e Municípios.

# 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2024, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

i. O **Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A**, em representação do Estado Português;
ii. O **Acionista AMGAP**, em representação dos 20 Municípios;
iii. A **Comissão da Parceria** na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
iv. Os **Organismos e Serviços Públicos**, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e respetivos serviços descentralizados: Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
v. O **Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos** (POSEUR);
vi. Os **Fornecedores**, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
vii. Os **Clientes**, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
viii. O **Fiscal Único**, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
ix. Os **Membros da Mesa da Assembleia-Geral**;
x. Os **Nossos Trabalhadores** pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o nosso desempenho não poderia ter sido o que foi.

# 13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2024, no valor positivo de **766 571,99 euros (setecentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e um euros e noventa e nove cêntimos)** tenha a seguinte aplicação:

- **38 328,60 euros (trinta e oito mil, novecentos e trezentos e vinte e oito euros e sessenta cêntimos)** do resultado líquido de 2024 para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- **322 977,96 euros (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos)** do resultado líquido de 2024, para constituição de Reservas Livres nos termos do n.º 1 da clausula 2ª do Acordo Parassocial;
- **405 265,43 euros (quatrocentos e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco euros e quarenta três cêntimos)** do resultado líquido de 2024, para resultados transitados.

# 14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

## Ponto 1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

*Alínea a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar*

Em Plano de Atividade e Orçamento foram propostos para o período de 2024 a 2026 os seguintes indicadores e Objetivos de Gestão:

| | | | Ano 2024 | |
|---|---|---|---|---|
| Tipo | Objetivo | Cálculo | Escala | Peso |
| Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021) | | | | |
| Sectorial | Qualidade da Água Fornecida | AQA | 1. AQA <97,00%<br>2. 97,00% <= AQA <99,00%<br>3. AQA>=99,00% | 10,00% |
| | Qualidade das Águas Residuais | AQAR | 1. AQAR <90,00%<br>2. 90,00% <= AQAR <=95,00%<br>3. AQAR > 95,00% | 10,00% |
| | Plano de Manutenção | Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva | 3. Nº Ações executadas face ao previsto >=90,00%<br>2. Nº Ações executadas face ao previsto <= 80,00% <90,00%<br>1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% | 10,00% |
| Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021) | | | | |
| Estratégico | Eficiência de Gestão | PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]<br>Variação face ao PAO proposto | 3. var < -0,10 pp<br>2. -0,10pp <= var <= +0,10pp<br>1. var > +0,10pp | 20,00% |
| | Respeito pelos prazos de pagamento | Variação do PMP face ao proposto em PAO | 3. Nr dias n < Nr dias n-1<br>2. Nr dias n = Nr dias n-1<br>1. Nr dias n > Nr dias n-1 | 10,00% |
| | Água para Reutilização | Evolução face ao ano anterior | 3. ApR >=102,50%<br>2. 97,50% >= ApR <102,50%<br>1. ApR < 97,50% | 5,00% |
| | Plano de Neutralidade Energética | Implementação do Plano de Neutralidade Energética | 1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO<br>2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO<br>3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO | 5,00% |
| | Plano de Eficiência Energetica | Evolução face ao ano anterior em atividade comparável | 3. X <97,00%<br>2. 97,00% <= X <100,00%<br>1. X>=100,00% | 5,00% |

Em 2024, o grau de atingimento dos objetivos e indicadores de gestão propostos em PAO 2024, foi o seguinte:

### INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2024-

| Objetivos | Ponderadores Iniciais | Meta 2024 | Real 2024 | Variação 2024 | Grau de Desempenho 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Setorial | 30,00% | | | | |
| 1. Qualidade da Água Fornecida | 10,00% | 99,00% | 99,15% | | 3 |
| 2. Qualidade das Águas Residuais | 10,00% | 95,00% | 93,25% | | 2 |
| 3. Plano de Manutenção | 10,00% | 90,00% | 91,30% | | 3 |

## INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO - 2024-

| Objetivos | Ponderadores Iniciais | Meta 2024 | Real 2024 | Variação 2024 | Grau de Desempenho 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambientais e de Serviço** | **45,00%** | | | | |
| 4. Eficiência de Gestão | 20,00% | 71,99% | 74,99% | 3% | 1 |
| 5. Respeito pelos prazos de pagamento | 10,00% | 29 | 32 | 3 | 1 |
| 6. Água para Reutilização | 5,00% | Não avaliado (*) | | | |
| 7. Plano de Neutralidade Energética | 5,00% | Não avaliado (*) | | | |
| 8. Plano de Eficiência Energética | 5,00% | 0,6672 | 0,6408 | 96,0% | 3 |

(*) Não avaliado por deliberação da AdP – Águas de Portugal, S.A. de 05 de fevereiro de 2025

Sem prejuízo de todos os esforços encetados para cumprir integramente com todos os indicadores, não foi possível cumprir com os indicadores de Eficiência de Gestão e Respeito pelos prazos médios de pagamento.

No que diz respeito ao indicador Eficiência de Gestão, apesar do resultado ter sido superior ao previsto em PAO 2024, incumprindo com o rácio, a empresa **cumpre com a disposição legal** uma vez que melhora face ao ano anterior. Esta situação é justificada pelo facto do Volume de Negócios (VN) não ter atingido o valor previsto e necessário por não terem sido praticadas as tarifas previstas em PAO atendendo à ainda não aprovação da revisão do EVEF. Contribuiu ainda o facto dos volumes faturados na Prestação de Serviços de Saneamento de Águas Residuais terem ficado abaixo do previsto, situação que resultou da impossibilidade de evolução integral na metodologia de aferição de volumes para o previsto em Contrato de Gestão, apesar de todas as propostas encetadas pelo Conselho de Administração, que permitiriam cumprir o rácio de acordo com o previsto em PAO 2024.

No que respeita ao indicador Respeito com o Prazo médio de Pagamento, apesar do resultado ser de degradação face ao PAO 2024, a empresa **cumpre com a disposição legal e Resolução do Conselho de Ministros,** uma vez que melhora face ao ano anterior em 10 dias, conforme se poderá ver no ponto 4 deste capítulo.

*Alínea b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2024, obrigatoriamente quanto ao volume de negócios, gastos operacionais, rácio dos gastos Operacionais/Volume de Negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável*

## ALINEA b) DO N.º 1 DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

| Indicadores | PAO 2024 | Executado 2024 | Desvio (+/-) | Observações |
|---|---|---|---|---|
| Resultado Líquido € | 736 030 | 766 572 | 30 542 | Variação da OT e não realização do Capital Social previsto |
| EBITDA (1)€ | 8 213 268 | 6 145 659 | -2 067 609 | O volume de Negócios foi inferior ao previsto em PAO |
| Resultado Operacional (1) (2) (EBIT) | 2 054 045 | 2 301 964 | 247 919 | Melhora face ao PAO |
| Volume de Negócios | 26 502 157 | 23 895 873 | -2 606 285 | Não foi possível implementar pressupostos do PAO2024 |
| Endividamento | 64 829 836 | 64 777 260 | -52 576 | Melhora face ao PAO |
| Dívida Financeira Líquida (2) / EBITDA | 779% | 1037% | 258% | Degradação justificada pela redução do VN uma vez que não foi possível implementar os pressupostos previstos em PAO 2024 |

(1) Ajustado de Desvio de Recuperação de Gasto

(2) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

(3) Endividamento deduzido de disponibilidades

*Alínea c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.*

### ALINEA b) DO N.º 1 DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

| Plano de Investimento | PAO 2024 | Executado 2024 | | | | | | | Desvio (PAO vs Executado) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Fontes de Financiamento | | | | | | |
| | | | Auto Financiamento | Orçamento do Estado | Endividamento | Fundos comunitários | PRR | Outras | |
| Valor total do Investimento | 9 649 235 | 5 022 211 | 0 | 0 | 466 781 | 4 555 430 | 0 | 0 | -4 627 024 |

O valor do investimento ficou abaixo do previsto devido ao atraso significativo das empreitadas de saneamento em curso. Também contribui para esta diferença o facto da obra de Intervenção da Barragem do Enxoé e da Barragem do Monte Clérigo não ter sido adjudicada por dois concursos terem ficado desertos. Também a empreitada de Adução a Aljustrel não foi adjudicada no mês de novembro pelo motivo da não apresentação de propostas válidas por parte dos concorrentes.

## Ponto 2. Gestão do Risco Financeiro

As atividades da empresa e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa, e, empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa:

### ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

| | 31.12.2024 | Taxa Média + 1% | Taxa Média - 1% |
|---|---|---|---|
| Juros suportados à taxa variável | 1 538 779 | 1 823 057 | 1 254 501 |
| **TOTAL** | **1 538 779** | **1 823 057** | **1 254 501** |

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses para financiamento com taxa variável.

## RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio da AgdA é nula. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da empresa. A AgdA não tem quaisquer transações que possam resultar em risco de taxa de câmbio.

## RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 35% do total de fornecimentos e serviços externos. A AdP SGPS negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

## RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

### RISCO DE LIQUIDEZ

| | < 1 ano | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Passivo | | | | |
| Financiamentos BEI | 906 916 | 8 387 097 | 30 967 742 | 40 261 754 |
| Financiamentos Acionistas | 579 088 | 23 886 364 | 0 | 24 465 451 |
| Outros financiamentos | 50 054 | 0 | 0 | 50 054 |
| Fornecedores e outros Passivos | 8 508 490 | 0 | 0 | 8 508 490 |
| Passivos de Locação | 121 877 | 146 025 | 0 | 267 903 |
| **TOTAL** | **10 166 425** | **32 419 486** | **30 967 742** | **73 553 653** |

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para

efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

(EUR)

| Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro | Capital em dívida em 31.12.2024 |
|---|---|
| 2024 | 40 000 000 |
| 2025 | 39 354 839 |
| 2026 | 38 064 516 |
| 2027 | 36 129 032 |
| 2028 | 33 548 387 |
| 2029 | 30 967 742 |
| 2030 | 28 387 097 |
| 2040 | 2 580 645 |
| 2042 | 0 |

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros financiamentos) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

À exceção da linha BEI designada por "BEIV", os empréstimos BEI encontram-se garantidos através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI. Os empréstimos da AgdA encontram-se integrados na linha de financiamento BEIV pelo que não são garantidos por fiança da República Portuguesa

O Grupo AdP apresenta a maturidade destes empréstimos considerando o diferimento da última prestação de capital.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos (linha "BEIV"), de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024 a tranche A, encontra-se utilizada na totalidade em 320.612 mil euros e a tranche B encontra-se utilizada em 59.529 mil euros.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

| Risco de liquidez (Milhões euros) | Valor do plafond disponível | Valor do plafond usado | Valor do plafond não usado |
|---|---|---|---|
| Descobertos bancários (Apoio Tesouraria AdP) | 5,000 | 0,000 | 5,000 |
| Descobertos bancários (Empresa) | 4,000 | 0,000 | 4,000 |

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

### RISCO DE CAPITAL

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Empréstimos não correntes | (63 241 202) | (66 590 909) |
| Empréstimos correntes | (1 536 058) | (913 815) |
| Disponibilidades | 1 075 700 | 761 820 |
| Dívida | (63 701 560) | (66 742 904) |
| Subsídios ao investimento | 87 334 603 | 90 709 674 |
| Total do capital próprio | 15 178 491 | 14 411 919 |
| Capital | 102 513 095 | 105 121 593 |
| Dívida/total do capital | 62% | 63% |

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

## RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

### RISCO DE CRÉDITO

| Financiador | Tipo | Plafond | Utilizado | Disponível 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Descoberto Bancário | 2 000 000 | 0 | 2 000 000 |
| Millennium BCP | Descoberto Bancário | 2 000 000 | 0 | 2 000 000 |
| Acionista AdP | Apoio de tesouraria | 5 000 000 | 0 | 5 000 000 |
| Acionista AdP - Suprimentos I | Financiamento MLP | 35 000 000 | 22 750 000 | 12 250 000 |
| Acionista AdP - Suprimentos I | Financiamento MLP | 5 000 000 | 5 000 000 | 0 |
| BEIV | Financiamento MLP | 40 000 000 | 40 000 000 | 0 |
| TOTAL | | 89 000 000 | 67 750 000 | 21 250 000 |

## CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a natureza de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

## CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores), a 31 de dezembro de 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

### ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Depósitos à Ordem | 1 072 741 | 757 787 |
| Depósitos Prazo | 0 | 0 |
| Fundo de reconstituição do capital | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| TOTAL | 1 072 741 | 757 787 |

## DEPÓSITOS À ORDEM

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | 2 740 | 5 851 |
| Santander Totta | 2 880 | 4 320 |
| Caixa Geral de Depósitos | 14 564 | 60 174 |
| Caixa de Crédito Agrícola | 0 | 9 605 |
| Banco Português do Investimento | 585 | 732 |
| Millennium BCP | 889 | 41 380 |
| Bankinter | 17 384 | 8 117 |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | 1 033 698 | 627 607 |
| **TOTAL** | **1 072 741** | **757 787** |

## RATING´S

| | Moody's Longo prazo Ano 2024 | Moody's Longo prazo Ano 2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | BBB+ | BBB- |
| Banco Santander Totta | A | A- |
| Caixa Geral de Depósitos | A- | BBB |
| Caixa de Crédito Agrícola | Baa1 | Baa1 |
| Banco Português do Investimento | A | BBB+ |
| Millennium BCP | BBB+ | BBB- |
| Banco Bankinter | A | A- |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | A | A- |

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da empresa, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

## GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

| | 2024 | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Encargos Financeiros (€) | **2 160 981,55** | 1 609 034 | 883 270 | 705 347 | 887 979 |
| Taxa Média de Financiamento (%) | **3,37%** | 2,96% | 1,55% | 1,30% | 1,60% |

# RISCO DE EXPLORAÇÃO

## RISCO DE CATÁSTROFE

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

RISCO REGULATÓRIO

Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

## Ponto 3. Limite de crescimento do endividamento

*Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (LOE 2024 – Lei do Orçamento do Estado para 2024) e no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024 – Decreto-Lei de Execução do Orçamento do Estado para 2024)*

A AgdA cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos conforme se poderá verificar no quadro abaixo:

### LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

| Passivo Remunerado | 2024 € | 2023 € | Variação 24/23 € | Variação 24/23 % |
|---|---|---|---|---|
| 1. Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente) | 64 340 909 | 67 045 455 | -2 704 545 | -4% |
| 2. Capital Social | 11 332 560 | 11 332 560 | 0 | 0% |
| 3. Novos Investimentos com expressão material (valor líquido de subsídio) | 0 | 5 446 749 | | |
| 4. Impactos decorrentes de fatores excecionais (*) | 0 | 2 007 966 | | |
| **Variação do Endividamento = [Variação (1)+Variação (2)-(3)2024-(4)2024]/ [(1)2023+(2)2023]** | **-3,45%** | | | |

(*) São considerados fatores excecionais a variação dos gastos com energia entre 2022 e 2023 decorrentes do contexto geopolítico

## Ponto 4. Evolução dos Prazos Médios de Pagamento (PMP) a fornecedores

*Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.*

A AgdA cumpre com os prazos médios de pagamento definidos RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

**PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS**

| | 2024 | 2023 | Variação 24/23 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Prazo (dias) | **32** | 42 | -10 | -24% |

## Ponto 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

Não foram feitas recomendações por parte do acionista em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

## Ponto 6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas;

Na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2023 não ocorreram reservas.

## Ponto 7. Remunerações/honorários

*a) Órgão Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2024;*

A AgdA deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2024 relativas a remunerações dos Órgãos Sociais conforme se poderá verificar nos quadros seguintes:

### Mesa da Assembleia Geral

Para o mandato de 2021/2023 foram eleitos em reunião de Assembleia Geral, em 15 de março de 2021, os seguintes membros da Mesa de Assembleia Geral e fixadas as seguintes remunerações:

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Valor da Senha Fixada (€) | Remuneração anual 2024 Bruta |
|---|---|---|---|---|
| 2021-2023 | Presidente [1] | António Manuel Ascensão Mestre Bota | 500 | 0 |
| 2021-2023 | Vice-Presidente [1] | Paulo Manuel Marques Fernandes | 425 | 0 |
| 2021-2023 | Secretário [2] | Ana Cristina Rebelo Pereira | 350 | 350 |
| TOTAL | | | | 350 |

[1] Não foi liquidada a Senha de Presença por aplicação da legislação autárquica

[2] Valores faturados pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Em 03 de Janeiro de 2024, o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral apresentou a sua renúncia, tendo sido substituído pela AdP – Águas de Portugal SGSP, S.A. em 03 de fevereiro de 2025, e reconduzidos os restantes membros para o mandato de 2025-2027

### Conselho de Administração

Na tabela abaixo encontra-se a informação sobre os membros do Conselho de Administração em funções durante o ano de 2024:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos [2] | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Forma [1] | Data | Sim/Não | Entidade de Origem | Entidade Pagadora O/D | N.º Mandatos |
| 2021-2023 | Presidente Executiva | Simone Ferreira Pio | DUE | 21.04.2023 | Não | AdP Internacional, S.A. | D | 1 |
| 2021-2023 | Vogal Executivo | João Manuel Galhardo Maurício | AG | 15.03.2021 | Não | AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA | D | 1 |
| 2021-2023 | Vogal Executivo | Jorge Paulo Colaço Rosa | DUE | 07.11.2023 | Não | Não tem vínculo a outras entidades | D | 1 |
| 2021-2023 | Vogal Não Executivo | Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | AG | 15.03.2021 | Sim | AdP,Águas de Portugal, SGPS, SA | O | 1 |
| 2021-2023 | Vogal Não Executivo | Álvaro dos Santos Beijinha | AG | 15.03.2021 | Sim | Câmara Municipal de Santiago do Cacém | O | 1 |

(1) Resolução (R) / AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unânime por Escrito | Cooptação em Conselho de Administração

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Sem prejuízo do acima referido, em Assembleia Geral de 3 de fevereiro de 2025 foram eleitos para o mandato de 2025-2027 os seguintes membros do Conselho de Administração:

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos [2] | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Forma [1] | Data | Sim/Não | Entidade de Origem | Entidade Pagadora O/D |
| 2025-2027 | Presidente Executivo | Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento | AG | 03.02.2025 | Não | EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. | D |
| 2025-2027 | Vice-Presidente Executivo | Jorge Paulo Colaço Rosa | AG | 03.02.2025 | Não | Não tem vínculo a outras entidades | D |
| 2025-2027 | Vogal Executivo | Patrícia Alexandra Dias Brito Palma | AG | 03.02.2025 | Não | Instituto Politécnico de Beja | D |
| 2025-2027 | Vogal Não Executivo | Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | AG | 03.02.2025 | Sim | AdP,Águas de Portugal, SGPS, SA | O |
| 2025-2027 | Vogal Não Executivo | Álvaro dos Santos Beijinha | AG | 03.02.2025 | Sim | Câmara Municipal de Santiago do Cacém | O |

(1) Resolução (R) / AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unânime por Escrito | Cooptação em Conselho de Administração

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

## ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

| Membro do CA | Entidade | Função | Regime | Data de autorização e Forma |
|---|---|---|---|---|
| João Manuel Galhardo Maurício | Assembleia Municipal de Alvito | Presidente | Público | na |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | Assembleia Municipal de Mértola | Presidente | Público | na |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A. | Gestora de Categoria de Compras | Público (SEE) | AG 15.03.2021 |
| Álvaro dos Santos Beijinha | Câmara Municipal de Santiago do Cacém | Presidente | Público | na |

## DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

| Membro do CA | Estatuto do Gestor Público | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Fixado | Classificação | Remuneração Mensal Bruta (€) | |
| | | | Vencimento | Despesas de Representação |
| Simone Ferreira Pio | Sim | C | 4 916 | 1 967 |
| João Manuel Galhardo Maurício | Sim | C | 3 933 | 1 573 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | Sim | C | 3 933 | 1 573 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro [1] | Sim | C | 955 | 0 |
| Álvaro dos Santos Beijinha [2] | Sim | C | 955 | 0 |

[1] Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP,Águas de Portugal, SGPS, S.A.

[2] Remuneração definida para o cargo porém não liquidada ao titular por aplicação da lei autárquica

## REMUNERAÇÃO ANUAL 2024 (€)

| Membro do CA | Remuneração Anual (€) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Fixa (1) | Variável (2) | Valor Bruto (3)=(1)+(2) | Redução Remuneratória (4) | Valor Bruto Final (5)=(3)-(4) |
| Simone Ferreira Pio | 92 428 | 0 | 92 428 | 4 622 | 87 806 |
| João Manuel Galhardo Maurício | 73 942 | 0 | 73 942 | 3 697 | 70 245 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | 73 942 | 0 | 73 942 | 3 697 | 70 245 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro [1] | 16 539 | 0 | 16 539 | 0 | 16 539 |
| Álvaro dos Santos Beijinha | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | | | 256 851 | 12 016 | 244 835 |

[1] Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP,Águas de Portugal, SGPS, S.A.

## BENEFICIOS SOCIAIS (€)

| Membro do CA | Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Encargo Anual Seguro Vida | Encargo Anual Seguro Saúde | Outros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor / Dia | Montante Pago Ano | Entidade | Encargo Anual | | | |
| Simone Ferreira Pio | 7,60 | 1 907 | Seg. Social | 20 854 | 1 125 | 619 | 0 |
| João Manuel Galhardo Maurício | 7,60 | 1 922 | Seg. Social | 16 683 | 927 | 2 411 | 0 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | 7,60 | 1 900 | Seg. Social | 16 683 | 1 047 | 3 126 | 0 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | 0 | 0 | n.a. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Álvaro dos Santos Beijinha | 0 | 0 | n.a. | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | | 5 729 | | 54 220 | 3 099 | 6 156 | 0 |

## ENCARGOS COM VIATURAS

| Nome | Viatura Atribuída | Celebração de Contrato | Valor de referência da Viatura | Modalidade | Ano Início | Ano Termo | Valor da Renda Mensal | Gasto Anual com Rendas | N.º Prestações Contratuais Remanescentes |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Francisco José Pinto Silva Narciso | Não | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Simone Ferreira Pio [1] | Sim | Sim | 36 243 | AOV | 2018 | 2024 | 774 | 4 625 | 0 |
| Simone Ferreira Pio [1] | Sim | Sim | na | Renting | 2024 | 2025 | 750 | 7 417 | 9 |
| João Manuel Galhardo Maurício | Sim | Sim | 32 369 | AOV | 2018 | 2025 | 553 | 7 765 | 6 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | Sim | Sim | 32 369 | AOV | 2018 | 2025 | 555 | 7 685 | 6 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | Não | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Álvaro dos Santos Beijinha | Não | - | - | - | - | - | - | - | - |

[1] Por impossibilidade de extensão contratual,a viatura foi substituída em regime de rent a car em 19-09-2024

## GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

| Nome | Deslocações em Serviço | Custo com alojamento | Ajudas de Custo | Outras | | Gasto total com viagens |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Identificação | Valor | |
| Simone Ferreira Pio | 138 | 198 | 188 | - | 0 | 524 |
| João Manuel Galhardo Maurício | 138 | 398 | 188 | - | 0 | 724 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | 0 | 200 | 0 | - | 0 | 200 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | 733 | 70 | 0 | - | 0 | 803 |
| Álvaro dos Santos Beijinha | 0 | 0 | 0 | - | 0 | 0 |
| TOTAL | | | | | | 2 251 |

## Fiscal Único

## ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Identificação SROC / ROC | | | Designação | | N.º de anos de funções no Grupo | N.º de anos de funções na Sociedade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Nome | Nº de Inscrição na OROC | Nº de Inscrição na CMVM | Forma (1) | Data | | |
| 2023-2025 | Fiscal Único | Deloitte & Associados, SROC S. A. | 43 | 20161389 | AG | 18.03.2024 | 1 | 1 |
| | | representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro | representada por 1496 | 20161106 | | | 1 | 1 |
| 2023-2025 | Fiscal Único - Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira | 1129 | 20160741 | AG | 18.03.2024 | 1 | 1 |

(1) AG – Assembleia Geral | DUE - Declaração Unânime por Escrito

## ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO - REMUNERAÇÃO ANUAL

| Nome | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2024 € | | | Valor Anual de Serviços Adicionais – 2024 € | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (1) | Redução (2) | Valor Final (3)= (1)-(2) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Redução (2) | Valor Final (3)= (1)-(2) |
| Deloitte & Associados, SROC S. A. | 11 034 | 0 | 11 034 | na | 0 | 0 | 0 |
| João Carlos Henriques Gomes Ferreira | 0 | 0 | 0 | na | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 11 034 | 0 | 11 034 | | 0 | 0 | 0 |

*b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2024;*

A AgdA não tem nenhum contrato de prestação de serviços com Auditor Externo, sendo essa atividade assegurada pela SROC e Fiscal Único da Sociedade.

## Ponto 8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP, no que se refere:

*a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação) no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

*b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação), no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

*c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

### GASTOS COM COMUNICAÇÕES

| Membro do CA | Plafond Mensal Definido | Valor Anual (€) | Observações |
|---|---|---|---|
| Simone Ferreira Pio | 80 | 140 | |
| João Manuel Galhardo Maurício | 80 | 141 | |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | 80 | 137 | |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | 0 | 0 | |
| Álvaro dos Santos Beijinha | 0 | 0 | |
| TOTAL | | 418 | |

*d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço*

### GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS

| Membro do CA | Plafond Mensal Definido Combustíveis e Portagens (€) | Gastos anuais associados a Viaturas (€) | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Combustível | Portagens | Total |
| Simone Ferreira Pio | 492 | 2 486 | 1 350 | 3 836 |
| João Manuel Galhardo Maurício | 393 | 2 413 | 716 | 3 129 |
| Jorge Paulo Colaço Rosa | 393 | 3 235 | 570 | 3 805 |
| Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Álvaro dos Santos Beijinha | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | | 8 134 | 2 636 | 10 770 |

## Ponto 9. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AgdA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

## Ponto 10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade – https://www.agda.pt/projectos/remuneracoes.

## Ponto 11. Elaboração e divulgação no respetivo sítio na Internet do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A AgdA, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com iGen – Fórum Organizações para a Igualdade reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet

e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito.

Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AgdA, realizou o Diagnóstico de Igualdade de Género referente a 2023, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2024, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2024 da AgdA, foi remetido ao SIOE e à CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2024 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AgdA, podendo ser acedido através do seguinte link: https://www.agda.pt/geral/plano-de-igualdade-de-genero

## Ponto 12. Elaboração e divulgação no respetivo sítio na internet do relatório anual sobre prevenção da corrupção (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro) e do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (artigo 6.º do RGPC).

Dando cumprimento ao disposto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), criado através do DL nº 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação avaliação e mitigação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da AgdA, encontra-se disponibilizado na internet em *https://agda.pt/geral/cpc* Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão estar sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, respetivo impacto, probabilidade de ocorrência e classificação, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um caráter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.

O PPRCIC, adotado na AgdA em 2010, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2025, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como Elevado ou Muito Elevado, no âmbito do PPRCIC, em 2024, conforme definido no RGPC, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, sendo identificados os controlos não implementados, implementados mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em *https://agda.pt/geral/cpc*.

O Grupo AdP no qual se enquadra a AgdA dispõe de um Código de Ética e Conduta desde 2009, o qual foi revisto e atualizado em dezembro de 2021, no âmbito da aprovação da Política de Integridade e respetivo compromisso de integridade de todas as empresas do Grupo AdP.

O Código de Ética e Conduta expressa o compromisso da empresa e órgãos sociais em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambientais, sociais, económicas e culturais. Pretende ser uma referência, formal e institucional, para a conduta profissional de todos/as os/as colaboradores/as, tornando-se um padrão de relacionalmente interno e com os públicos externos do Grupo AdP.

O Código de Ética e Conduta é do conhecimento de todos os trabalhadores, encontrando-se disponível para consulta no site da sociedade, podendo ser consultado através do seguinte link: https://www.agda.pt/geral/codigo-de-conduta-e-etica.

De igual forma, a divulgação do Código de Conduta e Ética, a clientes e fornecedores, encontra-se assegurada por via da sua publicitação no link acima indicado no sítio da sociedade.

Por iniciativa da Comissão de Ética, procedeu-se à organização de uma ação de sensibilização de Ética e Política de integridade da AdP, junto das chefias de todas as empresas participadas, tendo sido disponibilizado a todos os trabalhadores uma ação de formação e-learning sob o tema "Ética e Conduta no grupo AdP". A referida formação passou a ter carácter de obrigatoriedade,

extensível a todos os trabalhadores do Grupo AdP, desde outubro de 2023, por determinação do acionista e sob proposta da Comissão de Ética e do Responsável do Normativo.

Em 2024 foram igualmente desenvolvidas ações de formação, sobre os instrumentos vigentes na sociedade para prevenção de corrupção e infrações conexas e programa normativo.

Desde 2022, encontra-se disponível no site da empresa o Canal de denúncias Linha de Integridade, o qual pode ser acedido através do link https://grupoadp.form.maistransparente.com/

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

## Ponto 13. Contratação Pública

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhoras práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

## Ponto 14. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

## Ponto 15. Eficiência operacional, prevista nos n.º 1, 2 e 3 do artigo 134.º do DLEO 2024, e sobre os gastos operacionais, previstos nos n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

Em 2024 a AgdA cumpre com as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 134.º do DLEO 2024.

### EFICIÊNCIA OPERACIONAL

| | 2024 Exec | PAO 2024 | 2023 Exec | 2024/2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Dif. Absol. | Var. % |
| 0. EBITDA ajustado | 6 145 659 | 8 213 268 | 3 697 307 | 2 448 352 | 166% |
| 1. CMVMC | 1 428 991 | 1 249 715 | 1 244 574 | 184 417 | 115% |
| 2. FSE | 11 232 639 | 12 263 065 | 10 833 658 | 398 981 | 104% |
| 3. Gastos com o Pessoal | 5 491 088 | 5 745 556 | 4 753 937 | 737 152 | 116% |
| i Relativos a órgãos sociais [a] | 340 368 | 309 887 | 219 335 | 121 033 | 155% |
| ii Indemnizações pagas por Rescisão [a] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| iii Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias [a] | 232 021 | 178 424 | 232 111 | -90 | 100% |
| iv Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais [a] | 110 624 | 0 | 112 472 | -1 848 | 98% |
| 4. Gastos com o Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv | 4 808 074 | 5 257 245 | 4 190 018 | 618 056 | 115% |
| 5. Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais [b] | 232 021 | 178 424 | 232 111 | -90 | 100% |
| 6. Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1) + (2) + (3) -(5) | 17 920 697 | 19 079 911 | 16 600 058 | 1 320 639 | 108% |
| 7. Volume de Negócios (VN) | 23 895 873 | 26 502 157 | 20 155 506 | 3 740 367 | 119% |
| Subsídios à exploração | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| Indemnizações compensatórias | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| 8. Perda de receita decorrente de fatores excecionais [b] | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| 9. Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8) | 23 895 873 | 26 502 157 | 20 155 506 | 3 740 367 | 119% |
| 10. Peso dos Gastos / VN = (6)/(9) | 74,99% | 71,99% | 82,36% | -7,36% | 91% |

a) Ajustamento de rubricas de forma a estabelecer a comparabilidade entre exercícios

b) São expurgáveis do rácio os impactos decorrentes de fatores excecionais, assim como a crise Geopolítica e acordo de valorização remuneratória do Grupo AdP

## Ponto 16. Recursos Humanos e massa salarial (artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças).

No quadro seguinte é apresentada a evolução do número de trabalhadores da empresa de forma desagregada:

### RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL

| | 2024 Exec | 2024 Orç. | 2023 Exec. | 2024/2023 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Var. Abs. | Var. % |
| N.º Órgãos Sociais (OS) | 9 | 9 | 9 | 0 | 0% |
| Nº Cargos de Direção (CD) | 7 | 6 | 6 | 1 | 17% |
| Nº Trabalhadores (sem OS e CD) | 195 | 203 | 149 | 46 | 31% |
| **TOTAL** | **211** | **218** | **164** | **47** | **29%** |
| Nº Trabalhadores/Nº CD | 28 | 34 | 25 | 3 | 12% |
| Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T) | 26 024 | 26 356 | 28 987 | -2 963 | -10,22% |

No quadro seguinte é apresentada a evolução da massa salarial da empresa e do Grupo AdP relativo ao ano de 2024 conforme previsto nos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças:

### DESPACHOS DE 15-12-2022 e 15-05-2023, SET e SEF

| | |
|---|---|
| Taxa de Atualização da massa salarial (2024-2023) - AgdA | 5,41% |
| Taxa de Atualização da massa salarial (2024-2023) - Grupo AdP | 4,60% |

## Ponto 17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2024).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por "PT50" e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

De acordo com o solicitado, junto se identificam as disponibilidades e aplicações que a AgdA mantêm junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E., bem como junto da Banca Comercial:

PRINCÍPIO DA UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO

| IGCP | 1º Trimestre € | 2º Trimestre € | 3º Trimestre € | 4º Trimestre € |
|---|---|---|---|---|
| Disponibilidades | 2 900 094 | 1 242 879 | 923 721 | 1 282 811 |
| Aplicações financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | **2 900 094** | **1 242 879** | **923 721** | **1 282 811** |

| Banca Comercial | 1º Trimestre € | 2º Trimestre € | 3º Trimestre € | 4º Trimestre € |
|---|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | 60 051 | 97 569 | 97 569 | 17 384 |
| Caixa Crédito Agrícola | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Novo Banco | -6 | 2 790 | 4 945 | 2 740 |
| Banco Português do Investimento (BPI) | 696 | 659 | 622 | 585 |
| Santander Totta | 3 713 | 3 275 | 3 044 | 2 880 |
| Millennium BCP | 41 157 | 41 084 | 960 | 889 |
| Bankinter | 7 623 | 7 200 | 19 386 | 7 568 |
| **Total** | **113 233** | **152 577** | **126 525** | **32 047** |
| Juros Auferidos | 0 | 0 | 0 | 0 |

## Ponto 18. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

## Ponto 19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.º 2 dos mencionados artigos.

A referida informação encontra-se disponível no presente relatório, concretamente no ponto 3 "As nossas Ambições de Sustentabilidade" e ponto 7.4.11 – Sistema de Responsabilidade Empresarial.

## Ponto 20. Informação a constar do site da AgdA a 31 de dezembro de 2024

A AgdA deu cumprimento à publicitação de informações no site da empresa que a seguir se apresentam:

### INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DA EMPRESA

| | Divulgação | | | Comentários |
|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | |
| Estatutos | × | | | |
| Caracterização da Empresa | × | | | |
| Função de tutela e acionista | × | | | |
| Modelo de Governo / Membros dos Órgão Sociais | × | | | |
| Identificação dos órgãos sociais | × | | | |
| Estatuto Remuneratório Fixado | × | | | |
| Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais | × | | | |
| Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração | × | | | |
| Apresentação das Sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais | × | | | |
| Esforço Financeiro Público | × | | | |
| Ficha Síntese | × | | | |
| Informação Financeira reportada aos dois últimos exercícios | × | | | |
| Princípios de Bom Governo | | | | |
| Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | × | | | |
| Transações relevantes com entidades relacionadas | × | | | |
| Outras Transações | | | × | |
| Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios: | | | | |
| Economico | | × | | (1) |
| Social | | × | | (1) |
| Ambiental | | × | | (1) |
| Avaliação do Cumprimentos dos Princípios de Bom Governo | × | | | |
| Código de Ética | × | | | |

S – Sim ; N – Não; N.A. - Não Aplicável

(1) A informação será divulgada em 2025 com o cálculo dos dados referentes ao ano de 2024

## Ponto 21. Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais

A AgdA deu cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

### CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

| Cumprimento das Orientações legais | Cumprimento | | | Quantificação | Justificação |
|---|---|---|---|---|---|
| | S | N | N.A. | | |
| Objetivos de Gestão | X | | | | Ponto 1, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais; |
| Metas a atingir constantes do PAO2024 | X | | | | Ponto 1, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Gestão do Risco Financeiro | X | | | | Ponto 2, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Limites de Crescimento do Endividamento | X | | | -3,45% | Ponto 3, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Evolução do PMP a fornecedores | X | | | 32 (-24%) | Ponto 4, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears") | | | X | | Ponto 4, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Recomendações do acionista na aprovação de contas | | | X | | Ponto 5, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Reservas Emitidas na última CLC | | | X | | Ponto 6, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Remunerações: | X | | | | Ponto 7, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 | X | | | -12 016 € | Ponto 7, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| EGP - artigo 32º e 33.º do EGP | | | | | Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Não utilização de cartões de crédito | X | | | | Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal | X | | | | Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações | X | | | | Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço | X | | | | Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP | X | | | | Ponto 9, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014 | X | | | | Ponto 10, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção | X | | | | Ponto 12, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Contratação Pública | X | | | | Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa | X | | | | Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | X | | | 0 Contratos | Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas | X | | | | Ponto 14, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Gastos Operacionais das Empresas Públicas | X | | | -7,36% | Ponto 15, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013) | X | | | | Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP | X | | | 1 282 811 € | Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial | X | | | 32 047 € | Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado | X | | | 0 € | Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Auditorias do Tribunal de Contas | | | X | | Ponto 18, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto | X | | | | Ponto 11, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |
| Apresentação da demonstração não financeira | X | | | | Ponto 19, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais |

# 15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

## INTRODUÇÃO

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2024.

## ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

## PARECER

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 10 de março de 2025

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

# 16. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º e do n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2024, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro do ponto 2.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2024:

i. A sociedade não tem ações próprias;
ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

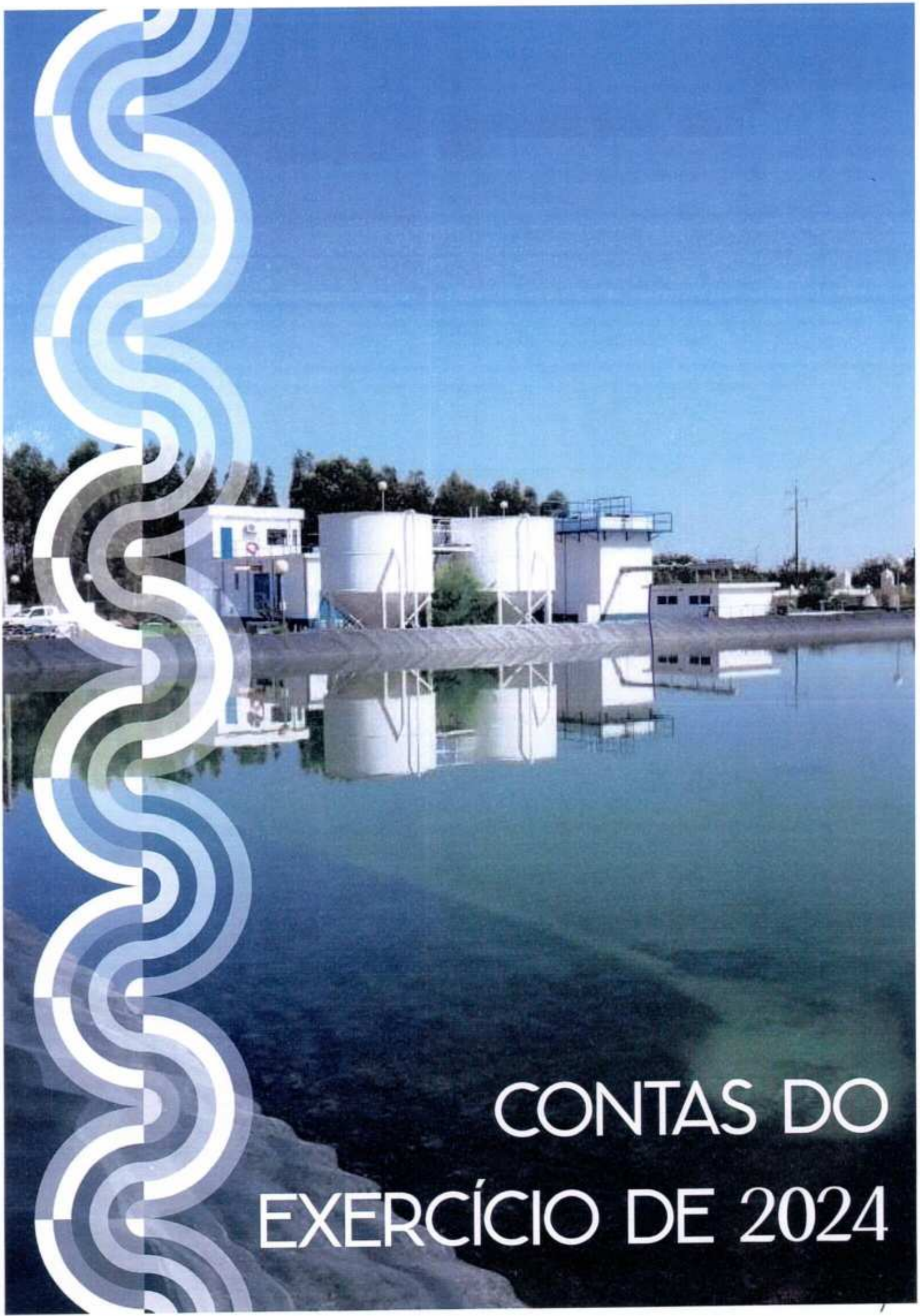
Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

**ESTRUTURA ACIONISTA**

| Acionista | % | N.º Ações Classe A | Capital Social Subscrito | Capital Social Realizado |
|---|---|---|---|---|
| Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. | 51% | 1 155 921 | 5 779 606 | 5 779 606 |
| AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo | 49% | 1 110 591 | 5 552 954 | 5 552 954 |
| TOTAL | 100% | 2 266 512 | 11 332 560 | 11 332 560 |



# CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

# I. DEMONSTRÇÕES FINANCEIRAS

## I.I. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

### DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|---|
| Ativos intangíveis | 5 | 166 871 609 | 167 103 810 |
| Ativos sob direito de uso | 6 | 329 215 | 258 986 |
| Investimentos financeiros | 7 | 24 420 | 24 420 |
| Impostos diferidos ativos | 32 | 5 506 018 | 5 319 722 |
| Desvio de Recuperação de Custos - Défice Tarifário | 8 | 2 524 882 | 1 858 072 |
| Clientes e outros ativos não correntes | 9 | 165 304 | 303 708 |
| Total dos ativos não correntes | | 175 421 448 | 174 868 718 |
| Ativos correntes | | | |
| Inventários | 10 | 127 624 | 103 506 |
| Clientes | 9 | 7 160 718 | 6 237 730 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 376 520 | 593 254 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 32 | 0 | 308 492 |
| Outros ativos correntes | 12 | 4 541 339 | 11 369 198 |
| Caixa e seus equivalentes | 13 | 1 075 700 | 761 820 |
| Total dos ativos correntes | | 13 281 901 | 19 374 000 |
| Total do ativo | | 188 703 350 | 194 242 718 |
| Capital próprio | | | |
| Capital social | 14 | 11 332 560 | 11 332 560 |
| Reservas e outros ajustamentos | 14 | 3 079 359 | 2 340 363 |
| Resultados transitados | 14 | 0 | 0 |
| Resultado líquido do período | 14 | 766 572 | 738 996 |
| Total do capital próprio | | 15 178 491 | 14 411 919 |
| Passivos não correntes | | | |
| Provisões | 15 | 480 800 | 0 |
| Empréstimos | 18 | 63 241 202 | 66 590 909 |
| Passivo da locação | 6 | 146 025 | 136 159 |
| Fornecedores e outros passivos não correntes | 19 | 0 | 726 313 |
| Impostos diferidos passivos | 32 | 4 398 894 | 4 052 097 |
| Acréscimos de gastos de investimento contratual | 16 | 5 990 390 | 5 636 553 |
| Subsídios ao investimento | 17 | 87 334 603 | 90 709 674 |
| Total dos passivos não correntes | | 161 591 915 | 167 851 705 |

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|---|
| Passivos correntes | | | |
| Empréstimos | 18 | 1 536 058 | 913 815 |
| Passivo da locação | 6 | 121 877 | 124 798 |
| Fornecedores e outros passivos correntes | 19 | 8 508 490 | 9 952 413 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 32 | 151 716 | 0 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 1 614 802 | 988 068 |
| Total dos passivos correntes | | 11 932 943 | 11 979 094 |
| Total do passivo | | 173 524 858 | 179 830 799 |
| Total do passivo e do capital próprio | | 188 703 350 | 194 242 718 |

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

## 1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

| | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|---|
| Vendas | 21 | 16 071 431 | 14 049 670 |
| Prestações de serviços | 21 | 7 824 442 | 6 105 836 |
| Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | 21 | 6 684 620 | 14 532 808 |
| Desvio de Recuperação de Gastos | 21 | 666 810 | 2 648 305 |
| Gasto das vendas/variação dos inventários | 22 | (1 428 991) | (1 244 574) |
| Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | 22 | (6 684 620) | (14 532 808) |
| Fornecimentos e serviços externos | 23 | (11 226 105) | (10 723 547) |
| Gastos com pessoal | 24 | (5 158 875) | (4 454 558) |
| Amortizações, depreciações e reversões do exercício | 26 | (7 402 835) | (7 938 359) |
| Provisões e reversões do exercício | 25 | (252 714) | (264 086) |
| Subsídios ao investimento | 27 | 3 559 140 | 3 774 077 |
| Outros gastos e perdas operacionais | 28 | (107 800) | (166 411) |
| Outros rendimentos e ganhos operacionais | 29 | 424 272 | 394 977 |
| **Resultados operacionais** | | **2 968 774** | 2 181 330 |
| Gastos financeiros | 30 | (2 160 982) | (1 609 034) |
| Rendimentos financeiros | 31 | 270 997 | 341 817 |
| **Resultados financeiros** | | **(1 889 985)** | (1 267 217) |
| **Resultados antes de impostos** | | **1 078 789** | 914 114 |
| Imposto do exercício | 32 | (151 716) | (49 263) |
| Imposto diferido | 32 | (160 501) | (125 855) |
| **Resultado líquido do exercício** | 14 | **766 572** | 738 996 |
| **Resultado por ação (básico e diluído)** | 14 | **0,34** | 0,33 |

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parteira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

# 1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

| | Capital social | Reservas legais | Reservas Livres | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo a 31 de dezembro de 2022 | 10 422 795 | 142 067 | 0 | 1 580 096 | 618 199 | **12 763 158** |
| Realização de Capital | 909 765 | 0 | 0 | 0 | 0 | **909 765** |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2022 | 0 | 30 910 | 587 289 | 0 | (618 199) | **0** |
| Aplicação dos Resultados transitados | 0 | 0 | 1 580 096 | (1 580 096) | 0 | **0** |
| Distribuição de Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Resultado líquido do período | 0 | 0 | 0 | 0 | 738 996 | **738 996** |
| **Saldo a 31 de dezembro de 2023** | 11 332 560 | 172 977 | 2 167 386 | 0 | 738 996 | **14 411 919** |
| Realização de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023 | 0 | 36 950 | 702 047 | 0 | (738 996) | **0** |
| Aplicação dos Resultados transitados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Distribuição de Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | **0** |
| Resultado líquido do período | 0 | 0 | 0 | 0 | 766 572 | **766 572** |
| **Saldo a 31 de dezembro de 2024** | 11 332 560 | 209 927 | 2 869 432 | 0 | 766 572 | **15 178 491** |

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beirão
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

## 1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Atividades operacionais | | |
| Recebimentos de clientes | 24 923 742 | 21 630 669 |
| Pagamentos a fornecedores | (15 404 364) | (13 673 984) |
| Pagamentos ao pessoal | (5 272 526) | (4 790 976) |
| Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento | 308 492 | (443 262) |
| Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional | 1 000 804 | 1 600 926 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 5 556 149 | 4 323 371 |
| Atividades de investimento | | |
| Subsídios de investimento | 5 326 938 | 2 333 404 |
| Ativos intangíveis | (5 105 830) | (16 980 824) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | 221 108 | (14 647 420) |
| Atividades de financiamento | | |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio | 0 | 1 580 960 |
| Financiamentos obtidos | 2 000 000 | 11 000 000 |
| Pagamento de financiamentos obtidos | (4 704 546) | (1 754 546) |
| Contrato de locação financeira | (133 913) | (111 139) |
| Juros e gastos similares | (2 624 917) | (1 903 897) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | (5 463 376) | 8 811 378 |
| Resumo de Fluxos por Atividade | | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 5 556 149 | 4 323 371 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | 221 108 | (14 647 420) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | (5 463 376) | 8 811 378 |
| Variações de caixa e seus equivalentes | 313 880 | (1 512 668) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 761 820 | 2 274 488 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 1 075 700 | 761 820 |

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beninha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Informação geral

Nota 1.1. Identificação da Empresa

A AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, em Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota 1.2. Atividade económica

A AgdA tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAALENTEJO, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da atividade prestada bem como o prazo da Parceria, tendo o âmbito geográfico da Parceria deixado de incluir o Concelho de Ferreira do Alentejo. Os pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras são parte integrante do EVEF associado a este aditamento. A revisão dos pressupostos que deveria ser feito numa base quinquenal, nos termos da cláusula 17ª do Contrato de Gestão ainda se encontra em curso, não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

Nota 1.2.1 Atividade Regulada

As entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais e Parcerias desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa, e dos rendimentos tarifários, se aplicável, a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas dos SMM, mediante um cenário de eficiência definido previamente. Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

As empresas gestoras de Parcerias estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidas caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pelas entidades gestoras das parcerias. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

**ATIVIDADE**

| Tipo de Serviço | Tipo de Atividade | Prazo | Período | Remuneração Acionista | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Taxa | Incidência |
| Abastecimento de Água | Parceria | 50 | 2009 - 2059 | OT (*) 10 Anos + 3% | Capital Social |
| | | | | OT (*) 10 Anos | Reservas |
| Saneamento | Parceria | 50 | 2009 - 2059 | OT (*) 10 Anos + 3% | Capital Social |
| | | | | OT (*) 10 Anos | Reserva |

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2024 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2023, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 1.3. Organização

São acionistas da AgdA. a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo (49% do capital social).

Nota 1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 10 de março de 2025. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

Nota 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

Nota 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AgdA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e comparativos a 31 de dezembro de 2023.

Nota 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros.

Nota 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI)

Nota 2.4.1. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato da AgdA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Publico de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO) classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na entidade gestora dos serviços de água e saneamento são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais fornecidos e tratados nesse exercício e os caudais fornecidos e tratados previstos até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

As taxas de amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram as seguintes:

INVESTIMENTO CONTRATUAL

| | Total de Investimento do Contrato de Gestão | Número de anos do Contrato de Gestão | Total de Caudais de 2024 | Total de Caudais Remanescente previsto em Contrato de Gestão | Taxa Média de amortização do ano 2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Abastecimento de Água | 154 397 518 | 50 | 21 357 624 | 618 029 846 | 3,46% |
| Saneamento | 98 144 051 | 50 | 10 349 014 | 389 219 833 | 2,66% |
| **TOTAL** | **252 541 569** | **50** | **31 706 638** | **1 007 249 679** | |

Nota 2.4.4. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de parceria e de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base

no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria.

No caso da AgdA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos do investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.5. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.4.6. Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão (contrato de gestão no caso da AgdA), a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12, é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Nota 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis;
- Nota 6.2 - vida útil de Locações;
- Nota 8.2 - estimativas do desvio de recuperação de gastos;
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros;
- Nota 30.1 – estimativas para impostos e impostos diferidos.

Nota 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Nota 3 Novas normas e alteração de políticas

Nota 3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentada nos comparativos.

Nota 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

## NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|---|---|---|
| Emendas à norma IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com *"covenants"* | Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes, analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com *covenants* clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024. | 1 de janeiro de 2024 |
| Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação | Esta emenda publicada pelo IASB clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda. | 1 de janeiro de 2024 |
| Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – *Supplier Finance Arrangements* | Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou *"reverse factoring"*), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis. | 1 de janeiro de 2024 |

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2025 e que a AgdA não adotou antecipadamente são as seguintes:

## JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|---|---|---|
| Emenda à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade | Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias. | 1 de janeiro de 2025 |

Esta emenda apesar de aprovada pela União Europeia, não foi adotada pela AgdA em 2024, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

## AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

| Descrição | Alteração | Data efetiva |
|---|---|---|
| Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros | Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB. | 1 de janeiro de 2026 |
| Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza | Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui guidance e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos. | 1 de janeiro de 2026 |
| Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11) | Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. | 1 de janeiro de 2026 |
| IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras | O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade. | 1 de janeiro de 2027 |
| IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações | Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS. | 1 de janeiro de 2027 |

Estas normas não foram ainda adotadas pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela AgdA no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas *("endorsed")* pela União Europeia, o Grupo encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

Nota 3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB e em 2024 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. A Empresa encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

## Nota 4. Políticas de gestão do risco financeiro

### Nota 4.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 4.2. Risco de mercado

Nota 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

## ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

| | 31.12.2024 | Taxa Média + 1% | Taxa Média - 1% |
|---|---|---|---|
| Juros suportados à taxa variável | 1 538 779 | 1 823 057 | 1 254 501 |
| TOTAL | 1 538 779 | 1 823 057 | 1 254 501 |

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Nota 4.2.2. Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 35,25% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Nota 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

## RISCO DE LIQUIDEZ

| | < 1 ano | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| Passivo | | | | |
| Financiamentos BEI | 906 916 | 8 387 097 | 30 967 742 | 40 261 754 |
| Financiamentos Acionistas | 579 088 | 23 886 364 | 0 | 24 465 451 |
| Outros financiamentos | 50 054 | 0 | 0 | 50 054 |
| Fornecedores e outros Passivos | 8 508 490 | 0 | 0 | 8 508 490 |
| Passivos de Locação | 121 877 | 146 025 | 0 | 267 903 |
| TOTAL | 10 166 425 | 32 419 486 | 30 967 742 | 73 553 653 |

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, e para o período subsequente manteve-se a taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

(EUR)

| Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro | Capital em dívida em 31.12.2024 |
|---|---|
| 2024 | 40 000 000 |
| 2025 | 39 354 839 |
| 2026 | 38 064 516 |
| 2027 | 36 129 032 |
| 2028 | 33 548 387 |
| 2029 | 30 967 742 |
| 2030 | 28 387 097 |
| 2040 | 2 580 645 |
| 2042 | 0 |

A AgdA apenas dispõe de contrato "BEI V", não sendo entre garantido através de contratos de fiança celebrados entre a República Portuguesa e o BEI.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos acionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2024 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2024 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

| Risco de liquidez (Milhões euros) | Valor do planfond disponível | Valor do planfond usado | Valor do planfond não usado |
|---|---|---|---|
| Descobertos bancários (Apoio Tesouraria AdP) | 5,000 | 0,000 | 5,000 |
| Descobertos bancários (Empresa) | 4,000 | 0,000 | 4,000 |

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

## RISCO DE CAPITAL

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Empréstimos não correntes | (63 241 202) | (66 590 909) |
| Empréstimos correntes | (1 536 058) | (913 815) |
| Disponibilidades | 1 075 700 | 761 820 |
| Dívida | (63 701 560) | (66 742 904) |
| Subsídios ao investimento | 87 334 603 | 90 709 674 |
| Total do capital próprio | 15 178 491 | 14 411 919 |
| Capital | 102 513 095 | 105 121 593 |
| Dívida/total do capital | 62% | 63% |

O modelo de financiamento da Empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Nota 4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Nota 4.4.1. Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Nota 4.4.2. Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2024 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

## ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Depósitos à Ordem | 1 072 741 | 757 787 |
| Depósitos Prazo | 0 | 0 |
| Fundo de reconstituição do capital | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 |
| TOTAL | 1 072 741 | 757 787 |

## DEPÓSITOS À ORDEM

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | 2 740 | 5 851 |
| Santander Totta | 2 880 | 4 320 |
| Caixa Geral de Depósitos | 14 564 | 60 174 |
| Caixa de Crédito Agrícola | 0 | 9 605 |
| Banco Português do Investimento | 585 | 732 |
| Millennium BCP | 889 | 41 380 |
| Bankinter | 17 384 | 8 117 |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | 1 033 698 | 627 607 |
| TOTAL | 1 072 741 | 757 787 |

## RATING'S

| | Moody's Longo prazo Ano 2024 | Moody's Longo prazo Ano 2023 |
|---|---|---|
| Novo Banco | BBB+ | BBB- |
| Banco Santander Totta | A | A- |
| Caixa Geral de Depósitos | A- | BBB |
| Caixa de Crédito Agrícola | Baa1 | Baa1 |
| Banco Português do Investimento | A | BBB+ |
| Millennium BCP | BBB+ | BBB- |
| Banco Bankinter | A | A- |
| Instituto de Gestão do Crédito Publico | A | A- |

Nota 4.5. Risco de exploração

Nota 4.5.1. Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Nota 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Empresa. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Nota 5. Ativos intangíveis

Nota 5.1. Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.

- Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

- Imparidade

Os ativos da Empresa são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de parceria e de gestão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos respetivos contratos que são reenviados periodicamente para o regulador do sector e Comissão de Parceria.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos do AgdA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período (2 a 3 anos) a AgdA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

- Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

- Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 5.2. Estimativas e Julgamentos

- Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria), e de acordo com o respetivo contrato de gestão. No fim da parceria o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. (ver nota 2.4).

Na determinação do investimento contratual a AgdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) em vigor, os quais estão em fase de revisão quinquenal, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

- Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Nota 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

**ACTIVOS INTANGÍVEIS**

| | **31.12.2024** | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Despesas de desenvolvimento | **384 051** | 395 103 |
| Direitos de utilização de infraestruturas (DUI) | **166 487 558** | 166 708 707 |
| **TOTAL** | **166 871 609** | **167 103 810** |

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

## MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO

| Valor Bruto | 31.12.2023 | Aumentos | Reclassificações | Transferências | 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Despesas de desenvolvimento | 567 482 | 0 | 0 | 0 | 567 482 |
| Direitos de utilização de infraestruturas (DUI) | 213 129 285 | 6 684 620 | 0 | 0 | 219 813 905 |
| Total Bruto | 213 696 767 | 6 684 620 | 0 | 0 | 220 381 387 |
| **Amortizações acumuladas** | **31.12.2023** | **Aumentos** | **Reclassificações** | **Transferências** | **31.12.2024** |
| Despesas de desenvolvimento | (172 379) | (11 052) | 0 | | (183 431) |
| Direitos de utilização de infraestruturas (DUI) | (46 420 578) | (6 023 798) | (881 971) | | (53 326 347) |
| Total de Amortizações | (46 592 957) | (6 034 798) | (881 971) | | (53 509 777) |
| Total Líquido | 167 103 810 | 649 771 | (881 971) | | 166 871 609 |

## DUI - MOVIMENTO DO PERIODO

| Valor Bruto | 31.12.2023 | Aumentos | Reclassificações | Transferências | 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Terrenos | 2 316 158 | 0 | 0 | 48 789 | 2 364 947 |
| Edifícios e outras construções | 164 995 640 | 186 177 | 0 | 8 390 975 | 173 572 791 |
| Equipamento básico | 29 260 021 | 652 288 | 0 | 2 453 647 | 32 365 956 |
| Equipamento de transporte | 5 441 | 0 | 0 | 0 | 5 441 |
| Equipamento administrativo | 480 409 | 2 691 | 0 | 0 | 483 100 |
| Outros | 409 015 | 1 808 | 0 | 0 | 410 823 |
| Investimento em Curso | 15 662 602 | 5 841 656 | 0 | (10 893 411) | 10 610 847 |
| **Total do Ativo DUI Bruto** | **213 129 286** | **6 684 620** | **0** | **0** | **219 813 906** |
| **Amortizações acumuladas** | **31.12.2023** | **Aumentos** | **Reclassificações** | **Transferências** | **31.12.2024** |
| Terrenos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Edifícios e outras construções | (25 449 980) | (4 671 536) | 0 | 0 | (30 121 516) |
| Equipamento básico | (7 667 688) | (1 049 232) | 0 | 0 | (8 716 920) |
| Equipamento de transporte | (5 441) | 0 | 0 | 0 | (5 441) |
| Equipamento administrativo | (458 629) | (15 821) | 0 | 0 | (474 450) |
| Outros | (398 067) | (1 857) | 0 | 0 | (399 924) |
| Correção das Amortizações Investimento Realizado | (12 440 773) | (285 353) | (881 971) | 0 | (13 608 097) |
| **Total de Amortizações DUI** | **(46 420 578)** | **(6 023 798)** | **(881 971)** | **0** | **(53 326 347)** |
| **Total do Ativo DUI Líquido** | **166 708 707** | **660 822** | **(881 971)** | **0** | **166 487 558** |

O valor registado em Reclassificações, no montante de 10,893 milhões de euros, corresponde aos investimentos concluídos em 2024, dos quais 10,863 milhões de euros correspondem a infraestruturas de abastecimento de água e 0,031 milhões de euros correspondem a infraestruturas de saneamento água.

Importa destacar que a AgdA se encontra em fase de execução do plano de investimentos previsto no contrato de gestão, tendo realizado em 2024 o valor de 5,482 milhões de euros, incluindo capitalização de encargos. Podemos destacar as obras de Reforço da Adução a Beja, ETAR de Cuba, Sistema Intercetor de Ermidas e ETAR e Sistema Intercetor do Ciborro. A

circunstância de se encontrar na transição para um novo ciclo de investimento e programa comunitário, justifica uma menor expressão tendo em conta que parte do investimento resulta ainda da elaboração de projetos.

## Nota 6. Locações

### Nota 6.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AgdA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AgdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AgdA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AgdA tem locações enquanto locatário.

- Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

i. O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado quando fica disponível para uso pelo locatário; e
ii. A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

- Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AgdA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex.: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AgdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

- Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

i. Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
ii. Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commemcement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

**A) Contabilização nos locatários**

- Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AgdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

- Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da

locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

| Naturezas | Intervalo de anos |
|---|---|
| Licenças de software | 3 |
| Equipamento de transporte | 1-4 |

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AgdA mensura o passivo da locação por:

i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
   a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
   b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

- Expedientes práticos utilizados pela AgdA enquanto locatária

A AgdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AgdA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

Nota 6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Nota 6.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO

| Valor Ativo | 31.12.2023 | Aumentos | Abates | 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|
| Equipamento de transporte | 1 035 082 | 0 | 0 | 1 035 082 |
| Licenciamento Microsoft | 85 022 | 202 406 | 0 | 287 428 |
| Total ativo sob direito de uso Bruto | 1 120 104 | 202 406 | 0 | 1 322 510 |
| **Amortizações acumuladas** | **31.12.2023** | **Aumentos** | **Abates** | **31.12.2024** |
| Equipamento de transporte | (776 096) | (126 554) | 0 | (902 650) |
| Licenciamento Microsoft | (85 022) | (5 622) | 0 | (90 644) |
| Total de Amortizações | (861 118) | (132 177) | 0 | (993 295) |
| Ativo sob direito de uso líquido | 258 986 | 70 230 | 0 | 329 215 |

Nota 6.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Locação financeira equipamentos de transporte | 78 389 | 136 159 |
| Locação Financeira Licenças | 67 636 | 0 |
| Total não Correntes | 146 025 | 136 159 |
| Locação financeira equipamentos de transporte | 56 527 | 124 798 |
| Locação Financeira Licenças | 65 350 | 0 |
| Total Correntes | 121 877 | 124 798 |
| TOTAL | 267 903 | 260 957 |

Nota 7. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINACEIROS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Fundo de Compensação do Trabalho | 24 420 | 24 420 |
| TOTAL | 24 420 | 24 420 |

## Nota 8. Desvios de Recuperação de Gastos

### Nota 8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

### Nota 8.2. Estimativas e julgamentos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

### Nota 8.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

**DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (BALANÇO)**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Desvios de Recuperação de Gastos Ativos (Deficit) | 2 524 882 | 1 858 072 |
| Desvios de Recuperação de Gastos Passivos (Superavit) | 0 | 0 |
| TOTAL | 2 524 882 | 1 858 072 |

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios (nota 37), e o valor dos rendimentos efetivos em cada um dos exercícios económicos.

Em 31 de dezembro de 2024 a AgdA apresentou um défice tarifário acumulado na demonstração da posição financeira de 2.524.882 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) acumulado entre 2016 e 2017 e entre 2020 e 2022 no montante de 2.259.115 euros, ao desvio de recuperação de gastos negativo (défice tarifário) de 2018, 2019 e 2023 no montante de 4.117.187 euros e ao desvio de recuperação de gastos (défice tarifário) verificado em 2024, no valor de 666.810 euros que será ainda objeto de validação por parte da Comissão de Parceria.

Nota 9. Clientes

Nota 9.1. Políticas contabilísticas

- Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
    a. Ativos financeiros detidos para negociação;
    b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
    c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AgdA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, nomeadamente de crédito a clientes.

- Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

- Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o AgdA determina se os fluxos de caixa

que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

- Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AgdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

- Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AgdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AgdA apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AgdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

- Crédito abatido ao ativo *(write-off)*

A AgdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AgdA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

- Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes e outros ativos correntes", a AgdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.
As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AgdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

- Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AgdA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

- Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
    - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
    - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
    - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
    - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Nota 9.2. Estimativas e julgamentos

- Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outras contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Conforme já referido, face à tipologia de clientes da AgdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na empresa serem considerados como um gasto aceite no desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AgdA.

Nota 9.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de Clientes é o seguinte:

**CLIENTES**

| | **31.12.2024** | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Clientes Não Correntes | | |
| Clientes Municipais | 165 304 | 303 708 |
| **Total em Clientes Não Correntes** | 165 304 | **303 708** |
| Clientes Correntes | | |
| Clientes Municipais | 5 719 902 | 5 337 607 |
| Devedores por Acréscimos de Rendimentos | 1 440 816 | 900 123 |
| **Total em Clientes Correntes** | 7 160 718 | **6 237 730** |
| **TOTAL** | 7 326 022 | **6 541 438** |

A rúbrica de devedores por acréscimos de rendimentos corresponde à especialização do fornecimento de água no mês de dezembro no montante de 933 mil euros, à especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 420 mil euros que compreende à tarifa do serviço de saneamento e ao ressarcimento das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2024 das ETAR ainda não licenciadas e que irão sofrer intervenções no âmbito do plano de investimentos, no valor de 83 mil euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na Empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuada no mês de janeiro de 2025 e o ressarcimento dos gastos do 4º trimestre de 2024 das ETAR ainda não intervencionadas durante o mês de fevereiro de 2025.

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por vencimento de dívida em 31 de dezembro de 2024:

### CLIENTES - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO

| | Por faturar | Vencido | Não Vencido | Acordo de Pagamento | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Clientes | 1 440 816 | 2 880 742 | 2 700 756 | 303 708 | 7 326 022 |
| TOTAL | 1 440 816 | 2 880 742 | 2 700 756 | 303 708 | 7 326 022 |

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

### CLIENTES – TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO S/ ACORDO DE PAGAMENTO

| | Mais de 720 dias | 360 a 720 dias | 150 a 360 dias | 60 a 150 dias | Até 60 dias | Total Vencido | Não Vencido | Total | Total Faturado 2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alcácer do Sal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 879 522 |
| Aljustrel | 0 | 0 | 0 | 162 139 | 317 659 | 479 798 | 249 133 | 728 932 | 1 484 502 |
| Almodôvar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 597 252 |
| Alvito | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 22 783 | 22 783 | 327 776 |
| Arraiolos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 681 791 |
| AVT | 0 | 0 | 0 | 4 875 | 0 | 4 875 | 0 | 4 875 | 326 170 |
| Barrancos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 196 383 |
| Castro Verde | 0 | 0 | 0 | 92 285 | 191 022 | 283 308 | 146 252 | 429 560 | 822 193 |
| Cuba | 0 | 0 | 0 | 0 | 88 020 | 88 020 | 83 806 | 171 826 | 540 332 |
| EMAS | 0 | 0 | 0 | 156 376 | 785 254 | 941 630 | 693 103 | 1 634 734 | 3 761 058 |
| Grândola | 57 699 | 208 761 | 78 361 | 24 329 | 274 715 | 643 865 | 0 | 643 865 | 1 724 197 |
| Mértola | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 660 677 |
| Montemor-o-Novo | 0 | 0 | 12 863 | 0 | (62) | 12 801 | 166 195 | 178 996 | 1 099 236 |
| Moura | 0 | 0 | 0 | 0 | 172 295 | 172 295 | 297 136 | 469 432 | 1 727 363 |
| Odemira | 0 | 159 | 0 | 0 | | 159 | 224 422 | 224 581 | 2 791 223 |
| Ourique | 0 | 81 185 | 22 612 | 6 257 | (5 218) | 104 837 | 34 354 | 139 191 | 402 432 |
| Santiago do Cacém | 0 | 0 | 0 | 0 | (95) | (95) | 333 012 | 332 917 | 1 941 503 |
| Serpa | 0 | 0 | 0 | 0 | (38 714) | (38 714) | 367 792 | 329 078 | 1 973 155 |
| Vendas Novas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 531 572 |
| Viana do Alentejo | 0 | 6 740 | 7 621 | 0 | 4 433 | 18 794 | 11 981 | 30 775 | 680 905 |
| Vidigueira | 169 169 | 0 | 0 | 0 | 0 | 169 169 | 70 787 | 239 956 | 730 633 |
| TOTAL | 226 869 | 296 845 | 121 457 | 446 262 | 1 789 310 | 2 880 742 | 2 700 756 | 5 581 498 | 25 879 876 |

## Nota 10. Inventários

### Nota 10.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 10.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

**INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Mercadorias | 0 | 0 |
| Matérias-primas | 127 624 | 103 506 |
| Produtos acabados | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **127 624** | **103 506** |

O movimento ocorrido nos inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e o apuramento do custo das mercadorias vendias e matérias consumidas é como segue:

**VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS**

| | Mercadorias | Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo | Total |
|---|---|---|---|
| Total em Inventários a 31 de dezembro 2023 | 0 | 103 506 | **103 506** |
| Compras | 0 | 1 453 109 | **1 453 109** |
| Regularização de Inventários | 0 | 0 | **0** |
| Custo das vendas/variação dos inventários | 0 | (1 428 991) | **(1 428 991)** |
| **TOTAL EM INVENTÁRIOS a 31 de dezembro 2024** | **0** | **127 624** | **127 624** |

As matérias-primas e matérias subsidiárias registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de estado e outros entes públicos é como segue:

**ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| IVA a receber | 376 520 | 593 254 |
| Outros | 0 | 0 |
| **EOEP ATIVO** | **376 520** | **593 254** |
| Retenções - IRS | 36 922 | 42 926 |
| Retenções - Segurança social | 105 566 | 78 565 |
| Outras Tributações - Outros | 6 869 | 8 710 |
| Outras Tributações - TRH | 1 465 445 | 857 867 |
| **EOEP PASSIVO** | **1 614 802** | **988 068** |

Nota 12. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de outras contas a receber é como segue:

## OUTROS ATIVOS CORRENTES

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Devedores Diversos - Fundos Comunitários | 0 | 4 949 875 |
| Devedores Diversos - EDIA | 832 665 | 1 117 336 |
| Adiantamentos a fornecedores | 853 896 | 764 631 |
| Adiantamentos a fornecedores de investimentos | 474 206 | 2 332 690 |
| Outros devedores | 58 126 | 85 408 |
| Acréscimos de Rendimentos | 2 142 287 | 1 879 778 |
| Gastos a Reconhecer | 180 159 | 239 480 |
| TOTAL | 4 541 339 | 11 369 198 |

O valor registado em Devedores Diversos – Fundos Comunitários dizia respeito aos pedidos de pagamento para reembolso de despesa de investimento executado e abrangidos pelos contratos de financiamento com o POSEUR que foram integralmente recebidos em 2024, razão pela qual a rúbrica reduz na sua totalidade.

Ainda na rúbrica de devedores diversos encontra-se registado o valor da comparticipação da EDIA para a construção da ETA da Magra que será amortizado ao longo de 15 anos conforme previsto em protocolo celebrado entre as entidades.

Relativamente ao valor registado em adiantamentos efetuados a fornecedores, diz respeito ao adiantamento efetuado à Associação de Regantes do Roxo pela execução dos processos de injunção efetuados pela Autoridade Tributária enquanto órgão executivo. Prevê-se, no entanto, que o adiantamento seja regularizado com a celebração de um acordo entre as entidades, para a comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Roxo, à semelhança do acordo celebrado em 2020 com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado.

A rubrica de adiantamento a fornecedores de investimento, que corresponde ao adiantamento efetuado aos Municípios pela retribuição do património integrado no SPPIAALENTEJO, foi parcialmente amortizada em 2024 pelo pagamento da respetiva retribuição do ano. Referir que em 2023 a rubrica tinha registado o adiantamento efetuado para execução dos contratos de empreita de Remodelação da ETA da Magra, Construção da ETAR de Cuba e Sistema Intercetor de Ermidas que foram integralmente amortizados em 2024 na sequência da execução do plano de investimentos.

O valor registado na rúbrica de acréscimo de rendimentos respeita essencialmente à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável, prevendo-se que esta faturação ocorra no primeiro semestre de 2025.

## Nota 13. Caixa e seus equivalentes

### Nota 13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

### Nota 13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

**CAIXA E BANCOS**

| | **31.12.2024** | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Caixa | **2 959** | 4 033 |
| Depósitos à ordem | **1 072 741** | 757 787 |
| Depósitos a prazo | **0** | 0 |
| **TOTAL** | **1 075 700** | **761 820** |

## Nota 14. Capital próprio

### Nota 14.1. Políticas contabilísticas

- Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

- Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

↘ Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Nota 14.2. Capital Social

O capital no montante de 11.332.560 euros é constituído por 2.266.512 ações de 5 euros cada e a 31 de dezembro de 2024, encontrando-se totalmente realizado.

**CAPITAL SOCIAL**

| | % | Capital subscrito 31.12.2024 | Capital realizado 31.12.2024 | Capital subscrito 31.12.2023 | Capital realizado 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. | 51% | 5 761 415 | 5 761 415 | 5 761 415 | 5 761 415 |
| AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo | 49% | 5 571 145 | 5 571 145 | 5 571 145 | 5 571 145 |
| TOTAL | 100% | 11 332 560 | 11 332 560 | 11 332 560 | 11 332 560 |

Nota 14.3. Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as variações das rubricas de capital são as seguintes:

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PROPRIO**

| | Capital social | Reserva legal | Reservas Livres | Resultados transitados | Resultado líquido do exercício | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 | 11 332 560 | 172 977 | 2 167 386 | 0 | 738 996 | 14 411 919 |
| Realização de Capital | 0 | 0 | | 0 | 0 | 0 |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023 | 0 | 36 950 | 702 047 | 0 | (738 996) | 0 |
| Aplicação dos Resultados transitados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Distribuição de Dividendos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultado líquido do período | 0 | 0 | 0 | 0 | 766 572 | 766 572 |
| SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 | 11 332 560 | 209 927 | 2 869 432 | 0 | 766 572 | 15 178 491 |

Nota 14.4. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o resultado líquido por ação é o seguinte:

**RESULTADO POR AÇÃO**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Resultado Líquido | 766 572 | 738 996 |
| Número médio de ações (5,00 Eur/cada) | 2 266 512 | 2 266 512 |
| **Resultado por Ação** | 0,34 | 0,33 |

Nota 14.5 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

**RESERVAS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Reservas legais | 209 927 | 172 977 |
| Reservas livres | 2 869 432 | 2 167 386 |
| TOTAL | 3 079 359 | 2 340 363 |

Nota 15. Provisões e Passivos Contigentes

Nota 15.1. Políticas contabilísticas

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AgdA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AgdA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Nota 15.2. Estimativas e julgamentos

A AgdA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AgdA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Nota 15.3. Detalhe e movimento

O detalhe das provisões em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

**DETALHE E MOVIMENTO DE PROVISÕES**

| | 31.12.2023 | Reclassificações | Aumentos | Utilizações | 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Processos judiciais em curso | 0 | 264 086 | 252 714 | (36 000) | 480 800 |
| TOTAL | 0 | 264 086 | 252 714 | (36 000) | 480 800 |

Em 2023 as provisões de processos de contencioso em curso estavam registadas em acréscimos de gastos tendo em 2024 sido efetuada a reclassificação para a rubrica de provisões.

Processos judiciais em curso

A AgdA faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela empresa são as seguintes:

**GARANTIAS BANCÁRIAS**

| | Boa Execução | Autoridade Tributária | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|
| Garantias Bancárias | 183 377 | 3 078 779 | 3 262 156 | 2 965 714 |
| TOTAL | 183 377 | 3 078 779 | 3 262 156 | 2 965 714 |

Nota 16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Nota 16.1. Políticas contabilísticas

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. O reconhecimento destes acréscimos de gastos (amortizações) permite uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual o valor de 252 milhões de euros a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento previsto em Aditamento ao Contrato de Gestão.

O valor desta rubrica corresponde ao valor das amortizações acumuladas de investimento previsto na parceria ainda não realizado à taxa de amortização calculada em cada ano pelo método da soma das unidades de produção.

Nota 16.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe e movimento do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

**ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL**

| | 31.12.2023 | Aumento | Reclassificações | **31.12.2024** |
|---|---|---|---|---|
| Acréscimos de gastos de investimento contratual | 5 636 553 | 1 235 808 | (881 971) | **5 990 390** |
| TOTAL | **5 636 553** | **1 235 808** | **(881 971)** | **5 990 390** |

Nota 17. Subsídios ao Investimento

Nota 17.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Nota 17.2 Detalhe e Movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

**SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO**

| | 31.12.2023 | Pedidos de Pagamento | Integração | Reconhecimento de Proveitos | 31.12.2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Candidaturas - POVT - AA | 15 901 041 | 0 | 0 | 547 935 | **15 353 106** |
| Candidaturas - POVT - AR | 14 248 808 | 0 | 0 | 380 069 | **13 868 739** |
| Candidaturas - POSEUR - AA | 45 672 242 | 268 926 | 0 | 1 621 878 | **44 319 291** |
| Candidaturas - POSEUR - AR | 11 476 371 | 18 033 | 0 | 277 141 | **11 217 263** |
| Candidaturas - COMPETE - AA | 605 048 | 0 | 0 | 11 768 | **593 280** |
| Candidaturas - COMPETE - AR | 2 023 363 | 0 | 0 | 54 992 | **1 968 371** |
| Candidaturas - Outros Subsídios - EDIA | 836 192 | (102 891) | 0 | 25 341 | **707 960** |
| Candidaturas - Outros Subsídios - AA | (2 080 148) | 0 | 0 | 29 037 | **(2 109 185)** |
| Candidaturas - Outros Subsídios - AR | (1 842 662) | 0 | 0 | 477 262 | **(2 319 923)** |
| Subtotal | 86 840 257 | 184 069 | 0 | 3 425 422 | **83 598 904** |
| Rec. da Integração Barragem do Enxoé | 3 869 417 | 0 | 0 | 133 718 | **3 735 699** |
| **TOTAL** | **90 709 674** | **184 069** | **0** | **3 559 140** | **87 334 603** |

Em 2024 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POSEUR e COMPETE. Pelo direito ao subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente às unidades produzidas no exercício comparativamente com a soma das unidades de produção previstas até ao final da parceria.

Assim, em 2024 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 184 mil euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 3,425 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio. Encontra-se por reconhecer em rendimentos relativos a subsídios o montante de 83,599 milhões de euros.

Pela assinatura do contrato de captação na barragem do Enxoé, uma vez que a AgdA é o único utilizador da albufeira, conforme definido no contrato, em 2021 foi efetuada a integração em ativo do valor estimado pela barragem. Como contrapartida foi constituído um passivo de igual valor que será reconhecido em rendimento na mesma proporção da amortização uma vez que não será feito qualquer pagamento pela respetiva utilização. Desta forma, em 2024 foi reconhecido um rendimento de 134 mil euros, permanecendo por reconhecer o valor de 3,736 milhões de euros que se equiparará ao valor do ativo líquido.

## Nota 18. Empréstimos

### Nota 18.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Fornecedores e Outros passivos não correntes" e "Fornecedores". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AgdA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

- Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e acionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AgdA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

### Nota 18.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe dos empréstimos obtidos é o seguinte:

**EMPRÉSTIMOS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Empréstimos bancários BEI | 39 354 839 | 40 000 000 |
| Empréstimos - Empresa-mãe | 23 886 364 | 26 590 909 |
| Empréstimos Não correntes | 63 241 202 | 66 590 909 |
| Empréstimos bancários BEI | 645 161 | 0 |
| Empréstimos - Empresa-mãe | 454 545 | 454 545 |
| Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar | 436 351 | 459 270 |
| Empréstimos Correntes | 1 536 058 | 913 815 |
| TOTAL | 64 777 260 | 67 504 725 |

- Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é o seguinte:

## EMPRÉSTIMOS

| | 31.12.2024 | | | 31.12.2023 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Não corrente | Corrente | Total | Não corrente | Corrente | Total |
| Saldo inicial | 66 590 910 | 913 815 | **67 504 725** | 57 045 455 | 1 189 752 | 58 235 207 |
| Reclassificação de não corrente para corrente | (1 099 707) | 1 099 707 | **0** | (454 545) | 454 545 | 0 |
| Obtenção de empréstimos | 2 000 000 | 0 | **2 000 000** | 11 000 000 | 0 | 11 000 000 |
| Reembolso de capital de empréstimos | (4 250 000) | (454 545) | **(4 704 545)** | (1 000 000) | (754 545) | (1 754 545) |
| Variação nos descobertos bancários | 0 | 0 | **0** | 0 | 0 | 0 |
| Variação na especialização de juros nominais | 0 | (22 919) | **(22 919)** | 0 | 24 063 | 24 063 |
| Saldo final | 63 241 203 | 1 536 058 | **64 777 260** | 66 590 910 | 913 815 | 67 504 725 |

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor ou alterações.

- Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 tem o seguinte detalhe:

## MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Até 1 ano | **1 536 058** | 913 815 |
| De 1 a 2 anos | **24 494 868** | 26 099 707 |
| De 2 a 3 anos | **2 390 029** | 1 744 868 |
| De 3 a 4 anos | **2 807 918** | 2 390 029 |
| De 4 a 5 anos | **2 580 645** | 2 807 918 |
| Superior a 5 anos | **30 967 742** | 33 548 387 |
| TOTAL | **64 777 260** | 67 504 725 |

- Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

## EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Taxa de juro variável | | |
| Até 1 anos | **629 142** | 913 815 |
| De 1 a 2 anos | **23 204 545** | 25 454 545 |
| De 2 a 3 anos | **454 545** | 454 545 |
| Superior a 3 anos | **227 273** | 681 818 |
| Subtotal | **24 515 606** | 27 504 725 |

## EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Taxa de juro fixa | | |
| Até 1 anos | 906 916 | 0 |
| De 1 a 2 anos | 1 290 323 | 645 161 |
| De 2 a 3 anos | 1 935 484 | 1 290 323 |
| Superior a 3 anos | 36 129 032 | 38 064 516 |
| Subtotal | 40 261 754 | 40 000 000 |
| TOTAL | 64 777 260 | 67 504 725 |

- Empréstimos contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

## LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS NÃO UTILIZADAS

| | 31.12.2023 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Expira num ano (taxa variável) | 9 000 000 | 9 000 000 |
| Expira para lá de 1 ano (taxa variável) | 12 250 000 | 10 000 000 |
| TOTAL | 21 250 000 | 19 000 000 |

- Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os empréstimos contratados por tipo de aval são os seguintes:

## LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL

| Entidade | Tipo de Financiamento | Valor | Garantia/Aval |
|---|---|---|---|
| Caixa Geral de Depósitos | Descoberto Bancários | 2 000 000 | Aval AdP |
| Millennium BCP | Descoberto Bancários | 2 000 000 | Aval AdP |
| BEI | Financiamento MLP | 40 000 000 | Aval AdP |
| TOTAL | | 44 000 000 | |

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA tem vindo a financiar-se essencialmente com financiamento BEI, uma última tranche recebida em dezembro de 2022, no valor de 20 milhões de euros, com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo igualmente contratadas com a AdP SGPS e banca comercial através de contratos grupados. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Referir ainda que são mantidas algumas linhas contratadas, nomeadamente com a Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português que, apesar de não se encontrarem utilizados a 31 de dezembro de 2024, permitem uma gestão corrente da empresa. De referir ainda que a AgdA minimiza as disponibilidades financeiras com a amortizações das contas correntes de curto prazo.

## Nota 19. Fornecedores e outros passivos

### Nota 19.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AgdA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Nota 19.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o seguinte:

**FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Fornecedores e outros passivos não Correntes | | |
| Fornecedores de investimentos (Retribuição Património) | 0 | 726 313 |
| Total em Fornecedores e outros passivos Não Correntes | 0 | 726 313 |
| Fornecedores e outros passivos Correntes | | |
| Fornecedores gerais | 1 248 409 | 1 479 868 |
| Fornecedores do Grupo | 138 224 | 1 106 922 |
| Fornecedores de faturas em receção e conferência | 1 050 876 | 1 032 557 |
| Fornecedores de investimentos | 1 776 469 | 1 755 663 |
| Acréscimos Gastos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1) | 698 587 | 563 438 |
| Pessoal - Out Oper. c/Pessoal-Desc. Judiciais | 0 | 176 |
| Sindicatos | 122 | 166 |
| Credores Acréscimos Gastos-Seguros | 0 | 5 936 |
| Acréscimos Gastos-Eletricidade | 339 760 | 324 450 |
| Acréscimos Gastos-Outros | 3 220 568 | 2 598 427 |
| Outras Regularizações - Locação | 5 026 | 6 367 |
| Outros Credores Diversos | 30 449 | 814 357 |
| Total em Fornecedores e outros passivos Correntes | 8 508 490 | 9 688 327 |
| TOTAL | 8 508 490 | 10 414 640 |

A rúbrica de outros acréscimos de gastos diz respeito ao reconhecimento de gastos incorridos com a atividade até 31.12.2024 que ainda não foram faturados pelas respetivas entidades, prevendo-se que venha a ocorrer durante 2025. Neste contexto, assume maior expressão de necessidade de detalhe o valor registado em Acréscimos Gastos-Outros que diz respeito à comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo, aos serviços partilhados e não faturados por empresas do Grupo AdP e ainda em outros, respetivamente com os seguintes montantes: 1,645 M€, 1,145 M€ e 0,431 M€.

Nota 20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

| Rúbrica | Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado | Ativos / Passivos financeiros ao justo valor | Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2024 | Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado | Ativos / Passivos financeiros ao justo valor | Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Clientes Não Correntes | 165 304 | 0 | **165 304** | 303 708 | 0 | 303 708 |
| Clientes Correntes | 7 160 718 | | **7 160 718** | 6 237 730 | 0 | 6 237 730 |
| Outros ativos correntes | 4 541 339 | 0 | **4 541 339** | 11 369 198 | 0 | 11 369 198 |
| Caixa e seus equivalentes | 1 075 700 | 0 | **1 075 700** | 761 820 | 0 | 761 820 |
| TOTAL DO ATIVO | 12 943 061 | 0 | **12 943 061** | 18 672 456 | 0 | 18 672 456 |
| Empréstimos Não Correntes | 63 241 202 | 0 | **63 241 202** | 66 590 909 | 0 | 66 590 909 |
| Empréstimos Correntes | 1 536 058 | 0 | **1 536 058** | 913 815 | 0 | 913 815 |
| Fornecedores Não Correntes | 0 | 0 | **0** | 726 313 | 0 | 726 313 |
| Fornecedores Correntes | 8 508 490 | 0 | **8 508 490** | 9 952 413 | 0 | 9 952 413 |
| TOTAL DO PASSIVO | 73 285 750 | 0 | **73 285 750** | 78 183 450 | 0 | 78 183 450 |

Nota 21. Rédito de contratos com clientes

Nota 21.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AgdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AgdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AgdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido de acordo com o seguinte:

- Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base nos volumes recolhidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

- Venda de bens

O rédito é reconhecido com base nos volumes fornecidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

- Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

- Desvios de recuperação de gastos

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.5.

Nota 21.2. Detalhe e movimento

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta o seguinte detalhe:

## VOLUME DE NEGÓCIOS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Vendas | **16 071 431** | 14 049 670 |
| Prestações de Serviços | **7 824 442** | 6 105 836 |
| Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | **6 684 620** | 14 532 808 |
| Desvios de recuperação de Gastos (Défice) | **666 810** | 2 648 305 |
| TOTAL | **31 247 302** | 37 336 619 |

Em 2024 verificou-se um aumento de 14,4% do valor registado em vendas justificado pela atualização das tarifas, em julho de 2024, uma vez que a atualização desta pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) se cifrou em 26,7832%.

No que respeita a prestação de serviços, verificou-se um aumento do valor registado em 28,1%, justificado pela alteração do cálculo de volumes na sequência da alteração deliberação da Comissão de Parceria, passando estes a representar 64% dos volumes fornecidos em abastecimento para a mesma população e ainda à atualização da fórmula de calculo de volumes de saneamento e ainda à atualização da tarifa pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) se cifrou em 26,7832%.

Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2024 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2024 a empresa gerou um défice tarifário de 0,667 milhões de euros parcialmente justificado pelo reforço nas componentes de manutenção preventiva, representando um aumento em FSE, pelo reconhecimento de uma provisão de encargos por processos de contencioso, no valor de 253 mil euros, correspondendo o remanescente ao facto de se considerar que os caudais de saneamento faturados ainda estão abaixo dos efetivamente tratados, pelo que haverá necessidade de aumentar os volumes faturados em 2025. Referir que relativamente a esta matéria, por deliberação da Comissão de Parceria, em 2024 os volumes de saneamento corresponderam a 64% dos volumes fornecidos em "Alta" à mesma população abrangida, em vez dos anteriores 54%, porém, estima-se que os volumes tratados correspondam a 72% dos volumes de água fornecidos para a mesma população.

É convicção da Administração da AgdA que o Desvio de Recuperação de Gastos expresso nas demonstrações financeiras é a melhor estimativa na presente data e que será aprovado pela Comissão de Parceria em 2025.

O rédito de serviços de construção diz respeito ao serviço prestado aos parceiros pela conceção e construção de infraestruturas encontrando-se plasmado na análise a plena fase de investimento em que a AgdA se encontra tendo executado em 2024 o montante de 6,685 milhões de euros. O referido montante é anulado na Demonstração de Resultados na rubrica de gastos de construção em ativos concessionados, conforme se poderá observar na nota 2.4.6.

- Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

## VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPO DE CLIENTE

| | Empresa Mãe | Associadas | Municípios | Total |
|---|---|---|---|---|
| Vendas | 0 | 299 537 | 15 771 895 | **16 071 432** |
| Prestações de Serviços | 0 | | 7 824 442 | **7 824 442** |
| Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | 0 | | 6 684 620 | **6 684 620** |
| Desvios de recuperação de Gastos | 0 | | 666 810 | **666 810** |
| **TOTAL** | **0** | **299 537** | **30 947 765** | **31 247 302** |

- Vendas e prestações de serviços por mercado

## VOLUME DE NEGÓCIOS POR MERCADO

| | Nacional | Internacional | Total |
|---|---|---|---|
| Vendas | 16 071 431 | 0 | **16 071 431** |
| Prestações de Serviços | 7 824 442 | 0 | **7 824 442** |
| Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | 6 684 620 | 0 | **6 684 620** |
| Desvios de recuperação de Gastos | 666 810 | 0 | **666 810** |
| **TOTAL** | **31 247 302** | **0** | **31 247 302** |

- Vendas e prestações de serviços por área de negócios

## VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

| | Fornecimento de Água | Saneamento | Serviços | Desvios de Recuperação de Gastos | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Vendas | 16 071 431 | 0 | 0 | 0 | **16 071 431** |
| Prestações de Serviços | 0 | 7 824 442 | 0 | 0 | **7 824 442** |
| Rend. construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | 0 | 0 | 6 684 620 | 0 | **6 684 620** |
| Desvios de recuperação de Gastos | 0 | 0 | 0 | 666 810 | **666 810** |
| TOTAL | 16 071 431 | 7 824 442 | 6 684 620 | 666 810 | **31 247 302** |

Nota 22. Gastos das vendas / variação de inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

## GASTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Matérias-primas (Aquisição de Água bruta) | **738 802** | 624 676 |
| Matérias Subsidiárias (Reagentes) | **690 189** | 619 899 |
| Subtotal | **1 428 991** | 1 244 574 |
| Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) | **6 684 620** | 14 532 808 |
| Subtotal | **6 684 620** | 14 532 808 |
| TOTAL | **8 113 611** | 15 777 383 |

Os gastos com vendas compreendem o custo suportado com a aquisição de água bruta e matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo para garantia de qualidade de água para consumo humano e tratamento de água residual para rejeição no meio efluente.

Relativamente ao valor registado em Gastos de Construção, corresponde ao valor do investimento efetuado pela empresa, destacando-se as empreitadas de Reforço de Adução a Beja, ETAR de Cuba, Sistema Intercetor de Ermidas e ETAR e Sistema Intercetor do Ciborro.

Nota 23. Fornecimentos e serviços externos

Nota 23.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 23.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

**FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Subcontratos | 1 371 554 | 1 721 803 |
| Trabalhos Especializados | 4 166 828 | 3 316 083 |
| Materiais | 100 486 | 41 068 |
| Energia e Fluidos | 4 007 694 | 4 237 750 |
| Deslocações, Estadas e Transportes | 131 515 | 181 814 |
| Serviços Diversos | 916 900 | 881 642 |
| Fee 's de Gestão | 537 662 | 453 499 |
| Sub Total FSE | 11 232 639 | 10 833 659 |
| FSE's capitalizados | (6 534) | (110 112) |
| TOTAL | 11 226 105 | 10 723 547 |

Os gastos com FSE evoluíram em 2024 justificado pelo reforço de atividades de manutenção para garantia de funcionalidade de infraestruturas. Alinhando com o esperado, na prossecução da estratégia de internalização da atividade de saneamento, os gastos com subcontratos reduziu pelo termino de contrato no início de novembro de 2024, passando os gastos a serem registados em Pessoal através da contratação dos trabalhadores previstos em PAO 2024. Também em sinal negativo, verificamos que o Gasto com Energia ficou abaixo dos valores de 2023 justificado pela otimização de processos operacionais associados à operação de infraestruturas mas também pela redução do custo de aquisição de energia.

Nota 24. Gastos com pessoal

Nota 24.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

**GASTOS COM PESSOAL**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Remunerações Órgãos Sociais | 277 172 | 178 581 |
| Remunerações Pessoal | 3 824 490 | 3 403 324 |
| Indemnizações | 698 | (1 899) |
| Pensões | 5 866 | 2 366 |
| Encargos sociais sobre remunerações | 900 708 | 797 379 |
| Gastos de Ação Social | 18 836 | 21 403 |
| Outros custos com pessoal | 463 318 | 355 258 |
| Sub-total | 5 491 088 | 4 756 411 |
| Capitalização custos c/ Pessoal | (332 214) | (301 853) |
| TOTAL | 5 158 875 | 4 454 558 |

Nota 24.2.Variação do Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o quadro de pessoal tem a seguinte composição:

**QUADRO DE PESSOAL**

| Número médio de colaboradores durante o período | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Órgãos sociais | 9 | 9 |
| Trabalhadores efetivos e outros | 169 | 155 |
| TOTAL | 178 | 164 |
| **Número de colaboradores a 31 de dezembro** | **31.12.2024** | 31.12.2023 |
| Órgãos sociais | 9 | 9 |
| Trabalhadores efetivos e outros | 202 | 155 |
| **TOTAL** | **211** | **164** |

A rúbrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento do número médio de trabalhadores em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamento (PAO) de 2023e 2024.

Comparativamente com o exercício de 2023, é ainda observado um aumento do encargo relativo às medidas de progressão previstas em Acordo Coletivo de Trabalho, e ainda das valorizações previstas no compromisso de valorização dos trabalhadores do grupo AdP com a valorização de 3%, e com o valor mínimo de 53 euros.

De referir que apesar de a AgdA substituir os trabalhadores que saem da empresa por dispor dos Planos de Atividades e Orçamento aprovados, em 2023 e 2024 ficaram por substituir/contratar 7 trabalhadores, situação que se prevê ser regularizada no início de 2025.

Nota 25. Provisões

Nota 25.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos com provisões tem o seguinte detalhe:

**PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCICIO**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Processos judiciais em curso | (252 714) | (264 086) |
| TOTAL | (252 714) | (264 086) |

À semelhança do ano anterior foram reforçadas as provisões relacionadas com processos de contencioso em curso uma vez que houve um agravamento do número de processos de contraordenação ambiental, conforme nota 35.2, havendo também uma maior probabilidade de a empresa vir a ser condenada em alguns desses processos.

Nota 26. Amortizações e depreciações do exercício

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as amortizações e depreciações do exercício têm o seguinte detalhe:

**DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Amortizações de ativos intangíveis | 6 034 850 | 6 068 735 |
| Amortizações de ativos sob direito de uso | 132 177 | 153 114 |
| Acréscimos de custos do investimento contratual | 1 235 808 | 1 716 510 |
| **TOTAL** | **7 402 835** | **7 938 359** |

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o peso da soma das unidades produzidas nas unidades previstas em EVEF.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento previsto em aditamento ao contrato de gestão acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 120,627 milhões de euros a uma taxa de depleção de 3,4558%, e um investimento total líquido de saneamento de 86,358 milhões de euros a uma taxa de amortização de 2,6589%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 429.789 euros e 242.365 euros.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com a variação de caudal verificado em 2024 nas atividades de abastecimento e saneamento.

Foram ainda registadas as amortizações dos ativos sob o direito de uso, conforme previsto na IFRS 16, no valor de 132 mil euros. Conforme anteriormente referido, pela integração da barragem do Enxoé, foram reconhecidas em amortizações o valor de 133,718 mil euros que são anulados pelo reconhecimento do rendimento de igual valor em subsídios ao investimento.

Nota 27 Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os subsídios ao investimento do exercício têm o seguinte detalhe:

**RECONHECIMENTO DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Recebimento do Subsídio da Candidatura POVT - AA | 547 935 | 548 513 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura POVT - AR | 380 069 | 444 908 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura POSEUR - AA | 1 616 373 | 1 617 784 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura POSEUR - AR | 788 944 | 923 537 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura COMPETE - AA | 11 768 | 22 098 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura COMPETE - AR | 54 992 | 54 451 |
| Recebimento do Subsídio da Candidatura Outros Subsídios (EDIA) | 25 341 | 28 927 |
| Subtotal de Subsídios ao Investimento | 3 425 422 | 3 640 218 |
| Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoé | 133 718 | 133 859 |
| Subtotal | 133 718 | 133 859 |
| TOTAL | 3 559 140 | 3 774 077 |

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito dos contratos com o POVT e no que diz respeito ao POSEUR, foi considera a taxa de comparticipação comunitária contratualizada. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi considerada a taxa de média de comparticipação prevista em EVEF, ou seja, 70% com o limite máximo de subsídio previsto em EVEF em vigor.

Nota 28. Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

**OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Impostos | 75 826 | 81 040 |
| Multas e Penalidades | 250 | 1 454 |
| Donativos | 0 | 1 700 |
| Quotizações | 6 280 | 6 280 |
| Indemnizações | 1 134 | 3 405 |
| Correções de Exercícios Anteriores | 0 | 152 |
| Garantias | 22 821 | 27 284 |
| Perdas Locações Antecipadas | 0 | 38 846 |
| Teletrabalho | 1 450 | 6 143 |
| Outros gastos operacionais | 39 | 107 |
| **TOTAL** | **107 800** | **166 411** |

Nota 29. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

**OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Rendimentos suplementares (Saneamento) | 418 272 | 306 024 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 5 999 | 88 953 |
| **TOTAL** | **424 272** | **394 977** |

Conforme referido na nota 21, a AgdA assume a responsabilidade pela atividade de saneamento em substituição dos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, uma vez que nestas infraestruturas não é aplicada a tarifa do respetivo serviço, são debitados aos municípios, sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos Operacionais pela atividade de saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 418.272 euros.

Nota 30. Gastos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

**GASTOS FINANCEIROS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Juros suportados | 2 445 430 | 1 874 705 |
| Juros Locação Financeira (Património) | 22 805 | 33 923 |
| Juros Locação Financeira (Outros) | 7 472 | 7 600 |
| Comissões bancárias | 163 958 | 163 739 |
| Outros gastos financeiros | 2 013 | 2 537 |
| | 2 641 678 | 2 082 505 |
| Gastos financeiros capitalizados | (480 697) | (473 471) |
| **TOTAL** | **2 160 982** | **1 609 034** |

- Taxa média de financiamento

Em 2024 os gastos financeiros suportados aumentaram comparativamente com períodos homólogos justificado pelo aumento da média de endividamento ao longos dos meses bem como do aumento das taxas de financiamento. Importa referir que o contexto Geopolítico levou a um aumento significativo das taxas de referência, nomeadamente a Euribor, resultando num aumento significativo da taxa média de financiamento comparativamente com períodos homólogos, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

**TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO**

| Anos | 2024 | 2023 | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|
| Encargos Financeiros (€) | 2 160 982 | 1 609 034 | 883 270 | 705 347 | 887 979 |
| Taxa Média de Financiamento (%) | 3,37% | 2,96% | 1,55% | 1,30% | 1,60% |

Contribui para este aumento a contratualização junto do BEI, em dezembro de 2022, de mais 20M€ em substituição de linhas de apoio de tesouraria da AdP que permitiram a estabilização de uma taxa de juro fixa para os próximos 25 anos a 3,251%

Sem prejuízo do acima referido, no 2º semestre de 2024 as taxas de referência, Euribor, têm começado a baixar, situação que permitirá para 2025 uma redução comparativamente com 2024.

A AgdA reconhece ainda em juros a atualização financeira da divida de capital pela retribuição aos municípios das infraestruturas integradas no SPPIAALENTEJO e o reconhecimento de locações financeiras relativas a viaturas e licenciamento Microsoft.

Nota 31. Rendimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

**RENDIMENTOS FINANCEIROS**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Juros de Mora | 236 341 | 288 471 |
| Juros Financeiros de Acordos de Pagamento | 17 971 | 16 154 |
| Outros Juros | 16 684 | 37 193 |
| TOTAL | 270 997 | 341 817 |

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pela mora de pagamento de clientes após os 60 dias da emissão das faturas.

É ainda de destacar o reconhecimento de juros financeiros pelo financiamento à EDIA para a comparticipação da construção da ETA da Magra conforme protocolo estabelecido entre as entidades.

Nota 32. Imposto sobre o rendimento

Nota 32.1. Políticas contabilísticas

- Imposto sobre o rendimento

A AgdA, enquanto entidade com sede em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,35% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AgdA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AgdA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

- Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 32.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

**IMPOSTO DO EXERCICIO - IMPOSTO CORRENTE**

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Estimativa de imposto a pagar | 151 716 | 49 263 |
| Pagamento Adicional por Conta | 0 | (43 239) |
| Pagamento por Conta | 0 | (314 516) |
| Retenção de Capitais | 0 | 0 |
| **Passivo - Total do Imposto a Pagar** | **151 716** | **0** |
| Ativo - Total do Imposto a Receber ano n | 0 | 0 |
| Ativo - Total do Imposto a Receber ano n-1 | 0 | (308 492) |
| **TOTAL** | **151 716** | **(308 492)** |

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

## RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Resultado antes de Imposto | 1 078 789 | 914 114 |
| A acrescer | | |
| Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente | 3 095 041 | 2 421 542 |
| Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações | 250 | 265 540 |
| Indemnizações por eventos seguráveis | 1 134 | 3 405 |
| Insuficiência de estimativas de imposto | 0 | 152 |
| Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit) | 0 | 0 |
| A acrescer | 4 175 214 | 2 690 639 |
| A deduzir | | |
| Proveitos de reconhecimento de subsídios não aceites fiscalmente | 1 806 721 | 1 532 388 |
| Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Défice tarifário) | 666 810 | 2 648 305 |
| Benefícios fiscais | 473 118 | 696 991 |
| A deduzir | 2 946 648 | 4 877 684 |
| Lucro Tributável do ano n | 1 228 565 | 0 |
| Prejuízos do ano n | 0 | (1 272 931) |
| Dedução de prejuízos fiscais anos anteriores | (798 567) | 0 |
| Matéria Coletável | 429 998 | (1 272 931) |
| Imposto à taxa de 21% | 90 300 | 0 |
| Derrama à taxa de 1,35% | 16 586 | 0 |
| Tributação Autónoma | 44 831 | 49 263 |
| Pagamento por Conta | 0 | (357 755) |
| Passivo - Total do Imposto a Pagar | 151 716 | - |
| Ativo - Total do Imposto a Receber | 0 | (308 492) |
| Imposto do exercício | (151 716) | (49 263) |
| Imposto diferido | (160 501) | (125 855) |
| Total de Imposto | (312 217) | (175 117) |
| Taxa efetiva de imposto | 28,94% | 19,16% |

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e o movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é a seguinte:

## IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

| | Saldo Inicial | Correções por alteração de Taxa | Dotação | Utilização | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de IRC | 21% | 1% | 20% | 21% | 20% |
| Taxa de Derrama | 1,35% | 0% | 1,35% | 1,35% | 1,35% |
| Ativos por Impostos Diferidos | | | | | |
| Prejuízos | 1 272 931 | 0 | 0 | (798 567) | 474 364 |
| Amortizações não aceites /investimento contratual não realizado | 22 605 846 | 0 | 2 716 878 | 0 | 25 322 724 |
| Base de incidência | 20 974 537 | 0 | 2 716 878 | (798 567) | 23 878 778 |
| IRC | 5 014 543 | (226 058) | 543 376 | (167 699) | 5 164 161 |
| Derrama | 305 179 | 0 | 36 678 | 0 | 341 857 |
| TOTAL | 5 319 722 | (226 058) | 580 054 | (167 699) | 5 506 018 |

## IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

| | Saldo Inicial | Correções por alteração de Taxa | Dotação | Utilização | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de IRC | 21% | 1% | 20% | 20% | **20%** |
| Taxa de Derrama | 1,35% | 0% | 1,35% | 1,35% | **1,35%** |
| Passivos por impostos diferidos | | | | | |
| Amortizações/subsídios - inv. contratual não realizado | 16 272 116 | 0 | 1 806 721 | 0 | **18 078 837** |
| Desvio de Recuperação de Gastos Passivos | 1 858 072 | 0 | 666 810 | 0 | **2 524 882** |
| Base de incidência | 18 130 188 | 0 | 2 473 531 | 0 | **20 603 719** |
| IRC | 3 807 339 | (206 037) | 519 442 | 0 | **4 120 744** |
| Derrama | 244 758 | | 33 392 | 0 | **278 150** |
| **TOTAL** | **4 052 097** | **(206 037)** | **552 834** | **0** | **4 398 894** |

Nota 33. Saldos e transações com partes relacionadas

Nota 33.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as partes relacionadas da AgdA são as seguintes:

- Acionistas (AdP, SGPS, S.A. e AMGAP)
- Empresas do Grupo AdP

Nota 33.2. Saldos e transações com partes relacionadas

## TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

| Entidade | 2024 | | | | 2023 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Ativo | Passivo | Rend. | Gastos | Ativo | Passivo | Rend. | Gastos |
| AdP SGPS, S.A. | 0 | 24 624 961 | 0 | 2 168 637 | 0 | 27 495 866 | 0 | 1 593 075 |
| AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Publicas do Alentejo | 0 | 179 086 | 0 | 179 219 | 0 | (133) | 0 | 151 166 |
| AdP Valor, S.A. | 0 | 144 471 | 0 | 28 653 | 0 | 220 857 | 0 | 37 566 |
| AdP Energias, S.A. | 0 | 16 348 | 0 | 21 190 | 0 | 6 978 | 0 | 24 929 |
| AdA - Águas do Algarve, S.A. | 0 | 35 212 | 0 | 187 862 | 148 | 917 311 | 0 | 455 974 |
| Simarsul, S.A. | 0 | 0 | 0 | (149) | 0 | 0 | 0 | (149) |
| AdSA - Águas de Santo André, S.A. | 5 130 | 894 257 | 0 | 189 619 | 5 130 | 704 787 | 0 | 188 594 |
| Simdouro, S.A. | 0 | 0 | 0 | 297 | 0 | 297 | 0 | 149 |
| Águas da Região de Aveiro, S.A. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 515 | 0 | 4 515 |
| Águas do Centro Litoral, S.A. | 0 | 0 | 0 | (297) | 0 | 0 | 0 | (297) |
| Águas do Tejo Atlântico, S.A. | 0 | 0 | 0 | 149 | 0 | 0 | 0 | 149 |
| Águas do Douro e Paiva, S.A. | 0 | 0 | 0 | 149 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Águas do Norte, S.A. | 0 | 0 | 0 | (743) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Epal, S.A. | 0 | 2 057 | 0 | 1 612 | 0 | 16 297 | 0 | 16 297 |
| AdVT - Águas de Vale do Tejo, S.A. | 30 143 | 62 771 | 299 537 | 0 | 17 096 | 43 625 | 244 661 | 0 |
| Águas do Alto Minho, S.A. | 0 | 0 | 0 | 297 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **35 273** | **25 959 165** | **299 537** | **2 776 492** | **22 374** | **29 410 400** | **244 661** | **2 471 967** |

Nota 34. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 252,541 milhões de euros. Do investimento previsto realizar a 31 de dezembro de 2024 já se encontravam realizados cerca de 197,945 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, a 31 de dezembro de 2024 existiam um conjunto de contratos em vigor, conforme consta do quadro seguinte:

**COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

| Entidade | Data Contrato | Data. Termino | Valor Adjudicado | Valor Utilizado | Designação |
|---|---|---|---|---|---|
| IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA. | 01/07/2024 | 30/06/2025 | 1 653 273 | 1 651 833 | Aquisição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial |
| ENVIMAN MANUTENÇÃO SISTEMAS AMBIENTAIS, LDA | 07/01/2025 | 06/01/2026 | 375 000 | 3 305 | Limpeza e desobstrução em infraestruturas de água e saneamento de águas residuais |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 12/08/2022 | 11/08/2025 | 1 418 715 | 562 842 | Serviços para remoção de lamas de lagoas de ETAR |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 03/08/2023 | 02/08/2025 | 665 041 | 240 951 | Acondicionamento, recolha, transporte e deposição lamas ETAR - Lote 2 |
| QUIMIDEKA - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA | 12/08/2024 | 12/08/2025 | 241 463 | 81 030 | Coagulantes inorgânicos à base de cloreto de alumínio |
| NOS COMUNICAÇÕES, S. A. | 01/09/2024 | 21/02/2027 | 219 025 | 28 445 | Comunicações de voz e dados móveis e voz fixa |
| BP FLEET SOLUTIONS | 01/07/2024 | 30/06/2025 | 303 750 | 118 157 | Fornecimento de combustíveis em postos públicos de abastecimento - B2Mobility |
| AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A. | 15/04/2024 | 14/04/2028 | 208 162 | 113 635 | Implementação de software de Manutenção |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 02/10/2023 | 01/10/2025 | 270 000 | 32 667 | Gestão de resíduos - Lote 1 não perigosos |
| SOVIAL, LDA (AVIS) | 29/03/2023 | 28/03/2025 | 225 000 | 166 295 | Locação de viaturas em regime de rent-a-car (AVIS) |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 22/09/2023 | 22/09/2025 | 91 504 | 45 752 | Limpeza de leitos de secagem - Lote 1 |
| FOLLOWCONNECT - TECNOLOGIAS DE AUTOMAÇÃO E CONTROLO DE SISTEMAS DE ÁGUA, UNIPESSOAL, LDA | 15/11/2023 | 14/11/2025 | 82 800 | 38 399 | Consultoria na área da automação e instrumentação dos projetos |
| PORTAS DE BEJA MINI MERCADO - COMERCIO PRODUTOS ALIMENTARES, LDA | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 16 796 | 15 396 | Fornecimento cabazes de fruta - Sede, ETA Magra, ETAR Beja e ETA Roxo |
| EGEO - TECNOLOGIA E AMBIENTE, S.A. | 10/11/2023 | 09/11/2025 | 25 000 | 12 883 | Gestão de resíduos - Lote 2 perigosos |
| GALP ENERGIA - PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A. | 10/12/2024 | 30/06/2025 | 55 000 | 7 430 | Fornecimento de combustíveis em postos públicos de abastecimento - Petrogal |
| MULTIPESSOAL - SERVIÇOS S.A. | 12/12/2023 | 11/12/2025 | 130 000 | 54 756 | Serviços especializados de recrutamento e seleção |
| MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A. | 10/05/2022 | 10/05/2026 | 31 837 | 15 852 | Circuitos de dados (MPLS) |
| BRENNTAG PORTUGAL - PRODUTOS QUIMICOS, LDA | 01/02/2024 | 01/02/2025 | 160 987 | 160 883 | Hipoclorito de Sódio a 13% |
| AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A. | 03/12/2023 | 02/12/2026 | 15 798 | 10 532 | Manutenção do software de base e módulos aplicacionais da solução GfinterAqua |
| NESTLÉ PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA | 18/07/2022 | 18/07/2025 | 43 488 | 21 080 | Fornecimento de café, açúcar, colheres e copos, com disponibilização de máquina de café |
| MARIA ANTONIA MACHADO BIKER DA COSTA MACHADO DA SILVA | 11/02/2013 | 09/02/2025 | 2 740 | 2 740 | Arrendamento do arquivo 26 |
| PAIXÃO MESTRE BARBOSA - FRUTAS, LDA | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 3 770 | 3 288 | Fornecimento cabazes de fruta - ETA Enxoé |
| ANTÓNIO ENCARNAÇÃO SILVESTRE | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 3 770 | 3 188 | Fornecimento cabazes de fruta - ETA Monte da Rocha |
| ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. | 03/01/2024 | 02/03/2025 | 190 199 | 180 213 | Análises água consumo humano PCQA+PCO |
| JOÃO MANUEL FELÍCIO UNIPESSOAL, LDA | 24/01/2024 | 23/01/2026 | 267 000 | 128 184 | Manutenção corretiva e preventiva de condutas e orgãos (reparação da roturs, homem-máquina, equipamentos de reparação, transporte de materiais, reposição da vala e sinalização) - Lote 3 |

## COMPROMISSOS ASSUMIDOS

| Entidade | Data Contrato | Data. Termino | Valor Adjudicado | Valor Utilizado | Designação |
|---|---|---|---|---|---|
| FÁBIO DANIEL LUCIO DAVID | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 3 250 | 3 211 | Fornecimento cabazes de fruta - ETA Alvito |
| PAULO SILVA CARNEIRO UNIP. LDA | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 2 600 | 2 415 | Fornecimento cabazes de fruta - ETA Almograve |
| MINI MERCADO ALMODÔVAR, LDA | 24/10/2022 | 15/01/2025 | 2 600 | 2 158 | Fornecimento cabazes de fruta - ETA Cavaleiro |
| RNM - PRODUTOS QUÍMICOS, S.A. | 26/02/2024 | 26/02/2025 | 2 949 | 1 523 | Hidróxido de cálcio (AdP) |
| MARIA ANTONIA MACHADO BIKER DA COSTA MACHADO DA SILVA | 01/04/2013 | 30/03/2025 | 1 822 | 1 518 | Arrendamento do arquivo 27 |
| DETAILNUMBERS COPIERS, S.A. | 04/01/2021 | 03/01/2026 | 25 000 | 20 209 | Serviços de impressão |
| MOINHOS ÁGUA E AMBIENTE, LDA | 09/05/2022 | 08/05/2025 | 132 020 | 63 813 | Serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de tratamento com ozono - Wedecco |
| MÓNICA LÚCIA DA CRUZ GOMES | 09/05/2023 | 15/01/2025 | 2 282 | 2 275 | Fornecimento cabazes de fruta - Grândola |
| AdP VALOR, S.A. | 09/03/2022 | 09/03/2025 | 93 960 | 55 531 | Técnico responsável pela exploração de barragens e assessoria - AdP |
| ACÇÃO CONTÍNUA - SAÚDE E PREVENÇÃO | 07/02/2024 | 06/02/2025 | 19 200 | 19 200 | Serviços de medicina no trabalho |
| LNEC-LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL, I.P. | 07/12/2022 | 06/12/2025 | 8 400 | 5 600 | Serviços de calibração de caudalímetros portáteis |
| GESTÃO DE ÁGUAS, LDA | 27/05/2022 | 26/05/2025 | 18 396 | 10 402 | Serviços de desodorização da ETAR de Aljustrel - Bairro Azul |
| CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA | 10/08/2022 | 09/08/2025 | 9 921 | 5 787 | Serviços para controlo de pragas - Lote 4 |
| CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA | 10/08/2022 | 09/08/2025 | 12 789 | 4 058 | Serviços para controlo de pragas - Lote 2 |
| CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA | 28/03/2023 | 10/08/2025 | 5 000 | 920 | Serviços para controlo de pragas - Lote 2 - Adicional |
| AdP ENERGIAS | 22/02/2024 | 28/02/2025 | 30 542 | 30 542 | Apoio técnico especializado na área energética da AgdA (AdP Energias) |
| AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA | 27/12/2023 | 07/01/2025 | 349 555 | 332 161 | Colheitas águas consumo humano + Colheitas e Análises AR e Naturais |
| MDS | 06/09/2024 | 06/09/2025 | 916 | 916 | Contratação de seguro automóvel |
| VILABO - VIDROS DE LABORATÓRIO, Lda | 07/02/2022 | 06/02/2025 | 2 307 | 2 302 | Material plástico, vidros e filtros para análise de águas pelas empresas do Grupo AdP (VILABO - material vidro graduado) |
| C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA | 29/10/2022 | 03/01/2025 | 22 264 | 21 692 | Serviços de operação e manutenção SAR - Lote 3 - Adicional - ETAR A do Pinto |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 09/03/2023 | 08/03/2026 | 647 856 | 401 267 | Acondicionamento, recolha, transporte e deposição lamas ETAR - Lote 1 |
| LUSO - ROUX AVALIAÇÕES, LDA | 23/08/2022 | 08/09/2025 | 299 750 | 26 750 | Serviços de expropriação e servidão |
| ALFA LAVAL PORTUGAL, LDA | 27/06/2024 | 26/06/2025 | 131 000 | 52 507 | Serviços de manutenção de centrífugas - Lote 1 |
| EASYPOINT, LDA | 20/05/2024 | 19/05/2025 | 40 000 | 3 819 | Serviços de manutenção de centrífugas - Lote 2 |
| SETCONTROL - PROJECTO E CONTROL INDUSTRIAL, LDA | 29/06/2022 | 30/06/2025 | 76 000 | 45 881 | Manutenção e verificação de caudalímetros eletromagnéticos e fornecimento de acessórios e material elétrico Lote 2 - Krohne |
| ANTICIMEX PORTUGAL, LDA | 20/09/2022 | 19/09/2025 | 13 500 | 10 125 | Serviços para controlo de pragas - Lote 1 |
| ANTICIMEX PORTUGAL, LDA | 11/04/2023 | 19/09/2025 | 6 270 | 2 458 | Serviços para controlo de pragas - Lote 1 - Adicional |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 01/08/2024 | 31/07/2025 | 1 285 000 | 199 238 | Acondicionamento, recolha, transporte e deposição de lamas de ETA, areias e gradados de ETAR do SPPIAA |
| ENVIESTUDOS, S.A. | 07/10/2024 | 07/10/2025 | 79 200 | 17 600 | Serviços externos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho |
| INOUT - AUTOMAÇÃO E CONTROLO LDA | 04/11/2024 | 03/11/2025 | 33 000 | 2 799 | Serviços de automação, instrumentação e comunicação (assistência técnica especializada na área de automação) |
| HIDRALMIANA, LDA | 06/01/2025 | 05/01/2026 | 78 000 | 4 846 | Consumíveis manutenção |
| ROLEAR - AUTOMATIZAÇÃO, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, S.A. | 08/10/2024 | 07/10/2025 | 37 100 | 8 562 | Aquisição de material elétrico diverso - Lote 1 |
| ROLEAR - AUTOMATIZAÇÃO, ESTUDOS E REPRESENTAÇÕES, S.A. | 08/10/2024 | 07/10/2025 | 35 100 | 5 433 | Aquisição de material elétrico diverso - Lote 2 (variadores, arrancadores e controladores) |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 21/09/2023 | 21/09/2025 | 81 628 | 40 814 | Limpeza de leitos de secagem - Lote 4 |
| BORREGO ENGENHARIA, LDA | 18/11/2024 | 17/11/2026 | 20 640 | 0 | Serviços de Técnicos Responsáveis pelas instalações elétricas - Lote 3 |
| APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO | 16/10/2024 | 17/04/2027 | 21 117 | 11 035 | Serviços para renovação da Certificação dos Sistemas de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança e auditorias de acompanhamento |
| A2O - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA | 07/04/2021 | 06/04/2026 | 157 465 | 120 335 | NAVIA - Plataforma de suporte operacional |
| REDECOR - REVESTIM. DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, S.A. | 23/02/2024 | 22/02/2026 | 47 122 | 19 911 | Serviços de limpeza e desinfeção de reservatórios / higienização de reservatórios - Lote 4 |
| BHB - SISTEMAS DE CONTROLO E MEDIDA, LDA | 29/06/2022 | 30/06/2025 | 63 000 | 26 442 | Manutenção e verificação de caudalímetros eletromagnéticos e fornecimento de acessórios e material elétrico Lote 1 - ABB |
| LINHA D ÁGUA - ENGENHARIA E TÉCNICAS DO AMBIENTE, LDA | 24/07/2023 | 23/07/2025 | 62 928 | 29 766 | Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de desinfeção por ultravioleta das ETAR |
| ENDRESS+HAUSER PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA | 29/06/2022 | 30/06/2025 | 66 000 | 27 861 | Manutenção e verificação de caudalímetros eletromagnéticos e fornecimento de acessórios e material elétrico Lote 3 - Endress+Hauser |

## COMPROMISSOS ASSUMIDOS

| Entidade | Data Contrato | Data. Termino | Valor Adjudicado | Valor Utilizado | Designação |
|---|---|---|---|---|---|
| SIA - SOCIEDADE DE INOVAÇÃO AMBIENTAL, LDA | 22/09/2023 | 22/09/2025 | 12 200 | 12 200 | Base de dados para identificação dos requisitos legais e conformidade legal |
| CONTIMETRA INSTALAÇÕES MECÂNICAS, LDA | 03/04/2023 | 02/04/2026 | 36 760 | 15 280 | Campanha de medição de caudal de saneamento |
| MANUSYSTEMS | 16/03/2023 | 15/03/2025 | 55 300 | 6 790 | Serviços de limpeza e desinfeção de reservatórios / higienização de reservatórios - Lote 1 |
| SPAST – SOCIEDADE PORTUGUESA DE ALUGUER E SERVIÇO DE TÊSTEIS, S.A. | 28/07/2022 | 27/07/2025 | 3 365 | 2 413 | Serviços para controlo de pragas - Lote 3 |
| ALBOMBAS - SOCIEDADE DE BOMBAS DO SUL, LDA | 30/03/2023 | 29/03/2025 | 7 090 | 3 241 | Doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção (AA/AR) (Albin Pump) |
| DAVID MIGUEL PEREIRA GUERREIRO | 12/09/2024 | 11/09/2025 | 71 200 | 14 565 | Serviços de manutenção preventiva e corretiva - especialidade eletricidade - Lotes |
| PERENE, S.A. | 31/01/2025 | 30/12/2025 | 18 963 | 0 | Serviços de limpeza e desmatação do recinto de infraestruturas em exploração pela AgdA - Lote 1 |
| SIEMENS, S.A. | 10/08/2024 | 08/08/2025 | 32 479 | 6 618 | Manutenção e verificação de caudalímetros eletromagnéticos da marca Siemens - Lote 1 |
| SETCONTROL - PROJECTO E CONTROL INDUSTRIAL, LDA | 07/02/2024 | 06/02/2026 | 61 540 | 29 525 | Caudalímetros eletromagnéticos - Lote 2 (KROHNE) |
| BHB - SISTEMAS DE CONTROLO E MEDIDA, LDA | 07/02/2024 | 06/02/2026 | 61 883 | 21 624 | Caudalímetros eletromagnéticos - Lote 1 (ABB) |
| INELCIS - INFORMATICA E ELECTRONICA CIRCUITOS E SISTEMAS LDA | 23/01/2025 | 22/04/2025 | 9 950 | 4 935 | Aquisição software gestão de dados análises |
| MIL - MENDES & IRMÃO S.A. | 15/12/2023 | 14/12/2025 | 48 510 | 6 642 | Bombas de recirculação e recuperação de água e material canalização diverso (AA/AR) |
| KLINGER PORTUGAL, LDA | 12/06/2023 | 11/06/2025 | 13 500 | 9 602 | Doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção (AA/AR) (Milton Roy) |
| BONDALTI CHEMICALS, S.A. | 09/09/2024 | 09/09/2025 | 71 792 | 16 660 | Cloro gás pelas empresas do Grupo AdP |
| RDF CONSTRUÇÕES-SOC. IMOBILIÁRIA, LDA | 31/01/2024 | 09/03/2025 | 145 890 | 145 890 | Reabilitação do edifício de exploração da ETA do Monte da Rocha (telhado) |
| CLSBRANDS, LDA | 21/11/2022 | 20/11/2025 | 59 266 | 34 369 | Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Lote 2 - EPI Vestuário |
| HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS, UNIPESSOAL, LDA | 14/01/2025 | 13/05/2025 | 92 367 | 92 367 | Equipamentos medição e monitorização - Lote 1 |
| SINTIMEX - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA | 16/11/2022 | 15/11/2025 | 34 016 | 17 877 | Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Lote 3 - EPI Diversos e Acessórios |
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 22/09/2023 | 22/09/2025 | 66 980 | 21 436 | Limpeza de leitos de secagem - Lote 2 |
| SIEMENS, S.A. | 10/08/2024 | 08/08/2025 | 18 000 | 3 991 | Fornecimento de acessórios de caudalímetros eletromagnéticos da marca Siemens - Lote 2 |
| LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A. | 23/12/2024 | 22/03/2025 | 22 455 | 7 485 | Serviços de operação e manutenção Sistemas Autónomos Abastecimento (Mértola) |
| SINTIMEX - SOCIEDADE INTERNACIONAL DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES, LDA | 16/11/2022 | 15/11/2025 | 44 121 | 31 355 | Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Lote 1 - EPI Cabeça e Facial |
| FORLAB - EQUIPAMENTOS E CONSUMÍVEIS PARA LABORATÓRIOS, LDA | 27/12/2024 | 26/04/2025 | 35 504 | 35 504 | Equipamentos medição e monitorização - Lote 2 |
| WTA-WAVES DEFENDER TRATAMENTO DE ÁGUA | 20/10/2022 | 20/10/2025 | 10 500 | 5 230 | Verificação de canais Parshall |
| TECNILAB - TECNILAB PORTUGAL, S.A. | 02/01/2025 | 01/05/2025 | 10 766 | 10 766 | Equipamentos medição e monitorização - Lote 3 |
| PERENE, S.A. | 31/01/2025 | 30/12/2025 | 9 378 | 0 | Serviços de limpeza e desmatação do recinto de infraestruturas em exploração pela AgdA - Lote 4 |
| AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA | 01/07/2024 | 30/06/2027 | 9 678 | 559 | Colheitas e Análises - MARCLAIMED |
| APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO | 29/01/2024 | 28/01/2027 | 9 730 | 6 770 | Certificação do Sistema de Gestão de Energia |
| IWT - INTERNATIONAL WATER TECHNOLOGY CONTROL, S.A. | 02/08/2023 | 01/08/2025 | 50 000 | 46 514 | Doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção (AA/AR) (PrM. Coberge) |
| ACCIONA ÁGUA S.A.U. - SUCURSAL PORTUGAL | 31/01/2025 | 30/07/2025 | 149 077 | 0 | Beneficiação dos filtros CAG da ETA de Alvito |
| SAPEC QUÍMICA, SA | 11/11/2024 | 11/11/2026 | 15 000 | 3 879 | Sulfato alumínio líquido 8,2% |
| JOSÉ INÁCIO VALENTE LOPES | 01/01/2018 | 31/12/2058 | 17 022 | 2 979 | Arrendamento prédio rústico X-33 - SAA Cavaleiros/Almansor Falcão 3 e 5 |
| MANUSYSTEMS | 02/03/2024 | 01/03/2026 | 48 050 | 48 050 | Serviços de limpeza e desinfeção de reservatórios / higienização de reservatórios - Lote 3 |
| MANUSYSTEMS | 16/03/2023 | 15/03/2025 | 27 750 | 24 485 | Serviços de limpeza e desinfeção de reservatórios / higienização de reservatórios - Lote 2 |
| SABICOR UNIPESSOAL, LDA | 22/03/2024 | 21/03/2025 | 9 293 | 9 288 | Material de pintura |
| ITECONS | 18/11/2024 | 17/11/2025 | 6 720 | 0 | Serviços para análise reagentes (GAC/CAP/Hipoclorito de sódio) |
| ENGIDATA UNIPESSOAL, LDA | 31/01/2025 | 31/12/2025 | 27 503 | 0 | Serviços de limpeza e desmatação do recinto de infraestruturas em exploração pela AgdA - Lote 2 |
| ECOREDE - ENG. E SERVIÇOS, S.A.E. | 31/01/2025 | 30/12/2025 | 22 133 | 0 | Serviços de limpeza e desmatação do recinto de infraestruturas em exploração pela AgdA - Lote 3 |
| FERREIRA DE MACEDO, S.A. | 01/01/2020 | 31/12/2025 | 112 500 | 112 500 | Cedência de direito de superfície de parcelas de terreno das herdades dos Monhos e do Estevalinho - Borborejão |
| BORREGO ENGENHARIA, LDA. | 18/11/2024 | 17/11/2026 | 39 240 | 0 | Serviços de Técnicos Responsáveis pelas instalações elétricas - Lote 1 |
| BORREGO ENGENHARIA, LDA. | 18/11/2024 | 17/11/2026 | 30 000 | 0 | Serviços de Técnicos Responsáveis pelas instalações elétricas - Lote 2 |

## COMPROMISSOS ASSUMIDOS

| Entidade | Data Contrato | Data. Termino | Valor Adjudicado | Valor Utilizado | Designação |
|---|---|---|---|---|---|
| BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A. | 22/09/2023 | 22/09/2025 | 56 196 | 53 196 | Limpeza de leitos de secagem - Lote 3 |
| **TOTAL** | | | **12 411 233** | **6 208 000** | |

Nota 35. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 35.1 Garantias prestadas

## GARANTIAS PRESTADAS

| Emitente | Nº/Identificação | Descrição | Beneficiário | Início | Prazo | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| NBanco | N00390293 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 23/12/2013 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00394601 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 29/08/2014 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00388657 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 04/10/2013 | Sem prazo | 5 000 |
| NBanco | N00388883 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 18/10/2013 | Sem prazo | 10 000 |
| NBanco | N00394853 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 25/09/2014 | Sem prazo | 10 000 |
| NBanco | N00396254 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 23/02/2015 | Sem prazo | 10 000 |
| NBanco | N00408546 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 03/08/2018 | Sem prazo | 15 000 |
| NBanco | N00408682 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva | 1 000 |
| NBanco | N00408683 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva | 1 000 |
| NBanco | N00408684 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Sem prazo | 1 150 |
| NBanco | N00408686 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva | 3 000 |
| NBanco | N00408687 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Sem prazo | 5 150 |
| NBanco | N00408688 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/08/2018 | Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva | 1 000 |
| NBanco | N00409343 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 25/10/2018 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00409342 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 25/10/2018 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00409677 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 26/11/2018 | Sem prazo | 4 960 |
| NBanco | N00410135 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 14/01/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 44 280 |
| NBanco | N00410723 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 14/03/2019 | Sem prazo | 1 827 |
| NBanco | N00410775 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 20/03/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 1 000 |
| NBanco | N00410637 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 04/03/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 2 000 |
| NBanco | N00410955 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 08/04/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 1 000 |
| NBanco | N00410956 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 08/04/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 1 750 |
| NBanco | N00411179 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 30/04/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 1 500 |
| NBanco | N00411444 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 27/05/2019 | Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos | 1 000 |

## GARANTIAS PRESTADAS

| Emitente | Nº/Identificação | Descrição | Beneficiário | Início | Prazo | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| NBanco | N00411740 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 24/06/2019 | Sem prazo | 1 850 |
| NBanco | N00411823 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 01/07/2019 | Sem prazo | 1 800 |
| NBanco | N00411822 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | ip | 01/07/2019 | Sem prazo | 5 200 |
| NBanco | N00412647 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | ip | 02/10/2019 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00413901 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 27/02/2020 | Em vigor até 5 anos após conclusão dos trabalhos | 1 000 |
| NBanco | N00414088 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 16/03/2020 | Sem prazo | 1 250 |
| NBanco | N00415025 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 22/07/2020 | Sem prazo | 1 000 |
| NBanco | N00415834 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 29/10/2020 | Sem prazo | 1 450 |
| NBanco | N00416155 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 02/12/2020 | Sem prazo | 20 000 |
| Bankinter | 46081 | Suspensão de processo executivo | AT | 28/02/2022 | Sem prazo | 186 460 |
| Bankinter | 46379 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 06/05/2022 | Sem prazo | 1 710 |
| Bankinter | 46902 | Suspensão de processo executivo | AT | 30/09/2022 | Sem prazo | 151 574 |
| Bankinter | 46901 | Suspensão de processo executivo | AT | 30/09/2022 | Sem prazo | 95 687 |
| Bankinter | 48559 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | SPER | 12/09/2023 | Sem prazo | 20 000 |
| Bankinter | 48857 | Suspensão de processo executivo | AT | 30/10/2023 | Sem prazo | 22 151 |
| Bankinter | 48858 | Suspensão de processo executivo | AT | 30/10/2023 | Sem prazo | 37 215 |
| Bankinter | 48859 | Suspensão de processo executivo | AT | 30/10/2023 | Sem prazo | 83 581 |
| Bankinter | 48860 | Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra | IP | 30/10/2023 | Sem prazo | 1 500 |
| Bankinter | 50134 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 6 625 |
| Bankinter | 50135 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 7 221 |
| Bankinter | 50146 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 830 163 |
| Bankinter | 50138 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 83 265 |
| Bankinter | 50139 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 122 118 |
| Bankinter | 50140 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 124 659 |
| Bankinter | 50141 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 136 950 |
| Bankinter | 50142 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 184 492 |
| Bankinter | 50143 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 191 389 |
| Bankinter | 50144 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 365 597 |
| Bankinter | 50145 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 413 645 |
| Bankinter | 50137 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 19 929 |
| Bankinter | 50136 | Suspensão de processo executivo | AT | 02/07/2024 | Sem prazo | 16 060 |
| **TOTAL** | | | | | | **3 262 157** |

Nota 35.2. Processos judiciais

A 31 de dezembro de 2024 os processos judiciais em curso são os que se identificam no quadro seguinte:

## PROCESSOS JUDICIAIS

| Tipo de Acão | Breve descrição da Acão | Valor da provisão (euros) | Probabilidade de desfecho | Observações |
|---|---|---|---|---|
| Contraordenações | Processo n.º CO/000119/16.6. SEDE - Contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT | 2 500 | provável | |
| Outros | Processo n.º 97.12.0BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 280.12.9BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 477.18.8BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Expropriações | Processo nº 193/15.2T8MRA - Constituição de Servidão de aqueduto público subterrâneo | 0 | provável | Já pago e em custo |
| Outros | Processo n.º 375.15.7BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 23.16.8BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 450.16.0BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 626.16.0BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Regantes do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 250.17.5BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 325.17.6BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Outros | Processo n.º 431.17.7BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ - Contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT | 0 | possível | Não é da AgdA uma vez que diz respeito a uma descarga ilegal. |
| Outros | Processo n.º 6/18.3BEBJA - Processo comum movido por Maria Germina Raposo Loureiro, contra a AgdA e Município de Santiago do Cacém | 0 | provável | Pago DUP |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/001078/19.9.CAJIC - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT | 24 000 | provável | |
| Administrativa comum | Processo n.º 2032/19.6BEBJA - Ação administrativa comum intentada por Habitâmega, pedindo o reconhecimento de direito a compensação por sobrecustos na execução de empreitada | 0 | provável | É investimento |
| Reclamação Graciosa | Reclamação dos atos de liquidação da TEC por parte da Associação de Regantes do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Impugnação Judicial | Processo n.º 215/20.5BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Impugnação Judicial | Processo 274/21.3BEBJA - Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | provável | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/000635/21.8.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT | 0 | possível | Não é da AgdA uma vez que diz respeito a uma descarga ilegal. |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/001423/21.7.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/000363/22.7.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DCCO.00119/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º 27384/2021 - Contraordenação a correr termos na ERSAR | 9 600 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º 27428/2021 - Contraordenação a correr termos na ERSAR | 15 500 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00039/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA | 0 | possível | EE 4 Montemor (bypass por chuva) |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/001439/22.6CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/001434/22.5CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT | 0 | possível | ETAR de Vendas Novas (parâmetro cor, única ETAR com este parâmetro) |
| Administrativa comum | Processo n.º 88205/22.3YIPRT - Injunção intentada por SOCOPUL, entretanto convertida em Ação Administrativa comum com o n.º 344/22.0BEMDL - retenção de faturas contratação pública | 0 | possível | É investimento |
| Administrativa comum | Processo n.º 304/22.1BEBJA - Ação Administrativa comum intentada por CASUR - Indemnização por não liberação atempada de garantias - contratação pública | 0 | possível | É investimento |
| Impugnação Judicial | Processo n.º 369/22.6BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de beneficiários do Roxo | 0 | possível | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DCCO.00131/2022 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA | 0 | possível | EE 4 Montemor (bypass por chuva) |

## PROCESSOS JUDICIAIS

| Tipo de Acão | Breve descrição da Acão | Valor da provisão (euros) | Probabilidade de desfecho | Observações |
|---|---|---|---|---|
| Administrativa comum | Processo n.º 59/23.2BEBJA - Impugnação do Despacho que proferiu a DUP de Relvas Verdes - Aldeia dos Chãos | 0 | possível | Mesmo processo 6/18.3BEBJA |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/000083/23.5.CGI - Contraordenação ambiental, a correr termos na IGAMAOT (ETAR de S. Luís ano 2022) | 0 | possível | ETAR de São Luis (controlo operacional com cumprimento dos valores paramétricos) |
| Expropriações | Processo n.º 52/23.5T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo | 0 | possível | Pago DUP |
| Expropriações | Processo n.º 454/22.4T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo | 0 | possível | Pago DUP |
| Impugnação Judicial | Processo n.º 341/23.9BEBJA - Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | possível | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |
| Contraordenações | Processo n.º NUI/CO/004273/23.2CGI - Contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT (ETAR Beringel) | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00157/2023 - Contraordenação ambiental, a correr os termos na APA (EEAR4 MMN) | 0 | possível | EEAR 4 Montemor (bypass por chuva) |
| Contraordenações | Processo n.º 28044/22 - Contraordenação a correr termos na ERSAR | 39 200 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00033.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 6 de Vendas Novas | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00056.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 4 de Montemor-o-Novo | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00080.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00091.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00146.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 1 e 3 Vendas Novas | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00149.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Vendas Novas | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00162.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Vendas Novas | 24 000 | provável | |
| Contraordenações | Processo n.º DJUR.DDAC.00165.2024 - Contraordenação ambiental, a correr termos na APA - EEAR 3 Montemor-o-Novo | 24 000 | provável | |
| Administrativa comum | Processo n.º 422/24.1BEBJA - GR4PT - Reforço da adução a Beja - Ação Principal - | 0 | possível | É investimento |
| Impugnação Judicial | Processo n.º 496/24.5BEBJA - Impugnação das faturas de liquidação da TEC emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo | 0 | possível | Acrescido pelo valor captado em albufeira #61 |

Nota 36. Informações exigidas por diplomas legais

*Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais*

Relativamente aos seus administradores, a AgdA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

*Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais*

A AgdA., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

*Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro.*

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2024, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Nota 37. Rendimento garantido

## RENDIMENTO GARANTIDO

| | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Capital social subscrito | **11 332 560** | 11 332 560 |
| Reservas | **3 079 359** | 2 340 363 |
| Base de incidência | **14 411 919** | 13 672 923 |
| Taxa de juro OT | **3,12%** | 3,25% |
| Spread 3pp | **3,00%** | 3,00% |
| Total de Taxa de Remuneração | **6,12%** | 6,25% |
| TOTAL | **766 572** | 738 996 |

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada em resultado da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um spread máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2024 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2023, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 38. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2024 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

É expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos reconhecido em 2024 seja aprovado pela Comissão de Parceria em 2025.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
www.deloitte.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da**
**AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. ("Entidade"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações dos resultados por naturezas e do rendimento integral, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo, os quais foram preparados a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2024, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída, e emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas e incluiu duas ênfases e um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Ênfases" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 10 de março de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED | ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossa" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.000,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 188.703.350 Euros e um total de capital próprio de 15.178.491 Euros, incluindo um resultado líquido de 766.572 Euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Ênfases**

Conforme divulgado nas Notas 8 e 21 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos ("DRG") corresponde à correção (positiva no caso de défice e negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente de acordo com o Contrato de Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de "Desvio de recuperação de gastos" da demonstração de resultados e do rendimento integral, apresenta um défice no montante de 666.810 Euros, que foi estimado pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovado pela Comissão de Parceria. Conforme divulgado na Nota 21 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que o DRG do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 corresponde à melhor estimativa na presente data e será aprovado pela Comissão de Parceria.

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2025. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Conforme divulgado na Nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo do contrato de gestão, caudais e as próprias tarifas aprovadas. Os pressupostos utilizados são parte integrante do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira ("EVEF") associado ao Aditamento ao Contrato de Parceria e Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015. A revisão dos pressupostos do EVEF que devia de ser feito numa base quinquenal, nos termos da Cláusula 17ª do Contrato de Gestão, ainda se encontra em curso, não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

**Outras matérias**

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 1 de março de 2024, não inclui reservas e inclui duas ênfases, sobre as matérias referidas na secção Ênfases, acima.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de março de 2025

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Alexandra Domelas Pinheiro, ROC
Registo na OROC n.º 1496
Registo na CMVM n.º 20161106

Beja, 10 de março de 2025

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Diogo Maria Parreira Cabral Cruz Nascimento
(Presidente do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Patrícia Alexandra Dias Brito Palma
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO
Grupo Águas de Portugal